

DESAFIO

longeviver

Estudos sobre mercado de trabalho
e envelhecimento populacional



2020



DESAFIO

longeviver

Estudos sobre mercado de trabalho
e envelhecimento populacional

2020

Apoio



Realização e edição



Mensagem do patrocinador

Vivenciamos uma mudança demográfica veloz, ao mesmo tempo em que persiste uma percepção do envelhecimento baseada em estereótipos ultrapassados. Desde 2018, o Itaú Viver Mais constituiu uma plataforma de discussão e proposição de ações para o tema Longevidade, a fim de promover estudos e ações que sejam capazes de fomentar a discussão de políticas públicas além de apoiar a promoção de um ambiente de negócios e a geração de emprego e renda mais ajustados às necessidades da população 50+.

Itaú Unibanco.

Presidência

Marcos Nobre

Diretoria Científica

Raphael Neves

Diretoria Administrativa

Graziela Castello

Coordenação do Desafio Longevidade

Graziela Castello

Orientação dos artigos e cursos

Daniela Costanzo, Graziela Castello, Monise F. Picanço, Priscila Vieira, Tomás Wissenbach e Victor Callil

Agradecimentos

Beltrina Côrte e Vera Brandão

Equipe Itaú

Leila Melo, Luciana Nicola, Helen Faquineti Costa, Luis Eduardo Mercês e Daniela Zen

Autores do texto deste volume

Ian Prates, Mariana Eugenio Almeida, Vitor Matheus Oliveira de Menezes, Joselene Cristina Gerolamo, Renato Souza Cintra, Marcos Nogueira Milner

Organizadores

Graziela Castello e Daniela Costanzo

Revisão

Otacílio Nunes

Projeto Gráfico

Fernanda Kalckmann

Capa

Fernanda Kalckmann (imagem original freepik - br.freepik.com)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Desafio longevidade [livro eletrônico] : estudos sobre mercado de trabalho e envelhecimento populacional / organização Graziela Castello, Daniela Costanzo. -- 1. ed. -- São Paulo : Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap : Itaú, 2020.
PDF

ISBN 978-65-86362-03-9

1. Ciências sociais 2. Envelhecimento 3. Envelhecimento - Aspectos antropológicos 4. Mercado de trabalho 5. Mercado de trabalho - Aspectos sociais I. Castello, Graziela. II. Costanzo, Daniela.

20-53509

CDD-306.360981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Mercado de trabalho : Aspectos sociais : Sociologia 306.360981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Apresentação PÁG. 7

1

IAN PRATES E MARIANA EUGENIO ALMEIDA

Idosos e a pandemia no Brasil: trabalho e proteção social no contexto da exclusão forçada **PÁG.11**

2

VITOR MATHEUS OLIVEIRA DE MENEZES

Mercado de trabalho e convivência intergeracional: contribuições sobre a inatividade e o desemprego de longa duração **PÁG.37**

3

JOSELENE CRISTINA GEROLAMO

Na antessala da velhice: projeções e estratégias para o envelhecer sob o prisma do trabalho e do gênero **PÁG.71**

4

RENATO SOUZA CINTRA

A expectativa de vida no mercado de trabalho dos idosos brasileiros **PÁG. 123**

5

MARCOS NOGUEIRA MILNER

Promessas e crises: trabalhar e envelhecer em Rio das Ostras (RJ) **PÁG. 163**

Sobre os autores PÁG. 205

O livro que apresentamos é resultado de uma preocupação de pesquisa que busca unir duas agendas ainda bastante separadas no Brasil: a demográfica, com foco no envelhecimento progressivo da população, e a de mercado de trabalho. Dessa forma, o tema que orientou as pesquisas que temos aqui é “O envelhecimento da população e os desafios para o mercado de trabalho no Brasil”.

Tais pesquisas são resultado do Desafio Longevidade Itaú-Cebrap, a primeira edição de um programa que busca fomentar a produção de conhecimento sobre o envelhecimento da população e os desafios para o mercado de trabalho no Brasil. Os participantes, escolhidos após seleção, participaram de oficinas em métodos e técnicas de pesquisa e desenvolveram seus artigos com a orientação de pesquisadores do Cebrap em reuniões periódicas de análise e discussão dos trabalhos.

A publicação traz o resultado destas pesquisas em quatro artigos mais a contribuição de dois especialistas no tema no capítulo que abre o livro. Começando por este, Ian Prates e Mariana Eugenio Almeida discutem os efeitos da pandemia de covid-19 na situação dos idosos no mercado de trabalho brasileiro. Fazem isso relacionando as situações familiares, a importância da renda dos idosos neste contexto e o papel da proteção social, bem como das políticas de qualificação, trabalho e renda para os idosos.

Utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da PNAD-Covid do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prates e Almeida mostram que os efeitos da pandemia foram piores para os idosos menos escolarizados e em inserções ocupacionais mais frágeis, o que reforçou a importância dos benefícios sociais. Além disso, a pandemia acaba afetando a escolha de quando se aposentar, pois, no contexto de redução da renda, a aposentadoria tornou-se uma saída para manter as necessidades das famílias. Isso gera um paradoxo para as políticas de proteção social, dado que os idosos acabam sendo

incentivados a sair das atividades produtivas mais precocemente do que pretendiam, o que sobrecarrega o sistema de proteção, ao mesmo tempo que a pandemia reforça a importância destas políticas na manutenção da renda das famílias.

O segundo capítulo, feito por Vitor Matheus Oliveira de Menezes, examina as relações entre a coabitação e o cuidado intergeracionais e a participação no mercado de trabalho, verificando se pessoas que coabitam com e/ou cuidam de idosos procuram emprego e se mantêm no mercado de trabalho na mesma proporção que indivíduos que não coabitam com e/ou cuidam destes. Com isso, a pesquisa busca evidenciar o papel de elementos não mercantis no funcionamento do mercado de trabalho.

Menezes demonstra, a partir dos dados da PNAD, que a coabitação com idosos representa parte relevante da força de trabalho, que os cuidadores são em sua maior parte mulheres e são mais velhos e mais escolarizados do que a força de trabalho em geral e que a coabitação e o cuidado de idosos estão negativamente associados à participação em trabalhos remunerados. Fatores que corroboram a importância de se olhar para os elementos não mercantis ao estudar mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, Joselene Cristina Gerolamo investiga as dimensões de trabalho e de gênero nas estratégias das pessoas que estão chegando à velhice. A partir de um estudo qualitativo com homens e mulheres de 40 a 50 anos na Região Metropolitana de São Paulo, Gerolamo discute a negação da velhice, as expectativas e perspectivas para o futuro e as estratégias de sobrevivência na velhice com base na análise das entrevistas em profundidade que fez com as pessoas que constituíam seu objeto de pesquisa.

Considerando os contextos de pandemia e de reformas previdenciária e trabalhista, a pesquisadora mostra como gênero e a permanência no mercado de trabalho, além do contexto familiar e de seguridade, impactam nas estratégias (ou ausência delas) dos indivíduos para a velhice.

O quarto capítulo traz uma análise sobre a expectativa de vida no mercado de trabalho dos idosos brasileiros feita por Renato Souza Cintra. O autor analisa os anos de 2004 a 2015 e verifica o número de anos trabalhados, cruzando com as variáveis de sexo e região de moradia. A pergunta principal que o estudo busca responder é: o aumento na expectativa de vida entre a população idosa se materializou em aumento dos anos trabalhados?

A partir da análise dos dados da PNAD com o Método Sullivan de cálculo de expectativa de vida, Cintra conclui que houve queda nas expectativas de vida no mercado de trabalho para os idosos para todos os sexos e regiões do país. No entanto, essa queda foi maior entre os idosos residentes em áreas rurais. Para interpretar seus achados, Cintra reforça a importância dos benefícios sociais como aposentadoria, pensão e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em associação com a política de valorização do salário mínimo, pois acredita que a redução dos anos trabalhados dos idosos tem a ver com a melhora da renda entre eles, o que está relacionado com os benefícios sociais e valorização do salário mínimo. Por outro lado, ao analisar o tipo de inserção produtiva dos trabalhadores idosos, o autor demonstrou a manutenção de situações de maior vulnerabilidade especialmente entre aqueles residentes em áreas rurais e do sexo feminino. Trabalhadoras idosas em áreas rurais em quase sua totalidade (97%) exercem funções precárias de com alto grau de informalidade – e essa incidência se manteve nos dois períodos analisados.

Por fim, no capítulo cinco, Marcos Nogueira Milner investiga o envelhecer e o mercado de trabalho em Rio das Ostras, cidade fluminense que viveu o *boom* econômico brasileiro recente de forma bastante peculiar. Foi a cidade com maior crescimento populacional entre 2000 e 2010 no país, muito por conta das vagas no setor *offshore* e também do imenso aumento dos repasses de verbas petrolíferas, as quais acabaram gerando um aquecimento da economia ainda mais expressivo do que aquele observado para o país, como um todo, no período.

No entanto, a queda econômica da cidade é bastante expressiva quando o valor internacional do barril de petróleo começa a cair em 2014, fator que se combina com a crise mais geral observada no Brasil. À vista disto, o autor se pergunta como ficaram as pessoas que, neste contexto, perderam seus empregos e se viam mais velhas do que o mercado normalmente prefere, em uma cidade que não era a delas, mas um lugar para onde elas migraram em busca de promessas de uma vida próspera. Por meio de uma pesquisa qualitativa com atuais moradores da cidade, entre 40 e 61 anos, Milner discute como as pessoas da cidade lidam com a velhice, o desemprego, a aposentadoria, a rede familiar e com o futuro - projetado dentro ou fora de Rio das Ostras.

De formas distintas, os trabalhos contidos neste livro trazem contribuições importantes para pensar o envelhecimento da população brasileira e os desafios para o mercado de trabalho. Todavia, é preciso reconhecer, que, apesar de valiosas, trata-se da reunião de algumas pesquisas em meio a várias que ainda devem e precisam ser feitas no tema. Como vários dos trabalhos demonstram, a tendência de envelhecimento no Brasil é bastante acelerada e contínua, o que traz os mais diversos desafios para as políticas de emprego e de seguridade social. Afigurando-se, deste modo, como um dos grandes temas para pesquisadores brasileiros nas próximas décadas.

Daniela Costanzo

Graziela Castello

longuevíver

Idosos e a pandemia no Brasil: trabalho e proteção social no contexto da exclusão forçada¹

Ian Prates²
Mariana Eugenio Almeida³

As informações e análises contidas no presente artigo são de responsabilidade do próprio autor e não refletem posições e opiniões institucionais ou de membros do Cebrap ou do Itaú Unibanco

1. Introdução

A pandemia da Covid-19 teve efeitos desastrosos no mercado de trabalho brasileiro. Somente entre os meses de abril e maio, foram mais de 1 milhão de postos de trabalho formais desfeitos. Ao longo do segundo trimestre de 2020, foram quase 5 milhões entre formais e informais.

A crise afeta grupos sociais de forma distinta. Negros, mulheres, pessoas menos escolarizadas, trabalhadores em posições menos estáveis no mercado de trabalho e nos setores considerados não essenciais foram os mais prejudicados (Prates e Barbosa, 2020a). Entretanto, embora os idosos estejam no centro da discussão geral sobre a pandemia por constituírem o principal grupo de risco, sabe-se pouco sobre como sua situação no mercado de trabalho foi alterada.

Crises econômicas tendem a estimular a inatividade ou a aposentadoria precoce, além de aumentar o desemprego de longa duração e reduzir as chances (já usualmente menores) de reinserção ocupacional dos idosos (Bui, Button e Picciotti, 2020). Esses fatores tendem a se agravar no contexto da pandemia da Covid-19. A sensibilidade aos riscos da doença levou a um movimento quase obrigatório de suspensão das atividades laborais, pelo menos aquelas que não podem ser realizadas de forma isolada ou não são consideradas essenciais. Trabalhadores informais tendem a deixar ou interromper as atividades, ao passo que empregados no setor formal tendem a ser preteridos em favor de trabalhadores mais jovens, menos vulneráveis à doença.

1 Agradecemos a Rogério Jerônimo Barbosa por contribuições no tratamento dos dados e em comentários substantivos.

2 Doutor em sociologia pela USP (Universidade de São Paulo), pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e *Research Fellow* da SAI (*Social Accountability International*).

3 Mestre em administração pública pela Fundação João Pinheiro de Minas Gerais (FJP-MG), especialista em análise de dados em políticas públicas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), analista técnica de políticas sociais e atualmente coordenadora-geral de cadastros, identificação profissional e estudos da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

O preconceito que recai sobre os idosos é ainda maior no atual contexto. Persiste uma série de visões negativas sobre a contratação de idosos, o que torna a situação atual ainda mais desfavorável. De um lado, porque as expectativas salariais e os custos associados à cobertura de saúde de idosos são mais altos. De outro, porque há uma desconfiança sobre a sua capacidade de adaptação, especialmente no momento em que o manejo de diferentes tecnologias e soluções digitais tem se mostrado cada vez mais fundamental⁴.

Em que pesem tais dificuldades, e apesar de as aposentadorias e pensões serem as principais fontes de renda dos idosos, há ainda muitos que trabalham e cuja renda é a principal fonte para o sustento de suas famílias. Justamente por isso, no contexto de forte retração da atividade econômica e expulsão forçada do mercado de trabalho, o sistema de proteção social torna-se ainda mais importante na mitigação dos impactos negativos da pandemia, também para os idosos.

Este artigo discute os efeitos da pandemia na situação dos idosos no mercado de trabalho brasileiro. Chamamos atenção para três pontos em especial: a importância da renda dos idosos; os efeitos da pandemia sobre os idosos; e as políticas sociais para idosos no Brasil. O artigo encontra-se dividido em quatro seções, incluída esta introdução. Na segunda seção discutimos a importância da renda dos idosos para as famílias brasileiras, em especial a renda do trabalho e de benefícios de proteção social. Na seção 3 analisamos como a pandemia afetou o trabalho e a renda dos idosos e fazemos alguns apontamentos sobre as perspectivas de retomada do emprego. A última seção apresenta nossas considerações finais, chamando atenção para a importância de mecanismos de proteção social e de políticas de qualificação, trabalho e renda para os idosos.

4 Ver: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/06/24/coronavirus-por-que-pandemia-esta-acelerando-a-saida-de-idosos-do-mercado-de-trabalho.htm>>.

2. A importância da renda dos idosos para as famílias brasileiras

Segundo os dados da Pnad Contínua Anual de 2019, 34,2% dos domicílios no Brasil tinham pelo menos um idoso, que contribuíam com mais da metade da renda domiciliar total (56%). A maior parte desses rendimentos é oriunda de aposentadorias e pensões (40,6%) e uma parcela menor depende da renda do trabalho (9,8%) e de outros benefícios, como o BPC (2,5%).

Entre os idosos que trabalham, contudo, esses números variam. Em 2019 havia 9,5% de domicílios com ao menos um idoso que trabalhava. Nesse caso, a participação na renda domiciliar total sobe para 63%, a renda do trabalho passa a ser responsável por 42,2% e a aposentadoria cai para 18,4%.

A importância da renda do trabalho é ainda maior entre as famílias mais pobres, ao passo que o contrário ocorre com a renda de aposentadorias. A renda do trabalho dos idosos era mais importante que a previdência entre os 20,0% mais pobres. Se considerarmos apenas os domicílios em que havia idosos trabalhando, a importância da renda do trabalho do idoso é ainda mais relevante, e especialmente entre os mais pobres. Essa fonte chegava a corresponder a mais de 50% da renda familiar total para as famílias 20% mais pobres, justamente entre as quais o valor das aposentadorias não chegava a ultrapassar 10% da renda total. Ao fim e ao cabo, antes da pandemia eram nada menos do que 6,74 milhões de domicílios e 18,2 milhões de indivíduos que dependiam, de alguma forma, da renda do trabalho de idosos. E para aproximadamente 2 milhões de domicílios e 5,4 milhões de pessoas a renda do trabalho dos idosos representava mais da metade da renda familiar.

Em conjunto, esses dados evidenciam que nos domicílios onde há idosos que trabalham, e independentemente da posição na distribuição de renda, a renda do trabalho é mais importante do que a renda das aposentadorias para a composição da renda familiar total. Mas, também, que o protagonismo dos idosos no sustento da família está crescentemente associado à expansão da aposentadoria e dos programas de transferência de renda como o BPC, como já vem sendo ressaltado por estudiosos do tema (Debert, Guimarães e Hirata, 2000; Kerstenetzky, 2017; Guimarães, Paugam e Prates, 2020).

2.1. Idosos no mercado de trabalho

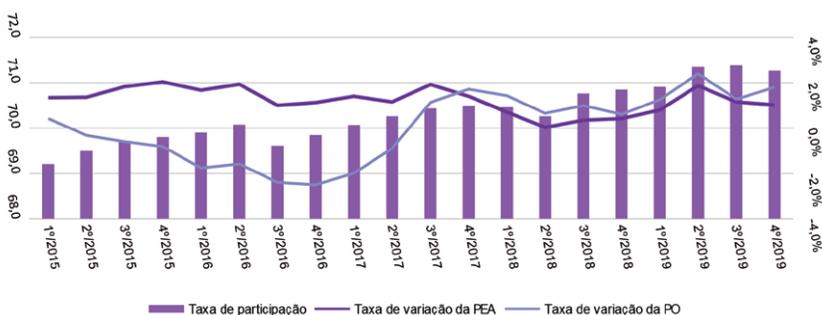
Tendências temporais

Muito tem se falado sobre o envelhecimento da população em nível global e seus efeitos sobre os mercados de trabalho nacionais. No Brasil, do ponto de vista demográfico, a força de trabalho está lentamente se tornando mais envelhecida (Wajzman et. al., 2004; Camarano, 2016).

No período mais recente, verificou-se um crescimento de 10,1% da força de trabalho brasileira entre 2012 e 2019. Já a força de trabalho de pessoas com 60 anos ou mais de idade teve um crescimento de 37,2%, passando de 5,9 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2012 para 8,1 milhões no mesmo período de 2019. Também se observa, no período, o crescimento do número de idosos ocupados (+34,1%), desocupados (+186,4%) e fora da força de trabalho (+28,3%).

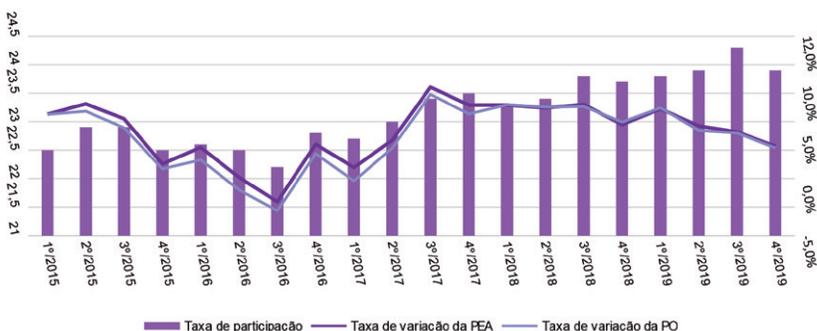
No período de 2015 a 2016, os efeitos da crise econômica sobre a força de trabalho foram distintos para não idosos e idosos. Para os não idosos, verificou-se uma queda da taxa de participação e da população ocupada, resultando no aumento da desocupação. Já para os idosos, a crise naquele período resultou na redução da força de trabalho e da população ocupada, fazendo com que milhões de trabalhadores idosos ficassem desocupados ou fossem para a inatividade.

Gráfico 1 - Taxa de participação e taxas de variação da PEA e da PO para não idosos, Brasil - 2015 a 2019 (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, 2015-2019.

Gráfico 2 - Taxa de participação e taxas de variação da PEA e da PO para idosos, Brasil - 2015 a 2019 (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, 2015-2019.

Como veremos na seção seguinte, a crise causada pela Covid-19 teve efeitos semelhantes sobre a participação dos idosos no mercado de trabalho, mas que podem ter consequências de longo prazo mais graves. Tais efeitos estão diretamente relacionados à estrutura da força de trabalho idosa brasileira, que é marcada por forte grau de heterogeneidade.

Heterogeneidade da força de trabalho idosa

A participação dos idosos na força de trabalho brasileira se dá de forma heterogênea. Apesar de as mulheres apresentarem maior peso relativo na população idosa, sua predisposição ao mercado de trabalho é significativamente inferior à dos homens. Em 2019, 35,2% dos homens idosos trabalhavam ou procuravam trabalho, enquanto para as mulheres idosas esse percentual era de 15,2%. Como consequência, 64,5% da força de trabalho idosa era composta de homens e apenas 35,5% eram mulheres⁵.

O fato de as mulheres serem mais beneficiadas pelo acesso a aposentadorias e pensões pode explicar em parte sua menor participação no mercado de trabalho na fase idosa. No entanto, fatores como a desigualdade na distribuição do trabalho doméstico não remunerado, a discriminação no mercado, bem como as características de inserção da mulher na atividade econômica,

⁵ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Anual, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

desempenham papel relevante na sua permanência no mercado de trabalho (Guimarães, Brito e Barone, 2016).

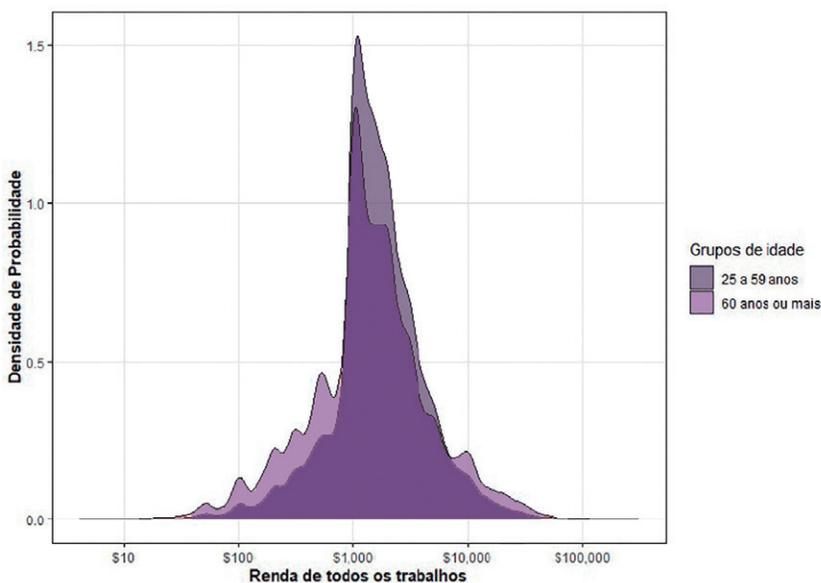
Os grupos com maior e menor escolaridade (primário incompleto ou menos e os com 11 anos e mais de estudo) são os que apresentam as maiores taxas de participação. Essa situação indica que os idosos menos qualificados tendem a aceitar trabalhos mais precários, com menores salários e menos garantias trabalhistas para suprir suas necessidades de renda. Já para os mais escolarizados, a qualificação é justamente o fator preponderante para a manutenção no mercado, compensando as perdas de capacidade laboral decorrentes do envelhecimento (Wajzman et. al., 2004; Felix, 2016).

Justamente por isso vemos uma polarização, com basicamente duas formas típicas de inserção ocupacional: aposentados empregados e trabalhadores por conta própria e domésticos (no caso das mulheres). Em 2019, 16,4% dos trabalhadores idosos ocupados eram empregados e 45,0% trabalhavam por conta própria. A taxa de informalidade era de 54,1%, contra 36,4% do restante da população. E, embora haja mais homens trabalhando conta própria do que mulheres (48,8% e 38,0%, respectivamente), são 18,1% de trabalhadoras domésticas entre as mulheres contra apenas 1,5% entre os homens.

Esse perfil, conquanto heterogêneo, guarda uma especificidade: *maior dispersão salarial que é reflexo do tipo de inserção ocupacional dos idosos*. Quando é feita a comparação com o restante do mercado de trabalho, há mais idosos na base (salários menores) e no extremo superior (maiores salários), e menos nas faixas intermediárias.

Como o mostra o Gráfico 3, a concentração ao longo das faixas intermediárias, especialmente as próximas ao salário mínimo, é bastante alta para os dois grupos. Mas a concentração dos não idosos logo à direita, ou seja, nas faixas intermediárias um pouco superiores ao salário mínimo, é consideravelmente maior. Por outro lado, os idosos estão mais concentrados nos dois extremos, especialmente na base.

Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhadores não idosos e idosos, conforme a renda de todos os trabalhos, Brasil - 2019



Fonte: PNAD Contínua anual 2019, IBGE. Elaboração dos autores.

Essa polarização observada na força de trabalho idosa é determinante dos resultados alcançados pelos diferentes grupos etários no mercado de trabalho. Os idosos mais escolarizados tendem a ter salários maiores do que os não idosos nas mesmas condições, e, para esse grupo, o fator experiência é fundamental para sua manutenção na atividade econômica. Já os idosos menos escolarizados, ainda que tenham mais experiência do que os não idosos, se encontram em situação menos favorável ao enfrentar, na sua inserção e manutenção no mercado de trabalho, desafios que estão ligados a questões como discriminação e falta de qualificação profissional (Camarano et al., 2019).

2.2. Proteção social para idosos

A despeito de a renda oriunda do trabalho ser a principal fonte de sustento da maior parte das famílias brasileiras, as transferências de renda governamentais cumprem um papel fundamental para a garantia do bem-estar individual e familiar, especialmente entre os idosos. A Constituição Federal de 1988 (CF-88) ampliou

a cobertura previdenciária e flexibilizou o acesso dos trabalhadores rurais a benefícios sociais, ao mesmo tempo que reconheceu a assistência social como uma política pública não contributiva (Delgado et al., 2009).

Os idosos foram particularmente beneficiados pelo reconhecimento constitucional da seguridade social. No âmbito da previdência social, os principais benefícios são as aposentadorias (por tempo de contribuição, idade ou invalidez) e as pensões por morte. A desigualdade na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho formal explica, em parte, as diferenças entre os perfis dos benefícios recebidos. Para os idosos homens, a maioria dos benefícios pagos em 2019 refere-se à aposentadoria por tempo de contribuição, ao passo que entre as idosas mulheres predominam as pensões por morte (ibid.).

Adicionalmente, a previdência rural garante o benefício previdenciário ao trabalhador rural em regime de economia familiar, sem vinculação à comprovação de contribuição individual. A CF-88 transferiu a unidade beneficiária do chefe do domicílio para o indivíduo, permitindo, portanto, que as mulheres casadas também recebam o benefício (Camarano., 2006). Essa mudança contribuiu para aumentar a cobertura previdenciária, especialmente para as mulheres idosas.

Já a política de assistência social se estrutura principalmente através do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF). O BPC é uma transferência de renda mensal no valor de um salário mínimo, destinada a pessoas idosas ou com deficiências incapacitantes para o trabalho, que apresentam renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. O fato de esse benefício ser não contributivo e garantido constitucionalmente faz com que o BPC seja atualmente importante política de enfrentamento à pobreza entre os idosos no Brasil. O PBF, por sua vez, é uma transferência condicionada de renda, que visa garantir renda mínima à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Em função de sua grande cobertura e sua boa focalização, o PBF contribuiu para a redução da pobreza, em particular a pobreza extrema, no Brasil no período de 2001 a 2017 (Souza et al., 2019).

Foi toda essa arquitetura institucional, montada em torno do Sistema Previdenciário e do Sistema Único de Assistência Social

(Suas) que evitou consequências ainda mais devastadoras sobre a renda das famílias ao longo da pandemia (Barbosa e Prates, 2020). Primeiro, porque foi sobre o amadurecimento da estrutura de implementação do PBF ao longo das últimas décadas que o auxílio emergencial pôde ser implementado. Mas, também, porque no caso dos idosos e seus familiares, em especial, as rendas de aposentadorias, pensões e do BPC têm sido cada vez mais fundamentais. Isso justamente quando a crise desemprega os idosos no mercado de forma desproporcional e com poucas perspectivas de retorno, como mostramos a seguir.

3. Os efeitos da pandemia sobre a inserção dos idosos no mercado de trabalho

3.1. Um caminho sem volta?

A pandemia teve efeitos devastadores sobre o mercado de trabalho, com uma queda sem precedentes dos níveis de ocupação. Esse movimento foi puxado especialmente pelos mais jovens, com uma queda de 10,3 pontos percentuais (p.p.); a redução média para as pessoas de 18 anos ou mais foi de 7,6 p.p (Tabela 1). Para os idosos, que já tinham um nível de ocupação bastante inferior à média geral antes da pandemia, o nível de ocupação, embora tenha tido uma queda menor que a dos demais adultos (-5,6 p.p.), atingiu um nível extremamente baixo, de 17,4%.

Tabela 1 - Nível de ocupação segundo faixas etárias, Brasil - 2019 e 2020

Faixas de idade	2019	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	Var. agosto/2020 - 2019
18 a 29 anos	60.0%	51.3%	51.0%	51.2%	49.7%	-10.3%
30 a 45 anos	75.9%	70.0%	69.4%	69.9%	67.9%	-8.0%
45 a 59 anos	65.3%	60.9%	61.1%	61.2%	58.6%	-6.7%
60 anos ou mais	23.0%	18.9%	18.8%	18.7%	17.4%	-5.6%
Total	58.7%	53.4%	53.2%	53.4%	51.1%	-7.6%

Fonte: PNAD Contínua Anual (2019) e PNAD-Covid (maio a agosto de 2020), IBGE.

Tabela 2 - Taxa de participação (tradicional e ampliada) por faixa etária, Brasil - 2019 e 2020

Taxa de participação	2019	mai/20		jun/20		jul/20		ago/20		Var. ago/2020 - 2019	
		Normal	Ampliada	Normal	Ampliada	Normal	Ampliada	Normal	Ampliada	Normal	Ampliada
18 a 29 anos	75,1%	62,1%	79,9%	63,6%	80,2%	64,2%	80,5%	63,8%	78,4%	-11,26%	3,34%
30 a 45 anos	83,2%	76,8%	87,3%	77,4%	87,5%	78,0%	87,5%	76,1%	84,7%	-7,07%	1,53%
45 a 59 anos	69,9%	66,0%	74,8%	66,8%	75,0%	66,8%	75,0%	64,1%	71,2%	-5,81%	1,29%
60 anos ou mais	24,0%	20,4%	22,9%	20,4%	22,5%	20,1%	22,3%	18,7%	21,1%	-5,29%	-2,89%
Total	62,6%	56,4%	66,9%	57,1%	67,0%	57,3%	66,9%	59,3%	65,6%	-3,32%	2,98%

Fonte: PNAD Continua Anual (2019) e PNAD-Covid (maio a julho de 2020, IBGE).

O que esses resultados escondem, contudo, são a incidência e o significado da saída da força de trabalho. Afinal, quando a realidade muda drasticamente e nos coloca defronte de novas formas sociais, as medidas comumente utilizadas para a compreensão da realidade devem ser lidas com cautela e, se possível, aperfeiçoadas (Prates e Barbosa, 2020b).

A retração da atividade econômica resultou na saída forçada do mercado de trabalho de boa parte dos trabalhadores, mas, diferentemente de outras crises, sem a manutenção da condição de economicamente ativos. Isso porque, em virtude das medidas de distanciamento físico, a procura por trabalho – que é o que define a condição de atividade econômica para os que não estão ocupados – ficou ela mesma comprometida. Novamente, a fronteira entre “atividade” e “inatividade” está borrada (OIT, 2020).

Dessa forma, é proveitoso ir além da “medida tradicional” e averiguar como a pandemia, ela mesma, tem afetado as taxas de participação e como essas taxas diferem entre os grupos etários. Para tal, a Tabela 2 apresenta as taxas de participação “tradicionais” junto de uma nova medida, a “taxa de participação ampliada”. Essa última incorpora à força de trabalho aqueles que pela definição operacional são considerados inativos, mas que não procuraram trabalho **por conta da pandemia ou por falta de postos na localidade** (possibilidade aberta pela PNAD-Covid). Trata-se, assim, de pessoas que, “em tempos normais”, estariam procurando trabalho e seriam caracterizadas como economicamente ativas.

E assim vemos, com a medida tradicional, que a queda da taxa de participação dos idosos é novamente semelhante à dos demais adultos (entre 5% e 7%) e bastante inferior à dos jovens (-11.26%). Sob essa ótica, não haveria nada de específico aos idosos com relação à sua opção de se retirar da força de trabalho.

Contudo, quando se analisa a “taxa de participação ampliada”, o cenário muda radicalmente. Enquanto *em todas as faixas etárias* a taxa de participação ampliada é significativamente mais elevada do que a medida tradicional, o mesmo não ocorre com os idosos. Não por acaso, a variação entre o mês de agosto e a média para o ano de 2019, quando consideramos a taxa ampliada, é positiva para todos os grupos, ao passo que é negativa para os idosos (-2,89 p.p.). Esse resultado indica que, embora a pandemia tenha interrompido a trajetória ocupacional de trabalhadores de

todas as idades, ela não é a causa primordial para a manutenção da inatividade dos idosos.

O dado fica ainda mais dramático quando se observa a composição da população ocupada idosa e não idosa, por níveis educacionais, antes e durante a pandemia. De um modo geral, trabalhadores menos qualificados são os mais afetados, justamente por serem aqueles que mais se inserem nas ocupações menos estáveis e mais impactadas pela crise desencadeada pela pandemia (Prates e Barbosa, 2020a). Dessa forma, tanto para os idosos quanto para os não idosos, cresce a participação relativa dos mais qualificados, especialmente os com ensino superior, tal como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Composição da população ocupada, por níveis educacionais, idosos e não idosos - 2019 e 2020

	Escolaridade	2019 - 2º tri		2020 - 2º tri		Variação (2020-2019)	
		n	%	n	%	n	%
Não idosos (25-59 anos)	Menos que Fundamental completo	18.439.611	24,70	14.425.624	21,81	-4.013.988	-2,89
	Fundamental completo	9.969.229	13,35	8.156.065	12,33	-1.813.164	-1,02
	Médio completo	29.016.646	38,87	25.857.216	39,09	-3.159.430	0,23
	Superior completo	17.231.157	23,08	17.701.284	26,76	470.127	3,68
	Total	74.656.643	100,00	66.140.188	100,00	-8.516.456	0,00
Idosos	Menos que Fundamental completo	3.794.485	50,06	3.112.255	43,40	-682.230	-6,65
	Fundamental completo	814.245	10,74	764.696	10,66	-49.549	-0,08
	Médio completo	1.544.256	20,37	1.662.859	23,19	118.603	2,82
	Superior completo	1.427.393	18,83	1.630.971	22,74	203.577	3,91
	Total	7.580.380	100,00	7.170.781	100,00	-409.599	0,00

Fonte: PNAD Contínua, IBGE. Elaboração dos autores.

O que chama atenção, contudo, é que a participação relativa dos trabalhadores com menores níveis de qualificação entre os idosos se reduz em uma intensidade que é quase três vezes a dos não idosos.

A combinação entre a brusca redução das taxas de participação dos idosos, de um lado, e o perfil daqueles que deixaram o mercado, de outro, aponta para uma situação que desenha uma dificuldade de reinserção ainda mais intensa do que em crises ordinárias. Para os jovens e adultos, a pandemia significou a suspensão temporária da trajetória no mercado de trabalho. Já para boa parte dos idosos que trabalhavam e que tiveram sua atividade interrompida, parece ter significado um caminho de exclusão forçada e sem volta.

3.2. Um grupo ainda mais desigual: inserção ocupacional, gênero e raça

Ao forçar com intensidades distintas a saída de diferentes perfis de trabalhadores do mercado de trabalho, a crise desencadeada pela Covid-19 alterou também o perfil dos ocupados. No caso dos idosos, isso pode ser observado de forma ainda mais intensa devido ao seu maior grau de heterogeneidade de inserção ocupacional quando comparado com o restante da população adulta.

A Tabela 4 apresenta como a pandemia afetou a renda do trabalho dos idosos e dos demais trabalhadores comparando os dados do segundo trimestre de 2019 e de 2020 – sendo esse último o auge da pandemia. A renda do trabalho dos ocupados não idosos maiores de 24 anos se manteve relativamente estável, mas para os idosos houve uma queda de 3,4%. A variação na renda dentro de cada grupo, contudo, é fortemente dependente da variação na renda segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego.

A diferença mais marcante está entre os empregados com carteira assinada do setor privado. Em 2019, os idosos nessa categoria tinham uma renda média muito semelhante à média geral dos próprios idosos. Durante a pandemia, a renda dos idosos com carteira assinada é quase 20,0% maior que a média. Para os não idosos, a mudança foi muito menos expressiva (a renda relativa sobe de 98,6% para 102,9%). O mesmo ocorreu no setor público, grupo com salários consideravelmente mais altos, que se distanciaram da média no grupo de idosos (191,8% para 218,8%) de forma muito mais aguda do que entre os não idosos (178,3% para 184,1%). Para aqueles com inserção mais precária, especialmente os com conta própria, as quedas da renda dos idosos e dos não idosos são muito

semelhantes (-18,9% e -19,7%, respectivamente). Mas, cabe lembrar, a renda dos idosos conta própria já partia, antes da pandemia, de patamares mais baixos.

No agregado, o que vemos é que a dispersão da renda dos trabalhadores idosos cresce ao longo da pandemia, em função, especialmente, de uma queda da renda dos conta própria e dos domésticos, por um lado, e de um aumento expressivo da renda dos empregados com carteira assinada e dos funcionários públicos e militares, por outro. Embora essa fosse uma tendência geral do mercado de trabalho, que acabou por prejudicar os menos qualificados e beneficiar aqueles que podem realizar as atividades de casa ou em teletrabalho (Barbosa, Prates et al., 2020) o movimento foi ainda mais aprofundado entre os idosos.

Tabela 4 - Renda do trabalho (absoluta e relativa) e variação - 2º trimestre de 2019 e 2020

	Posição na ocupação e categoria do emprego	2019-2º tri		2020-2º tri		Diferença 2020/2019
		Renda	Renda Relativa	Renda	Renda Relativa	
Não idosos (25-59 anos)	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	2.337	98,6%	2.427	102,9%	3,86%
	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	1.618	68,3%	1.601	67,9%	-1,04%
	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1.314	55,4%	1.284	54,5%	-2,30%
	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	792	33,4%	656	27,8%	-17,15%
	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	4.007	169,1%	4.122	174,8%	2,85%
	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	2.092	88,2%	2.114	89,7%	1,09%
	Militar e servidor estatutário	4.227	178,3%	4.341	184,1%	2,70%
	Empregador	5.637	237,8%	4.973	210,9%	-11,77%
	Conta-própria	1.762	74,3%	1.414	60,0%	-19,75%
	Total	2.370	100,0%	2.358	100,0%	-0,52%
	Coefficiente de variação	1,54	-	1,55	-	0,01

(continuação)

Idosos	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	2.825	99,4%	3.250	118,4%	15,02%
	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	2.170	76,4%	2.024	73,7%	-6,73%
	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1.342	47,2%	1.331	48,5%	-0,78%
	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	823	28,9%	700	25,5%	-14,93%
	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	5.450	191,8%	6.004	218,8%	10,17%
	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	3.193	112,4%	3.255	118,6%	1,94%
	Militar e servidor estatutário	5.254	184,9%	5.356	195,1%	1,93%
	Empregador	7.576	266,6%	6.339	231,0%	-16,33%
	Conta própria	1.681	59,2%	1.376	50,1%	-18,13%
	Total	2.842	100,0%	2.745	100,0%	-3,42%
	Coefficiente de variação	2,07	-	2,18	-	0,11

Fonte: PNAD Contínua, segundo trimestre de 2019 e 2020. Para 2019, utilizamos a renda habitual. Para 2020, a renda efetiva, de modo a melhor captar os efeitos da pandemia.

Essa tendência, contudo, é fortemente marcada por clivagens de gênero e raça, marcadores sociais da diferença que operam na antessala do processo de inserção ocupacional (Lima e Prates, 2019). Não por acaso, durante a pandemia, os efeitos no mercado de trabalho foram diferentes para mulheres e homens, brancos e negros, também entre os idosos.

Chama atenção o fato de que a composição das formas de trabalho de mulheres mudou mais do que a dos homens idosos. Entre as mulheres, trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e trabalhadoras por conta própria foram muito mais afetadas do que entre os homens devido a um processo de segregação que é ocupacional e independente do tipo de vínculo (Silveira e Leão, 2020). Mulheres conta própria e informais estão majoritariamente inseridas em categorias como cozinheiras, cabeleireiras, vendedoras de lojas, vendedoras em domicílio, costureiras, ocupações fortemente afetadas pelas medidas de distanciamento físico e que tiveram suas atividades paralisadas. Já os homens conta própria e informais estão em maior número na construção civil, nos transportes, nas

atividades de segurança, na agricultura e nas atividades extrativas. A maioria dessas ocupações e atividades se manteve operando ao longo de toda a pandemia, salvo algumas exceções.

Processo semelhante, mas que depende mais do tipo de vínculo do que da inserção ocupacional, ocorreu com o efeito da pandemia sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho. As(os) negras(os) se encontram mais inseridas(os) em ocupações com vínculos menos estáveis que as(os) brancas(os), o que fez com que o rompimento dos vínculos se desse de forma mais expressiva entre o primeiro grupo. Dessa forma, se mulheres foram mais prejudicadas devido a um processo de segregação ocupacional, e negras(os) foram mais prejudicadas(os) devido à maior concentração nos segmentos mais vulneráveis, porque é justamente aí onde a estabilidade do vínculo é mais rarefeita.

O resultado dessa combinação implica dois vetores distintos, mas complementares, de estruturação das desigualdades no mercado de trabalho. Por um lado, houve um aumento da desigualdade se vista sob a ótica da expulsão do mercado, que afetou de forma desproporcional mulheres e negra(os). Logo, o mercado de trabalho entre os idosos ao longo da pandemia é mais branco e masculino.

Por outro lado, a destruição em maior intensidade de postos de trabalho mais precários e com menores salários – especialmente os de trabalhadores conta própria e de empregados informais – fez com que a participação relativa dessas ocupações na massa salarial tenha declinado, reduzindo as diferenças salariais dos que se mantiveram ocupados. A renda média do trabalho das idosas, que equivalia a 67,0% da renda do trabalho dos idosos antes da pandemia, hoje equivale a 76,0%. A das(os) negras(os), que era 45,0% da renda média das(os) brancas(os), hoje equivale a 48,8%.

Ou seja, embora a desigualdade de rendimentos do trabalho ainda seja gritante, ela se reduziu. Mas não como fruto de uma equalização que colocou negras(os) e mulheres em condições mais igualitárias às de brancas(os) e homens, mas sim pela expulsão daqueles que já se encontravam nas piores posições. A falsa sensação de menor desigualdade salarial contrasta, assim, com a reprodução de um padrão histórico de um mercado de trabalho que pune mais severamente negras(os) e mulheres.

3.3. Perspectivas de retomada dos idosos ao mercado de trabalho

O panorama apresentado parece indicar que a saída do mercado de trabalho durante a pandemia é um caminho sem volta para muitos idosos brasileiros. Dada a natureza desta crise, é ainda desafiador prever como se dará o retorno da atividade econômica para os diferentes grupos etários. Dados mais recentes do emprego formal, no entanto, nos permitem verificar algumas tendências. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, o mercado de trabalho formal começou a apresentar sinais de recuperação em julho de 2020, o que resultou do aumento do número de contratações⁶. Para os idosos, no entanto, a situação é distinta.

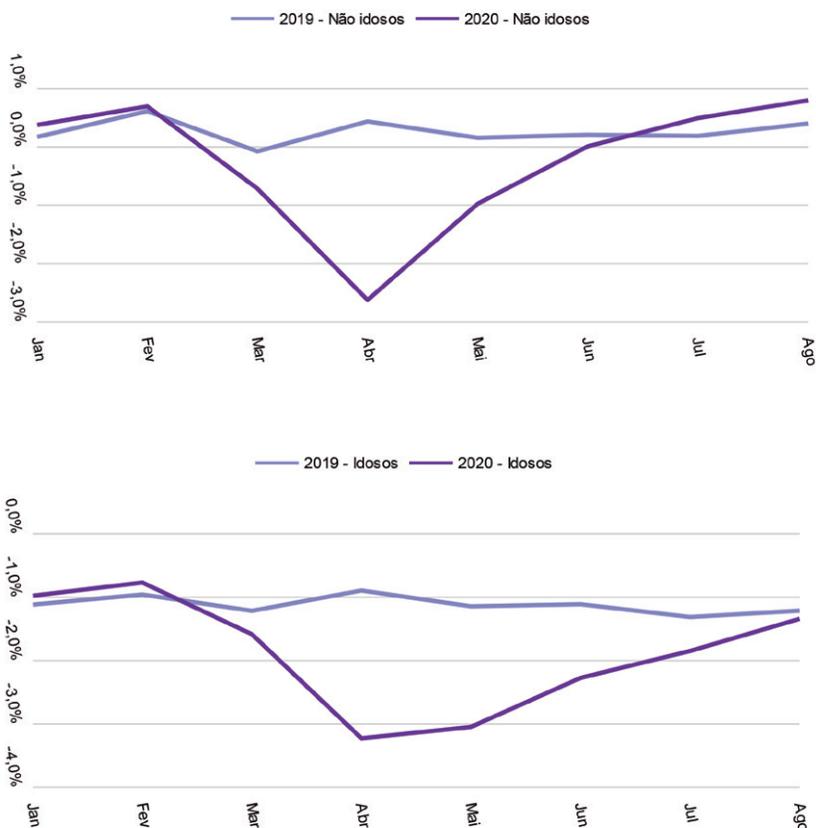
Os gráficos 4 e 5 apresentam as taxas de crescimento líquidas do emprego formal para idosos e não idosos, de janeiro a agosto de 2019 e 2020. Para os não idosos, verifica-se uma queda brusca do emprego formal a partir de março de 2020, alcançando o pico negativo no mês de abril. Em julho de 2020, o emprego formal para os não idosos começa a dar sinais de crescimento, com taxas de crescimento positivas.

Para os idosos, o emprego formal já vinha apresentando retração em 2019, mas essa queda se intensifica com a pandemia, a partir do mês de março. A retomada do emprego formal para os idosos, no entanto, parece ser mais lenta e as taxas de crescimento para esta faixa etária permanecem negativas nos meses de julho e agosto, ao contrário do que acontece com os não idosos. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pela distribuição setorial e etária dos trabalhadores formais. Em termos setoriais, verifica-se uma grande concentração de idosos no setor de serviços (cerca de 70,0%). Esse foi o setor mais afetado pela crise da pandemia, com o fechamento de mais de 700 mil postos de trabalho formais de

6 O Caged é um registro administrativo informado mensalmente por todas as empresas formais que realizam alguma movimentação na sua força de trabalho. Recomenda-se que os dados de 2020 sejam lidos com cautela, uma vez que, durante o período da pandemia, há maior possibilidade de as empresas informarem em atraso ou, ainda, de não declaração para o caso das empresas que encerraram as atividades e ainda não formalizaram o fechamento.

março a junho de 2020, segundo dos dados do Caged. O setor de serviços é também o último a apresentar sinais de recuperação.

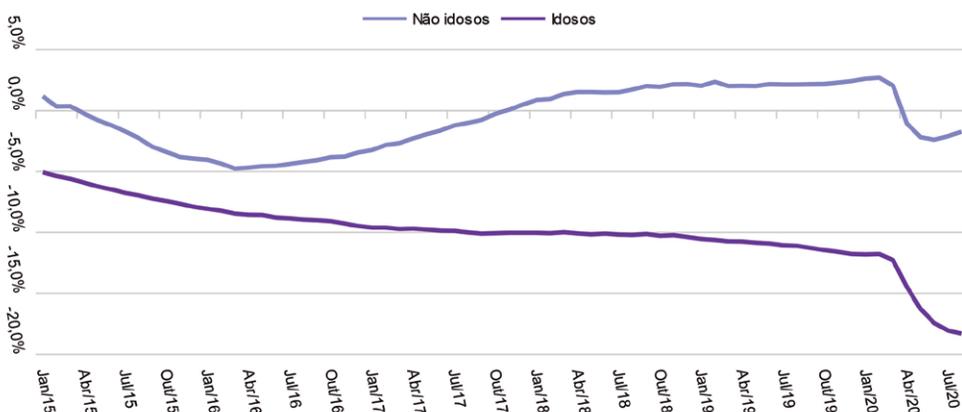
Gráficos 4 e 5 - Taxas de crescimento líquidas do emprego formal para não idosos e idosos, Brasil - janeiro a agosto de 2019 e 2020



Fonte: Caged - SEPRT/ME. Elaboração dos autores.

A tendência de queda do emprego formal para os idosos já vinha sendo observada nos últimos anos, conforme mostra o Gráfico 6. Se, para os não idosos, 2018 foi um ano de retomada da atividade econômica, para os idosos, o emprego formal continuou caindo.

Gráfico 6 - Taxas de crescimento líquidas interanuais do emprego formal para não idosos e idosos, Brasil - 2015 a 2020



Fonte: Caged - SEPRT/ME. Elaboração dos autores.

Esses dados apontam para um futuro pouco animador e para sérias dificuldades de reinserção dos idosos no mercado de trabalho, especialmente para os menos qualificados. A recuperação que começa a se desenhar é ainda tímida e restrita, e deve ser capitaneada especialmente pelo mercado informal. Reinsere os idosos no mercado de trabalho formal torna-se, assim, um dos principais desafios da política de trabalho no futuro próximo.

4. Considerações finais

A pandemia afetou de formas distintas a inserção dos diferentes grupos etários no mercado de trabalho. Para os idosos, os efeitos foram mais negativos para os menos escolarizados e cuja inserção ocupacional é mais frágil. As possibilidades de retomada da atividade econômica são restritas e colocam no centro do debate a necessidade de ampliação de políticas públicas de trabalho e de proteção social voltadas aos idosos.

Devido ao fato de que a renda do trabalho foi a mais afetada durante o período da pandemia, os benefícios sociais se tornaram a principal fonte de renda para as famílias com idosos, e em muitos casos a única fonte para o seu sustento. A participação de transferências governamentais nos domicílios de idosos, que era de

44,5% em 2019, salta para 69,0% durante a pandemia. A situação de pobreza, caso não pudessem contar com aposentadorias e pensões, atingiria metade dos idosos, *independentemente do recebimento ou não do auxílio emergencial*.

É possível que muitos desses idosos que ficaram sem fonte de renda durante a pandemia tenham recorrido à aposentadoria ou ao BPC como alternativas de urgência frente à situação extrema. Vale lembrar, no entanto, que a elegibilidade ao BPC não foi flexibilizada e que uma eventual aposentadoria às pressas pode ter significado uma aposentadoria não planejada com aplicação do fator previdenciário, alterando planos de mais longo prazo previamente estabelecidos.

A pandemia da Covid-19 reforça, portanto, a necessidade de repensar dois tipos de mecanismo centrais das políticas públicas que envolvem o bem-estar da população idosa. Em primeiro lugar, aqueles relativos à proteção social. O aumento da demanda por serviços de cuidado e de benefícios não contributivos reflete o potencial aumento da pobreza causado pela pandemia. Ao mesmo tempo, observa-se uma pressão no sistema previdenciário, acelerada pela saída forçada de muitos idosos do mercado de trabalho formal. O movimento é, portanto, de ampliação do sistema de proteção social, mas com a permanente incógnita sobre sua sustentabilidade no longo prazo.

As transferências de renda, no entanto, não são suficientes para milhões de famílias que ainda dependem da renda do trabalho de idosos para seu sustento. Para os trabalhadores com 60 anos ou mais de idade, a saída do mercado de trabalho antecipa desafios impostos pelo futuro do trabalho e dificulta a retomada do emprego. O aumento do uso de novas tecnologias digitais e a crescente demanda por tais habilidades, bem como as transformações nas formas de organização do trabalho aceleradas pela pandemia, afetam mais diretamente os idosos menos escolarizados. Por outro lado, na ausência de políticas de emprego, trabalho e renda destinadas aos trabalhadores e trabalhadoras idosos no Brasil, o retorno ao mercado de trabalho, em especial o mercado de trabalho formal, torna-se uma realidade distante para muitos.

A baixa escolaridade de boa parte da força de trabalho idosa, as condições de saúde mais frágeis em relação ao restante da população e a discriminação do trabalhador idoso dificultam a reinserção

(Camarano et al., 2019). Paralelamente, e a despeito da queda das taxas de mortalidade e das melhorias nas condições de saúde, os trabalhadores têm saído mais cedo da atividade econômica (ibid.).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta para a necessidade da construção dos chamados sistemas de aprendizagem ao longo da vida (OIT, 2019), as atividades de desenvolvimento de competências e qualificações no curso de vida. Um sistema de aprendizado ao longo da vida forte, alinhado à proteção social universal, garante que o trabalhador faça suas próprias escolhas no mercado de trabalho e contribui para a manutenção de uma sociedade ativa. Uma sociedade em que o desejo e as habilidades dos idosos são plenamente aproveitados e que promove o emprego da população mais velha que deseja continuar trabalhando reduz as pressões sobre a proteção social das gerações futuras.

Adicionalmente, vemos que a discriminação em relação ao trabalho das pessoas mais velhas é fator determinante da sua permanência no mercado de trabalho (Camarano et al., 2019). Nesse sentido, é necessário pensar em mecanismos que incentivem a contratação de pessoas com 60 anos ou mais de idade, alinhados a políticas de qualificação e desenvolvimento de competências.

O adiamento da idade de aposentadoria é considerado uma alternativa para conter o desequilíbrio fiscal e proporcionar a sustentabilidade do sistema previdenciário. Mas a necessidade de uma política bem estruturada que viabilize a (re)inserção e a manutenção dos idosos na força de trabalho torna-se cada vez mais patente. A pandemia desnudou, mais do que nunca, a necessidade de enfrentar esse desafio.

Referências bibliográficas

BARBOSA, R. J.; PRATES, I. (2020). “Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa de Preservação do Emprego e da Renda (MP936) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia”. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, 69, Ipea.

BARBOSA, R. J; PRATES, I. et al. (2020). Crise altera o perfil do trabalho em casa e do teletrabalho. Desigualdade digital reduz rendimentos e rebaixa atividade econômica. Rede de Pesquisa Solidária Políticas Públicas & Sociedade.

- BUI, T. T. M. B.; BUTTON, P.; PICCIOTTI, E. G. (2020). Early evidence on the impact of covid-19 and the recession on older workers. Nber working paper series. Working Paper N. 27448. Cambridge.
- CAMARANO, A. A. (2006). Mecanismos de Proteção Social para a População Idosa Brasileira. Texto para Discussão (Ipea), Rio de Janeiro, v. 1, pp. 1-30.
- _____ (2016). “Empregabilidade do trabalhador mais velho e reforma da previdência”. *Boletim Mercado de TRabalho*, v. 1, pp. 23-32.
- CAMARANO, A. A.; CARVALHO, D. F. & KANSO, S. (2019). “Saída precoce do mercado de trabalho: aposentadoria ou discriminação?”. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 24, n. 9, pp. 3183-3192. Epub Sep 09.
- DEBERT, G; GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (2020). “Vieillissement et inégalités sociales: le cas du Brésil”. *Retraite et Société*, 84 (2).
- DELGADO, G.; JACCOUD, L.; NOGUEIRA, R. P. (2009). “Seguridade Social: redefinindo o alcance da cidadania”. In: *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, cap. 1. Rio de Janeiro: Ipea.
- FELIX, J. (2016). “O idoso e o mercado de trabalho”. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*, cap. 9. Rio de Janeiro: Ipea.
- GUIMARÃES, N; BRITO, M. M. A. & BARONE, L. S. (2016). “Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 90, pp. 17-38.
- GUIMARÃES, N.; PAUGAM, S.; PRATES, I. (2020). “Laços à brasileira. Desigualdades e vínculos sociais”. *Tempo Social* (no prelo).
- KERSTENETZKY, C. (2017). “Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil do século XXI”. *Novos Estudos Cebrap*, 36(2), pp. 15-34.

- LIMA, M.; PRATES, I. (2019). “Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira”. *Tempo Social*, v. 31, n. 2.
- OIT (2019). *Trabalhar para um futuro melhor*. Lisboa: Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho.
- OIT (2020). *ILO Monitor: COVID-19 and the world of work*. Fourth edition.
- PRATES, I.; BARBOSA, R. J. (2020a). Black Men and Black Women Are the Most Vulnerable in the Crisis. However, a “New Vulnerable” Group Emerges, White Men and White Women in Non-Essential Services. Covid-19: Rede de Pesquisa Solidária Políticas Públicas & Sociedade. Disponível em: <<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.34802.94402>>.
- _____ (2020b). Desigualdade, pobreza e a normalização do absurdo. *Nexo Jornal*, 22 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Desigualdade-pobreza-e-a-normaliza%C3%A7%C3%A3o-do-absurdo>>.
- SILVEIRA, L.; LEÃO, N. (2020). “O Impacto da Segregação Ocupacional por Gênero e Raça na Desigualdade de Renda no Brasil em Três Décadas (1986-2015)”. *Revista Latinoamericana de Población*, vol. 14, n. 27. ISSN: 2393-640.
- SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. (2016). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Texto para discussão nº 2499. Rio de Janeiro: Ipea.
- WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, E. L. (2004). “Os Idosos no Mercado de Trabalho: Tendências e Consequências”. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os Novos Idosos Brasileiros Muito Além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, pp. 453-480.

longuevidade 2

**Mercado de
trabalho e
convivência
intergeracional:
contribuições
sobre a
inatividade e o
desemprego de
longa duração**

Vitor Matheus Oliveira de Menezes

As informações e análises contidas no presente artigo são de responsabilidade do próprio autor e não refletem posições e opiniões institucionais ou de membros do Cebrap ou do Itaú Unibanco

1. Introdução

O envelhecimento progressivo da população brasileira é atestado por diversas pesquisas acadêmicas. Closs e Schwanke (2018) estimam que o índice de envelhecimento¹ no país cresceu 37,42% entre os anos de 1991 e 2000, e 55,11% entre 2000 e 2010. Já Veras e Oliveira (2018) afirmam que a população brasileira idosa deve alcançar 32 milhões de indivíduos no ano de 2020, um aumento de 60% em 10 anos. Essa tendência, combinada à redução das taxas de fecundidade, provoca um crescimento das famílias em sua dimensão “vertical” (a convivência entre diferentes gerações), em contraste com um encolhimento em sua dimensão “horizontal” (a quantidade de indivíduos por geração) (Camarano; Fernandes, 2014).

Sem dúvida, o cenário impõe desafios ao nosso regime de bem-estar. Em decorrência da perda gradual de autonomia e do acometimento de doenças crônicas, muitos idosos acabam demandando auxílios nas atividades da vida diária (ADVs). Por esse motivo, parte da literatura se dedicou aos impactos do envelhecimento nas relações familiares, levando em conta a provisão de cuidados de longa duração (Goldani, 2004; Guimarães; Hirata; Sugita, 2011).

Porém, tem-se dado pouca atenção à interface entre o cuidado de idosos e a participação dos cuidadores familiares no mercado de trabalho. É importante reconhecer que os indivíduos são dotados de diferentes ativos, e, devido à escassez de tempo e de recursos, é possível que o cuidado de um idoso, como uma atividade “invisível” e não reconhecida pelos mercados, afete as chances individuais na obtenção de empregos. Notadamente, o tema remete à questão da complementaridade ou do conflito entre as tarefas produtivas (geração de recursos no mercado de trabalho) e reprodutivas (tarefas domésticas e cuidado de indivíduos dependentes).

Ao abordarem o assunto, algumas pesquisas se dedicaram a responder como o cuidado de longo prazo é exercido pelas famílias, pelo mercado e pelo Estado, analisando a socialização dos riscos da velhice no regime de bem-estar brasileiro. Em um argumento muito utilizado, Küchemann (2012) salienta que a absorção

¹ O índice de envelhecimento é a razão entre o número de pessoas com 60 anos ou mais e o número de pessoas com menos de 15 anos.

do cuidado de idosos ocorre sobretudo no ambiente familiar. De fato, a Constituição de 1988 e o Estatuto do Idoso, de 2003, definem que o apoio aos mais velhos deve ocorrer preferencialmente nos domicílios. A essa atribuição, somam-se a baixa presença de serviços públicos de cuidado e o alto custo da contratação de cuidadores profissionais, o que produz um cenário de sobrecarga das famílias.

Mas cuidar tem seus custos, sejam eles emocionais, de tempo ou de recursos. A respeito do primeiro aspecto, Seima e Lenardt (2011) dissertaram sobre o excesso de encargos assumidos por cuidadores de idosos com Alzheimer. Já interseccionando os dois outros elementos, Esping-Andersen (1999) revelou uma associação negativa, para diversos países europeus, entre o engajamento feminino em tarefas reprodutivas e o acesso a empregos. Mais recentemente, Camarano (2014: 607) se dedicou aos custos materiais dos trabalhos não remunerados, estimando “quanto custa o cuidado familiar”, ou, em outras palavras, “quanto as mulheres brasileiras poderiam estar ganhando se, em vez de estarem cuidando dos idosos dependentes, estivessem participando do mercado de trabalho”.

Dialogando com esse campo de estudos, o presente capítulo examina as interfaces entre a coabitação e o cuidado intergeracional, de um lado, e a participação dos indivíduos no mercado de trabalho, de outro. Vale ressaltar que a redução das taxas de fecundidade diminui o número de possíveis cuidadores familiares, em oposição ao crescimento da quantidade de idosos, o que torna o problema cada vez mais presente no dia a dia da população em idade ativa. Compreender as mudanças demográficas, portanto, tem se apresentado como uma tarefa incontornável em estudos sobre mercado de trabalho.

No entanto, salta aos olhos a escassez de estudos que comparam indivíduos que coabitam com e/ou cuidam de idosos e indivíduos que não coabitam e/ou cuidam, verificando a associação (se de fato existe) entre o trabalho reprodutivo e a procura por empregos (o seu engajamento e a sua duração). Essa procura merece atenção especial, pois, além de traduzir a prospecção de recursos, através da tentativa de ingressar em uma ocupação remunerada, também demanda o investimento de tempo e de dinheiro por parte da força de trabalho, sendo complementada ou prejudicada por outras experiências cotidianas.

Então, esta pesquisa evidencia o papel de elementos não mercantis no funcionamento do mercado de trabalho, com ênfase na convivência e no cuidado intergeracional. Para isso, o capítulo se divide em mais cinco seções. A próxima discute os procedimentos metodológicos da pesquisa, apresentando o banco de dados, as técnicas empreendidas e algumas definições conceituais. Já a seção seguinte discute os dados descritivos, acerca da coabitação com idosos no Brasil e o perfil dos cuidadores, e a penúltima apresenta os resultados de modelos de regressão, voltados à associação entre coabitação/cuidado de idosos e a inatividade e o desemprego de longa duração. Por fim, a quinta seção sintetiza os achados mais importantes do capítulo.

2. Procedimentos metodológicos

O presente capítulo faz uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), criada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD-C objetiva a coleta e a difusão de informações sobre a força de trabalho, mostrando-se indispensável para a realização de estudos acadêmicos e para a formulação de políticas públicas.

Em particular, examino os microdados anualizados e relativos às regiões metropolitanas. Vale notar que as metrópoles e suas cidades-satélites abrigavam 47,2% dos desempregados em 2018, e 40,4% da força de trabalho. Já a taxa de desemprego alcançava 14,1% da população economicamente ativa, índice 3,4 pontos percentuais (p.p.) acima do observado no restante do país. Em outras palavras, o Brasil metropolitano ocupa um lugar importante na composição do desemprego, mesmo representando um cenário circunscrito.

O tópico a seguir contribui com uma abordagem descritiva, analisando os microdados da primeira visita anual da PNAD-C entre 2012 e 2018, com o objetivo de apresentar a proporção da força de trabalho com idade abaixo de 59 anos que coabitava com idosos (60 anos ou mais). No mesmo tópico, discuto o engajamento dos trabalhadores no cuidado de idosos, debruçando-me sobre a quinta visita da divulgação anual da PNAD-C, disponível apenas para o íterim de 2016 a 2018. Para isso, seleciono os trabalhadores

residentes em regiões metropolitanas e comparo os cuidadores de idosos e a força de trabalho como um todo, informando os perfis pessoais e as características dos arranjos familiares.

Após esse panorama descritivo, o quarto tópico possui caráter inferencial, e se detém nos residentes das regiões metropolitanas com idade entre 14 e 59 anos. Seu primeiro objetivo é verificar a associação entre a coabitação com idosos e as chances de inatividade (indivíduos que não trabalham e não procuram empregos) e de desemprego de longa duração (1 ano ou mais de desemprego, seguindo parâmetros da Organização Internacional do Trabalho)². Analisar a inatividade é relevante, pois a “decisão” de entrar na força de trabalho é atravessada por imperativos cotidianos, como a necessidade de geração de renda, sendo útil também para verificar a complementaridade ou o conflito entre as tarefas produtivas e reprodutivas. Já a duração do desemprego diz respeito, por um lado, ao tempo necessário e disponível à procura e, por outro, a um período no qual o trabalhador fica desprovido da renda do trabalho, quando passa a depender materialmente de benefícios sociais, ajuda de pessoas próximas ou mobilização de poupanças. Por esse motivo, desemprego de longa duração é uma boa medida para verificar a existência da associação entre cuidado/coabitação e as experiências dos indivíduos no mercado de trabalho.

Então, faço uso de modelos de regressão logística binomial, que permitem mensurar as chances de ocorrência de uma determinada variável categórica. Assumo separadamente a inatividade e o desemprego de longa duração como variáveis dependentes ($y = 1$). Já a coabitação com idosos é inserida como uma variável *dummy* (“coabitação_não”), tomando como referência os indivíduos que não coabitam. Já as variáveis auxiliares, que servem para controlar o perfil dos respondentes, são todas categóricas: sexo (homens como referência), escolaridade (indivíduos com ensino superior completo como referência), raça (brancos como referência), faixas etárias (indivíduos com idade entre 40 e 59 anos como referência), macrorregiões (habitantes do Sudeste como referência), tipo de cidade (centros das regiões metropolitanas como referência), tipos de unidade doméstica (unidades nucleares como referência)

2 No caso da inatividade, os cálculos serão feitos com base na população total, enquanto para o desemprego de longa duração selecionarei apenas os desempregados.

e papel no domicílio (pessoa responsável pelo domicílio como referência). Essas variáveis são muito utilizadas em estudos sobre o mercado de trabalho, pois costumam estar associadas às chances dos indivíduos no mercado de trabalho. Ao isolar a influência dessas variáveis, torna-se possível analisar especificamente a associação entre coabitação/cuidado e inatividade/desemprego de longa duração. A equação resultante é a que segue:

$$\log \frac{p(y=1)}{1-(p=1)} = \beta_0 + \beta_1 (\text{coabitação_não}) + \beta_2 (\text{sexo_homens}) + \beta_3 (\text{escolaridade_Ensino Superior}) + \beta_4 (\text{raça_brancos}) + \beta_5 (\text{faixas etárias_40 a 59 anos}) + \beta_6 (\text{macrorregiões_Sudeste}) + \beta_7 (\text{tipodecidade_centrais}) + \beta_8 (\text{unidadedoméstica_nuclear}) + \beta_9 (\text{papel_pessoaresponsável})$$

Logo após, a pesquisa se dedica apenas aos indivíduos que coabitavam com idosos e que estavam engajados em atividades de cuidado. Também por meio de regressões logísticas binomiais, o objetivo será analisar o peso de cada hora despendida no cuidado de idosos (variável “*horas_cuidado*”)³, uma variável contínua, nas chances de experimentar a inatividade e o desemprego de longa duração ($y = 1$). Adicionarei a essa variável o seu termo quadrático (“*horascuidado_aoquadrado*”), o que possibilita verificar a existência de relações não lineares entre as horas de cuidado e as chances referidas. Com as mesmas variáveis do cálculo anterior, a equação é a seguinte:

$$\log \frac{p(y=1)}{1-(p=1)} = \beta_0 + \beta_1 (\text{horascuidado}) + \beta_2 (\text{horascuidado_aoquadrado}) + \beta_3 (\text{sexo_homens}) + \beta_4 (\text{escolaridade_Ensino Superior}) + \beta_5 (\text{raça_brancos}) + \beta_6 (\text{faixas etárias_40 a 59 anos}) + \beta_7 (\text{macrorregiões_Sudeste}) + \beta_8 (\text{tipodecidade_centrais}) + \beta_9 (\text{unidadedoméstica_nuclear}) + \beta_{10} (\text{papel_pessoaresponsável})$$

Cada modelo será submetido ao teste de *Omnibus*, que verifica a existência de uma diferença significativa entre os testes acima e os modelos “nulos”, ou seja, nos quais a ocorrência das

3 A PNAD-C toma de maneira geral as horas gastas em tarefas domésticas e em atividades de cuidado. Desse modo, a pesquisa analisa em conjunto as horas gastas em trabalhos não remunerados, reconhecendo que, no domicílio, as tarefas domésticas e as atividades de cuidado não são facilmente separáveis.

variáveis dependentes (inatividade e desemprego de longa duração) é predita de maneira aleatória e sem a inclusão das variáveis explicativas. Caso um teste apresente um valor não significativo, os resultados do modelo ao qual ele se dirige devem ser descartados. Adicionalmente, a pesquisa analisa o desempenho dos modelos, fazendo uso da Curva ROC (*Receiver Operation Curve*). Seu objetivo é verificar em que medida os modelos, a partir de suas variáveis explicativas, são capazes de prever a ocorrência da inatividade e do desemprego de longa duração. Juntamente aos modelos de regressão, apresentarei os resultados no quarto tópico do presente capítulo.

Os procedimentos acima visam traçar um panorama sobre o cuidado familiar de idosos, a partir da coabitação, do perfil dos cuidadores e de suas experiências no mercado de trabalho. Pela análise de um tipo de trabalho não remunerado, a pesquisa visa elucidar o papel de elementos não mercantis no funcionamento do mercado de trabalho, ressaltando a demanda crescente pela coabitação intergeracional e/ou pelo cuidado de idosos em um cenário de envelhecimento populacional.

3. Coabitação com idosos e atividades de cuidado

Coabitar não implica apenas dividir um teto. Ao formar unidades domésticas, os indivíduos compartilham direitos e obrigações associados à geração de renda, à manutenção do domicílio e às atividades de cuidado. O princípio mais importante de recrutamento das unidades domésticas é o ambiente familiar, dotado de um forte conteúdo normativo (RAPP, 1978). Sendo assim, a coabitação traduz a incorporação e a negociação de obrigações morais que incentivam ou restringem o comportamento dos seus participantes, comumente ligados por relações de parentesco.

A esse respeito, a convivência intergeracional merece uma atenção especial. Observa-se uma dependência gradativa dos idosos no desempenho de atividades cotidianas, o que confere relevo aos serviços de cuidado desempenhados por profissionais ou por parentes. Devido ao envelhecimento populacional, o problema tende a assumir cada vez mais destaque em debates acadêmicos e na formulação de políticas públicas.

A Tabela 1 apresenta a extensão da coabitação com idosos no interior da força de trabalho, para os indivíduos com idade entre 14 e 59 anos. Os dados não representam uma categorização dos domicílios, e sim dos próprios trabalhadores, o que permite que o mesmo domicílio seja incluído mais de uma vez. No início da série, 18% dos trabalhadores coabitavam com pelo menos 1 idoso, índice que se manteve praticamente constante até o ano de 2018, quando alcançou 17,8% da força de trabalho metropolitana. A Tabela 1 informa a frequência para cada categoria de número de idosos, notando-se uma certa constância, visto a brevidade do período para captar mudanças demográficas mais profundas.

Tabela 1 - Quantidade de idosos nos domicílios dos integrantes da força de trabalho com 59 anos ou menos (em %)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem idosos no domicílio	83	82,9	83,2	82,8	83,1	82,3	82,2
1 idoso no domicílio	13,4	13	12,8	13,2	13	13,6	13,5
2 idosos no domicílio	4	3,9	3,7	3,8	3,8	4	4,1
3 idosos no domicílio	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2

Fonte: PNAD-C Anual (2016-2018). Elaboração própria.

Além da coabitação, a quinta visita da PNAD-C permite identificar quais trabalhadores haviam desempenhado atividades de cuidado de idosos. No entanto, os dados abarcam um período mais curto, sendo disponibilizados a partir de 2016. Nesse ano, apenas 1.7% da força de trabalho residente em regiões metropolitanas afirmou cuidar de idosos, índice que passou para 1.9% em 2017 e 2.2% em 2018.

É possível afirmar que o cuidado de idosos é subnotificado na coleta, expressando atividades caracterizadas por uma maior intensidade e periodicidade. Em outras palavras, a variável diz respeito a um papel mais estável de cuidador familiar, excluindo as obrigações de cuidado que assumem um caráter esporádico. Isso se confirma tanto pela frequência significativa de coabitação com idosos, que não se reflete na incidência do cuidado, quanto

pelos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Os dados dessa última apontam que, em 2013, 1,9% dos idosos precisavam de ajuda para se alimentar, 4,5% para tomar banho e 6,5% para tomar remédios. Já as atividades de menor intensidade, ou associadas a um menor grau de dependência, apresentaram valores elevados, como a ajuda para ir ao mercado (12,7%), ir ao médico (19,3%) e sair de casa (16,6%).

Ou seja, tudo indica que os respondentes da PNAD-C se reportam às primeiras atividades, nas quais o cuidado assume um sentido mais estrito, consumindo um tempo significativo e não se confundindo com outras atividades diárias. A Tabela 2 revela que os trabalhadores que desempenham cuidado de idosos, no entendimento apresentado sobre a variável, são sobretudo mulheres, com idade avançada e alta escolaridade, especialmente quando comparados à força de trabalho como um todo. A tendência se manteve na série, ainda que com algumas variações. A diferença do acesso ao diploma universitário, por exemplo, variou entre 4,6 p.p. em 2017 e 7,8 p.p. em 2016, com maior incidência entre os trabalhadores que cuidam de idosos. Outra variação importante diz respeito aos respondentes idosos, cuja participação entre os cuidadores, em comparação à força de trabalho como um todo, foi 3,1 p.p. acima em 2018 e 7,1 p.p. acima em 2016. Ademais, ocorreram no ínterim mudanças mais gerais nas características da força de trabalho, em especial a partir do aumento dos índices de escolaridade.

Tabela 2 - Características dos trabalhadores que cuidam de idosos e força de trabalho total (2016-2018) (em %)

		Força de trabalho total			Trabalhadores que cuidam de idosos		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018
Sexo	Homens	54,1	53,4	53,3	41,2	43,6	41,9
	Mulheres	45,9	46,6	46,7	58,8	56,4	58,1
Escolaridade	Ensino Fundamental incompleto	19,7	18,7	18,5	17,6	17,6	16
	Ensino Fundamental completo	16,1	15,3	14,8	12,9	13,9	12,7
	Ensino Médio completo	43,1	43,2	43,9	40,7	41,1	42,2
	Ensino Superior completo	21	22,8	22,8	28,8	27,4	29,2
Faixa etária	14 a 25 anos	19	18,7	18,7	11,4	11,4	12,5
	26 a 39 anos	35,8	35	34,8	25,8	24,2	27,9
	40 a 59 anos	38,3	39,2	38,9	48,9	50,8	49,1
	60 anos ou mais	6,8	7,1	7,5	13,9	13,6	10,6

Fonte: PNAD-C Anual (2016-2018). Elaboração própria.

É preciso salientar que o cuidado de idosos não reflete apenas os padrões de coabitação (ou seja, como se o perfil dos cuidadores fosse um resultado direto do perfil dos indivíduos que convivem com idosos). Em 2018, por exemplo, 50,3% dos trabalhadores com menos de 59 anos e que coabitavam com idosos eram mulheres, enquanto 58,1% dos cuidadores eram do sexo feminino. Já 39,9% dos trabalhadores que coabitavam com idosos tinham idade entre 40 e 59 anos, índice quase 10 p.p. abaixo do relativo aos cuidadores, tal como expresso na Tabela 2⁴. Os resultados corroboram a ideia de que existe uma divisão sexual e geracional do trabalho nas unidades domésticas, sendo que o trabalho reprodutivo, aqui associado ao cuidado de idosos, recai sobre as mulheres e os trabalhadores mais velhos.

⁴ Por outro lado, 19,9% da força de trabalho que coabitava com idosos tinha idade entre 14 e 25 anos, número superior aos 12,5% dos cuidadores que pertenciam a essa faixa etária.

Já os níveis escolares revelam um fenômeno distinto. A coabitação com idosos é menos frequente entre os trabalhadores com baixa escolaridade, sobretudo devido à menor expectativa de vida entre os mais pobres. Em 2018, apenas 13,3 e 12,3% dos trabalhadores que coabitavam com idosos possuíam Ensino Fundamental incompleto e completo, respectivamente. Por esse motivo, a melhor alternativa para verificar se existe alguma diferença educativa no desempenho do cuidado, para além da ocorrência da coabitação, é contrastar esse indicador entre os trabalhadores que coabitam e os trabalhadores que cuidam de idosos. Como existe uma forte correlação entre idade e anos de estudo, pois os trabalhadores mais jovens tendem a ser também os menos escolarizados, a Tabela 3 exclui da análise os trabalhadores com até 25 anos de idade. Os resultados demonstram que, para além da ocorrência da coabitação por níveis educativos, não existem grandes diferenças escolares entre os trabalhadores que coabitam e os trabalhadores que cuidam de idosos.

Tabela 3 - Escolaridade dos trabalhadores que coabitam e dos trabalhadores que cuidam de idosos, com idade entre 26 e 59 anos (2018) (em %)

	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio completo	Ensino Superior completo
Trabalhadores que coabitam com idosos	14,3	10,2	43,6	31,9
Trabalhadores que cuidam de idosos	14,4	11,5	42,6	31,5

Fonte: PNAD-C Anual (2018). Elaboração própria.

Para complementar esses achados, a Tabela 4 informa os papéis desempenhados nos domicílios, bem como os tipos mais comuns de unidade doméstica entre os cuidadores e na força de trabalho como um todo. Como esperado, não ocorreram variações significativas de um ano a outro, e nota-se que as gerações mais novas estão sobrerrepresentadas no cuidado de idosos. Assim, os filhos dos responsáveis pelo domicílio (que podem ou não ser os próprios idosos) tendem a se engajar com mais frequência em atividades de cuidado, seguidos pelos próprios responsáveis e por seus cônjuges, ainda que os dois grupos apresentem índices bastante inferiores

aos da força de trabalho como um todo. Todos os outros papéis estão sobrerrepresentados no cuidado de idosos, e, com exceção dos irmãos ou irmãs dos responsáveis pelo domicílio, representam gerações mais novas.

Porém, esses resultados devem ser interpretados juntamente às informações fornecidas pela Tabela 2. Vimos que o cuidado de idosos é mais frequente entre os trabalhadores com idade entre 40 e 59 anos e com 60 anos ou mais, o que revela uma certa responsabilização no interior das unidades domésticas. Logo, pode-se afirmar que as atividades de cuidado são particularmente assumidas pelos descendentes diretos dos idosos, mas que já atingiram uma idade que é considerada adequada para o acompanhamento dos mais velhos.

Tabela 4 - Tipos de unidade doméstica dos respondentes e posições nos domicílios (2016-2018) (em %)

		Força de trabalho total			Trabalhadores que cuidam de idosos		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018
Tipo de unidade doméstica	Nuclear	70,4	70,5	70,1	39,5	36,4	36,4
	Estendida	21,4	21,2	21,4	56,8	59,4	60,6
	Composta	1,8	1,8	1,9	3,7	4,2	3
	Unipessoal	6,4	6,5	6,7	-	-	-
Posição no domicílio	Pessoa responsável pelo domicílio	45,2	44,5	44,4	29,5	27,4	30,1
	Cônjuge da pessoa responsável	23,8	24,8	25	13,4	13,5	13
	Filho ou filha	23,3	22,9	22,2	38,6	39,8	39
	Genro ou nora	1,4	1,4	1,4	2,6	3,9	2,9
	Neto ou neta	1,4	1,2	1,5	5,7	6,5	6,6
	Irmão ou irmã	1,6	1,6	1,8	2,9	2,7	3,1
	Outro parente	1,3	1,4	1,3	2,7	2,6	3,3

Fonte: PNAD-C Anual (2016-2018). Elaboração própria.

Nota: para a posição no domicílio, foram apresentadas apenas as categorias com frequência superior a 1%.

A Tabela 4 também demonstra que, no que diz respeito aos tipos de unidade doméstica, as famílias nucleares (casais com ou sem filhos e solteiros com filhos) apresentam pouca incidência entre os cuidadores, ao que se soma a inexistência de famílias unipessoais. Essa tendência é balanceada pela frequência de famílias estendidas (unidades formadas por outros parentes, além dos cônjuges e filhos) e compostas (unidades que incluem pessoas que não são parentes entre si). Em outras palavras, os resultados ilustram a presença de idosos em arranjos que extrapolam a díade pais-filhos, acompanhando os padrões de coabitação.

Após essa caracterização mais geral do grupo de cuidadores, vale verificar se as atividades de cuidado são circunscritas, limitando-se aos idosos, ou se são direcionadas a indivíduos dependentes em outros grupos etários (crianças e adultos doentes ou com deficiência). Para isso, a Tabela 5 contrasta as respostas dos trabalhadores que já cuidam de idosos (ou seja, se estes trabalhadores cuidam de idosos e de outros indivíduos mais jovens) e da força de trabalho como um todo. As respostas são independentes entre si, então um indivíduo pode se enquadrar em mais de uma categoria ou responder negativamente a todas elas.

Tabela 5 - Cuidado de crianças, adolescentes e adultos (2016-2018) (em %)

	Força de trabalho total			Trabalhadores que já cuidam de idosos		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Cuidam de moradores de 0 a 5 anos	13	15,3	15,8	6	4,2	6,5
Cuidam de moradores de 6 a 14 anos	12,8	16,2	16,4	9	9,3	12,7
Cuidam de moradores de 15 a 59 anos	3	3,4	3,1	9	11	11,8

Fonte: PNAD-C Anual (2016-2018). Elaboração própria.

A Tabela 5 revela que, quando comparados à força de trabalho como um todo, os trabalhadores que cuidam de idosos se engajam com menos frequência no cuidado de indivíduos com até 14 anos. Isso pode estar relacionado a dois fatores: a menor presença de crianças em domicílios com idosos; e uma divisão intergeracional do

cuidado, quando no mesmo domicílio os indivíduos que cuidam de idosos não são os mesmos que cuidam das crianças. Essa tendência se inverte para o cuidado de indivíduos com idade entre 15 e 59 anos, uma categoria que, por sua amplitude, não permite observações mais precisas. Mas, em síntese, deve-se reter que uma quantidade pequena (mas não desprezível) de trabalhadores conjuga o cuidado de idosos com o cuidado de outros membros da unidade doméstica.

4. Chances de inatividade e de desemprego de longa duração

Este tópico discute os resultados dos quatro modelos de regressão logística apresentados na seção metodológica, sendo o principal objetivo entender como a coabitação e o cuidado de idosos se relacionam às experiências dos indivíduos no mercado de trabalho.

Dois modelos assumem a coabitação com idosos como a principal variável explicativa: o primeiro, o **Modelo 1**, se reporta à população em idade ativa, e a inatividade condiz com a sua variável dependente; já o **Modelo 2** se dirige aos trabalhadores desempregados, e sua variável dependente é o desemprego de longa duração.

Os dois outros modelos, limitados aos indivíduos que cuidam de idosos, assumem como variável explicativa as horas gastas com tarefas domésticas e atividades de cuidado, adicionando o seu termo quadrático: no **Modelo 3**, os indivíduos que cuidam de idosos e se encontram em idade ativa são o grupo de estudo, e as chances de inatividade representam a variável dependente; já o **Modelo 4** se reporta aos indivíduos que cuidam de idosos e se encontram desempregados, sendo o desemprego de longa duração a variável dependente. Para controlar os resultados por perfis pessoais, foram utilizadas variáveis independentes auxiliares, informadas na seção metodológica.

Como primeiro passo, cabe verificar se os modelos são úteis em prever a ocorrência da inatividade e do desemprego de longa duração quando comparados a modelos nulos, sem a inclusão das variáveis explicativas. Para isso, a Tabela 6 apresenta os resultados do teste *Omnibus*. Apenas um dos modelos de regressão, o **Modelo 4**, não possui validade estatística ($p > 0,05$). Então, é possível

afirmar que as horas gastas em tarefas domésticas e atividades de cuidado, juntamente às variáveis auxiliares do modelo, não nos permitem prever as chances de um indivíduo desempregado estar há 1 ano ou mais sem trabalho.

Tabela 6 – Resultados dos testes Omnibus para os resultados das regressões logísticas

	Qui-quadrado	Graus de liberdade	Significância
Modelo 1	11.038,902	17	,000
Modelo 2	179,231	17	,000
Modelo 3	531,921	17	,000
Modelo 4	26,266	17	,07

Fonte: PNAD-C. Elaboração própria.

Complementando esse teste, os resultados da Curva ROC sintetizam a performance dos modelos, ou seja, a capacidade de cada modelo prever corretamente a ocorrência das variáveis binárias. A Tabela 7 informa os resultados.

Tabela 7 – Resultados da Curva ROC para os resultados das regressões logísticas

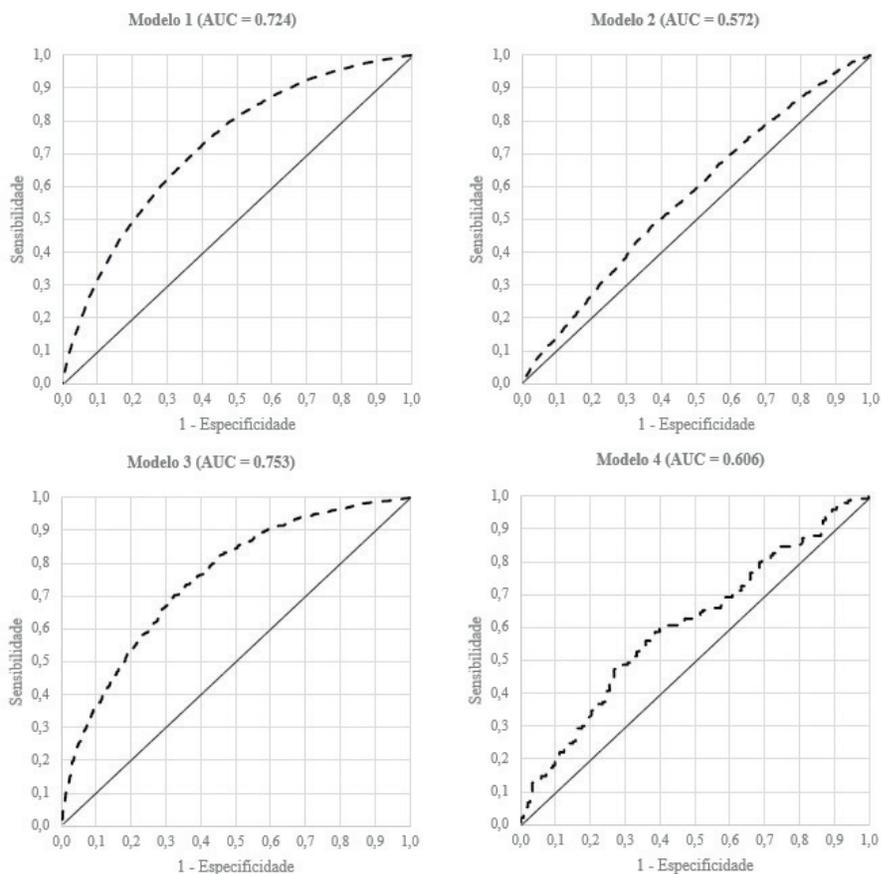
	Intervalo de confiança 95% assintótico				
	Area Under the Curve (AUC)	Erro Padrão	Sig. Assintótico	Limite inferior	Limite superior
Modelo 1	,724	,002	,000	,720	,728
Modelo 2	,572	,006	,000	,560	,584
Modelo 3	,753	,01	,000	,734	,773
Modelo 4	,606	,032	,001	,543	,67

Fonte: PNAD-C. Elaboração própria.

O Gráfico 1 insere em um plano cartesiano os resultados dos testes. Esse plano é composto de dois eixos. A “sensibilidade” informa a proporção de ocorrências corretamente caracterizadas

como ocorrências (verdadeiros positivos), e a “especificidade” diz respeito à proporção de não ocorrências corretamente caracterizadas como não ocorrências (verdadeiros negativos). No plano, essa última é manuseada a partir da expressão “1-especificidade”, que informa a proporção de não ocorrências erroneamente categorizadas como ocorrências (falsos positivos). Logo, os eixos são antagônicos, e ao serem interseccionados, produzem a denominada Área sob a Curva (*Area Under the Curve*, ou AUC), que varia de 0 a 1. Quanto maior a AUC, melhor a capacidade de predição, o que ocorreu nos **modelos 1 e 3**, direcionados à população em idade ativa para calcular as chances de inatividade. O primeiro, a partir da coabitação com idosos, e o segundo, por meio das horas gastas com tarefas domésticas e atividade de cuidado.

Gráfico 1 - Resultados da Curva ROC para os resultados das regressões logísticas



Fonte: PNAD-C. Elaboração própria.

Finalmente, a Tabela 8 sintetiza os resultados dos modelos. Para facilitar a leitura, foi apresentada apenas a influência das variáveis explicativas principais na ocorrência das variáveis dependentes. Os outros índices, bem como a influência das variáveis explicativas auxiliares, encontram-se disponíveis nos anexos de 1 a 4. Por suas dimensões e propósitos, o capítulo não discutirá os resultados das variáveis auxiliares, mas pode-se afirmar que não destoam do estado da arte da literatura acadêmica.

Tabela 8 - Resultados dos 4 modelos de regressão (em %)

	Influência nas chances de inatividade	Influência nas chances de desemprego de longa duração
Modelos 1 e 2		
Coabitação com idosos	46,9**	31,6**
Modelos 3 e 4		
Horas gastas com cuidado de indivíduos dependentes	2,4*	Não significativo
Horas gastas com cuidado de indivíduos dependentes, ao quadrado	Não significativo	Não significativo

Fonte: PNAD-C. Elaboração própria.

* $p < 0,05$.

** $p < 0,01$.

Nos **modelos 1 e 2**, a associação entre a coabitação com idosos e as variáveis dependentes, respectivamente a inatividade e o desemprego de longa duração, apresentou uma significância estatística notável ($p < 0,01$). No **Modelo 1**, coabitar com idosos aumenta em 46,9% as chances de inatividade. Já no **Modelo 2**, a coabitação eleva em 31,6% as chances de desemprego de longa duração.

Por sua vez, entre os indivíduos em idade ativa e que cuidam de idosos, o **Modelo 3** se mostrou significativo ($p < 0,05$), e cada hora gasta em tarefas domésticas e atividades de cuidado aumenta em 2,4% as chances de inatividade. O termo quadrático se mostrou sem significância estatística, o que demonstra uma relação linear entre as horas referidas e a variável dependente. Já no **Modelo 4**,

as horas despendidas e o seu termo quadrático não apresentaram associação significativa com a ocorrência de desemprego de longa duração, o que reafirma os resultados do teste *Omnibus*.

Comparando os resultados da Curva ROC e da regressão, merece ênfase que os modelos apresentam uma maior capacidade preditiva quando direcionados à inatividade. Corroboram esse achado os valores do pseudo-R², apresentados em anexo, que são mais elevados nos **modelos 1 e 3** do que nos **modelos 2 e 4**⁵, o que confere destaque às associações entre coabitação e inatividade e entre horas de trabalho reprodutivo e inatividade. Já o **Modelo 2** demonstrou uma baixa capacidade de predição, o que também ocorre no **Modelo 4**, transparecendo que o exame do desemprego de longa duração demanda a inclusão cuidadosa de novas variáveis nos modelos. Mesmo assim, a coabitação com idosos apresentou uma associação elevada com o desemprego de longa duração.

5. Discussão

Reportado às regiões metropolitanas, este capítulo manuseou dados estatísticos por meio de uma etapa descritiva e uma etapa inferencial. Cinco pontos resumem os achados da primeira:

1. A coabitação com idosos apresenta uma frequência importante. No período sob exame, em torno de 17% da força de trabalho experimentava essa condição. No entanto, tudo indica que o cuidado de idosos é

5 O pseudo-R² (no caso desta pesquisa, a partir dos valores para o Nagelkerk) informa o ajuste dos modelos. No entanto, ao contrário do que ocorre no R² das regressões lineares, os valores do pseudo-R² tendem a ser muito baixos. Estes valores alcançaram 0,161 e 0,255, respectivamente, para a associação entre coabitação com idosos e inatividade, e a associação entre horas gastas em cuidado de idosos e inatividade. Tais valores revelam um bom ajuste dos modelos. Já as associações entre coabitação com idosos e desemprego de longa duração e entre cuidado de idosos e desemprego de longa duração expressaram os valores respectivos de 0,021 e 0,096, o que ressalta a necessidade de incrementar os modelos com a adição de novas variáveis explicativas. Porém, ao visualizar esses dados, é importante reconhecer os limites da comparação, pois entre um modelo e outro estamos lidando com variáveis dependentes diferentes ou com amostras inteiramente distintas. Por isso, a observação dos pseudo-R² deve servir como um complemento aos testes anteriores, que apontam para uma direção semelhante: maior ajuste e maior capacidade preditiva dos modelos quando reportados à inatividade.

subnotificado na PNAD-C, abrangendo apenas os indivíduos em posições mais estáveis e reconhecidas de cuidadores familiares.

2. O perfil dos cuidadores revela uma grande presença de mulheres, em acordo com os achados de Guimarães, Hirata e Sugita (2008) e Guimarães e Vieira (2020). Os cuidadores também são mais velhos e mais escolarizados do que a força de trabalho como um todo.
3. A sobrerrepresentação de mulheres e trabalhadores mais velhos no cuidado de idosos se deve à forma pela qual as atividades produtivas e reprodutivas são distribuídas nas unidades domésticas. Mas, no que se refere à escolaridade, o desempenho do cuidado acompanha as frequências de coabitação. Ou seja, os indivíduos com baixa escolaridade coabitam menos com idosos, pois estes tendem a experimentar uma menor expectativa de vida, o que reduz a frequência das atividades de cuidado. No entanto, ao se compararem trabalhadores com idade entre 26 e 59 anos que coabitam com idosos e que cuidam de idosos, os níveis educativos são bastante parecidos. Em outras palavras, a diferença escolar nas atividades de cuidado se deve às frequências de coabitação.
4. Os dados revelam que o cuidado de idosos ocorre, particularmente, em unidades domésticas marcadas pela convivência entre diferentes gerações, para além da díade pais-filhos. É mais comum que essas atividades sejam despendidas por indivíduos que cumprem papéis auxiliares na provisão doméstica, ainda que ocorra uma frequência importante de cuidadores responsáveis pelo domicílio. Sobre esse assunto, cabe ressaltar a participação dos descendentes diretos no cuidado de idosos, ainda que estes cuidadores tenham idade mais elevada do que a força de trabalho como um todo, com destaque para as faixas etárias entre 40 e 59 anos e de 60 anos ou mais.
5. Em comparação ao restante da força de trabalho, os cuidadores de idosos apresentam um menor engajamento no cuidado de crianças, e um maior engajamento no cuidado de jovens e adultos com idade entre 15 e 59 anos. Seriam necessários esforços adicionais para debater o fenômeno,

mas é plausível que isso ocorra por dois fatores: a menor presença de crianças nos domicílios com idosos e uma divisão intergeracional do cuidado, separando o acompanhamento de crianças e o de idosos no interior das unidades domésticas.

Em face do envelhecimento da população brasileira, com o aumento da quantidade de idosos por família e a diminuição de indivíduos por geração, a interface entre coabitação/cuidado de idosos e a participação no mercado de trabalho desponta como um assunto relevante. Com cada vez mais idosos necessitando de acompanhamento, e com cada vez menos jovens e adultos para assumir essa responsabilidade (lembrando que os descendentes diretos dos idosos são os mais acionados nas atividades de cuidado), a população em idade ativa tende a ser sobrecarregada, dados a baixa oferta de serviços públicos e o alto custo dos serviços profissionais de cuidado (Küchemann, 2012).

Reconhecendo esse problema, o capítulo implementou quatro modelos de regressão para estimar, separadamente, a associação entre a coabitação e o cuidado de idosos, como variáveis explicativas, e a inatividade e o desemprego de longa duração, como variáveis dependentes. O objetivo foi verificar como o acompanhamento de idosos se associa a certas experiências dos indivíduos no mercado de trabalho, evidenciando a complementaridade ou o conflito entre tarefas produtivas e reprodutivas. A vantagem dessa etapa consiste em neutralizar, a partir da utilização de variáveis auxiliares, os indicadores relativos ao perfil dos respondentes. O que vale tanto para as características pessoais quanto para o papel desempenhado nos domicílios.

Foram encontradas associações importantes entre a coabitação e as chances de inatividade (**Modelo 1**), entre a coabitação e as chances de desemprego de longa duração (**Modelo 2**) e entre as horas despendidas em tarefas domésticas/atividades de cuidado e as chances de inatividade (**Modelo 3**). Ademais, os modelos dirigidos à inatividade (**1 e 3**) apresentaram melhores ajustes e maiores capacidades preditivas. Mas, antes de avançar nos achados, é indispensável discutir o que se entende por associação.

Não é possível pressupor uma relação de causalidade entre as variáveis, traduzindo os efeitos das variáveis explicativas sobre as variáveis dependentes. Em pesquisas sobre o mercado de trabalho,

é comum utilizar como variáveis explicativas alguns fatores que traduzem o perfil dos respondentes, o que neste estudo se dá por meio das variáveis auxiliares. Por exemplo, caso seja registrada uma associação (que de fato existe) entre escolaridade e chances de inatividade, pode-se afirmar que a primeira exerce um efeito sobre essa última, e não o contrário, pois não é lógico entender que a inatividade altera a formação escolar. Porém, nos modelos utilizados, a coabitação e o cuidado de idosos não representam características constantes dos indivíduos, mas experiências. Assim como nas variáveis dependentes (inatividade e desemprego de longa duração), essas variáveis explicativas se vinculam a escolhas e/ou imperativos que condicionam o comportamento dos indivíduos. Por isso, é perfeitamente possível que exista uma relação de mão dupla entre as variáveis, com efeito mútuo.

Ao afirmar que existe uma associação entre a coabitação com idosos e o desemprego de longa duração (entre os demandantes de emprego), vale imaginar como essa associação se manifestaria empiricamente. Um indivíduo pode, ao coabitar com idosos, ter suas chances diminuídas no mercado de trabalho, já que o tempo que precisa dedicar ao trabalho reprodutivo deixa de ser investido em atividades reconhecidas pelos mercados, como por meio da procura laboral e aquisição de qualificação; ou na ativação de contatos para além dos limites imediatos do domicílio, capazes de prover informações mais decisivas para a inserção profissional (Granovetter, 1973; Timberlake, 2005). Coabitar com idosos também pode inviabilizar o engajamento em ocupações de tempo integral, devido à obrigação de permanecer no domicílio para o acompanhamento dos idosos em ADVs, o que diminui a quantidade de empregos ao alcance desses trabalhadores. Os mesmos argumentos podem ser evocados para apontar a influência da coabitação e do cuidado de idosos nas chances de inatividade, ao obstruírem a procura por empregos e propiciarem a “saída” de indivíduos da força de trabalho, em decorrência do conflito entre tarefas produtivas e reprodutivas. Esse debate, que leva em conta o “custo” do cuidado familiar, foi levantado por diversas pesquisas acadêmicas (Morgenstern; Barrett, 1974; Esping-Andersen, 1999; Camarano, 2014).

Por outro lado, é razoável supor que a coabitação e o cuidado de idosos constituem deveres que são incumbidos com mais frequência a certos indivíduos, notadamente a partir da posição destes

nos arranjos familiares e nos mercados de trabalho. Seguindo esse raciocínio, os indivíduos que se encontram “alheios” às tarefas produtivas (há muito tempo sem emprego ou fora da força de trabalho) tenderiam a assumir obrigações mais frequentes e importantes no cuidado e acompanhamento de idosos, como uma escolha pessoal ou como uma necessidade colocada por suas famílias. Mais do que escolher uma ou outra explicação, o principal recado deste exercício é que os modelos de regressão não permitem controlar a “direção” pela qual ocorre a associação estatística, e, por isso, quaisquer pressuposições sobre o assunto não estariam empiricamente ancoradas.

A melhor alternativa é demarcar que a coabitação e o cuidado de idosos estão negativamente associados à participação em trabalhos remunerados. Nos **modelos 1 e 2**, a coabitação com idosos aumenta em 46,9% e 31,6% as chances de inatividade e de desemprego de longa duração, respectivamente. Já no **Modelo 3**, cada hora gasta no cuidado de idosos e nos afazeres domésticos aumenta em 2,4% as chances de inatividade. Em resumo, são experiências que se antagonizam no cotidiano dos indivíduos. Todavia, cabe lembrar que não foi registrada, entre os demandantes de emprego, associação entre as horas despendidas em tarefas domésticas/atividades de cuidado e as chances de desemprego de longa duração. Para o grupo de cuidadores de idosos nas regiões metropolitanas, a intensidade do trabalho reprodutivo se relaciona apenas à inatividade, e não à experiência de estar procurando trabalho há 1 ano ou mais.

Em suma, este capítulo discutiu como elementos mercantis e não mercantis se combinam no desempenho de atividades laborais, evidenciando os desafios colocados pelo envelhecimento populacional. Salientei a procura por empregos como um assunto relevante, a partir da sua ocorrência entre os que não têm trabalho (separando a atividade e a inatividade) e de sua duração (demarcando o desemprego por 1 ano ou mais). A associação entre coabitação/cuidado de idosos e a inatividade constitui o dado mais robusto, ou porque os inativos tendem a acompanhar os idosos, ou porque o cuidado prejudica as atividades econômicas. De qualquer forma, em uma perspectiva de longo prazo, essa associação lança dúvidas sobre a capacidade das famílias para amortecer a demanda por cuidados. Se são os descendentes diretos os mais

acionados, essa demanda tende a se intensificar nas próximas décadas, em famílias com cada vez mais idosos e cada vez menos filhos. Em cenários nos quais é difícil sintonizar esses encargos com os projetos pessoais de geração de renda e de mobilidade socioeconômica, a abdicação da participação no mercado de trabalho acaba se impondo como um fenômeno involuntário para boa parte da população em idade ativa.

Afirmações semelhantes podem ser feitas a respeito do desemprego de longa duração, pelas razões já explicitadas. Indivíduos por um longo período sem trabalho também enfrentam dificuldades adicionais para se inserirem profissionalmente (Belle et al., 2017), deparando com problemas financeiros quando não usufruem de suporte informal ou estatal. Com isso, a associação entre coabitação com idosos e desemprego de longa duração assume um espaço de destaque quando pensamos nas consequências do envelhecimento populacional na sociedade brasileira.

Partindo desses resultados, vale refletir quais são as respostas públicas adequadas, como as dadas por meio de políticas de cuidado e de renda. As primeiras contribuem para uma diminuição da sobrecarga das famílias no acompanhamento de idosos, em particular para as que não podem arcar com o cuidado nos domicílios e não podem pagar por serviços privados. Já as últimas garantem que o acompanhamento de idosos, com seus obstáculos à participação laboral dos cuidadores, não repercutirá em perda da qualidade de vida, através do empobrecimento das unidades domésticas. A esse respeito, é imperativo fortalecer uma agenda de pesquisa sobre o tema, verificando as respostas do regime brasileiro de bem-estar a um fenômeno cada vez mais frequente.

Por fim, cabe apontar algumas lacunas que devem ser preenchidas por pesquisas futuras. As mais importantes são a análise dos efeitos da dimensão territorial, entre áreas urbanas e rurais, entre cidades diferentes e no interior das próprias metrópoles; a criação de instrumentos inteiramente dedicados a identificar e mensurar as atividades de cuidado, contornando os limites da PNAD-C (a subnotificação do cuidado e a quantidade limitada de variáveis); e o desenho de pesquisas que permitam verificar os efeitos diretos do cuidado na participação no mercado de trabalho, por exemplo, por meio de estudos de caso e pesquisas longitudinais.

Referências bibliográficas

- BELLE, Eva Van; CAERS, Ralf; COUCK, Marijke de; STASIO, Valentina Di; BAERT, Stijn (2017). “Why is unemployment duration a sorting criterion in hiring?”. *IZA Discussion Papers*, n. 10.876, 41 p.
- CAMARANO, Ana Amélia (2014). “Quanto custa cuidar da população idosa dependente e quem paga por isto?”. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Ipea, pp. 605-623.
- CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele (2014). “Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010”. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Ipea, pp. 117-154.
- CLOSS, Vera Elizabeth; SCHWANKE, Carla Helena (2012). “A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010”. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 15, n. 3, pp. 443-458.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1999). *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford: Oxford University Press. 207 p.
- GOLDANI, Ana Maria (2004). “Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de bem-estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil?”. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, pp. 211-250.
- GRANOVETTER, Mark (1973). “The strength of weak ties”. *The American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, pp. 1360-1380.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo et al. (2017). “Os pobres e o acesso ao trabalho: entre a ação pública e o interesse privado”. *Novos Estudos (CEBRAP)*, v. 36, pp. 83-105.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (2011). “Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no

- Brasil, França e Japão”. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 1, n. 1, pp. 151-180.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila (2020). “As ajudas: o cuidado que não diz seu nome”. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, pp. 7-23.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid (2012). “Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 1, pp. 165-180.
- MORGENSTERN, Richard; BARRETT, Nancy (1974). “The Retrospective Bias in Unemployment Reporting by Sex, Race and Age”. *Journal of the American Statistical Association*, v. 69, n. 346, pp. 355-357.
- RAPP, Rayna (1978). “Family and class in contemporary America: notes toward and understanding of ideology”. *Science & Society*, v. 42, n. 3, pp. 278-300.
- SEIMA, Marcia Daniele; LENARDT, Maria Helena (2011). “A sobrecarga do cuidador familiar de idoso com Alzheimer”. *Texto & Contextos*, v. 10, n. 2, pp. 388-398.
- TIMBERLAKE, Sharon (2005). “Social capital and gender in workplace”. *Journal of Management Development*, v. 24, n. 1, pp. 34-44.
- VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha (2018). “Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, pp. 1929-1936.

ANEXO 1 - Resultados de regressão logística binomial para calcular as chances de experimentar a inatividade (2018) entre os que coabitam e os que não coabitam com idosos

	Erro padrão		Significância	exp()	IC de 95% para exp()		Influência na probabilidade (%)
					Inferior	Superior	
Escolaridade							
Superior completo	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental incompleto	1,589	,030	,000	4,898	4,614	5,199	398.8%
Fundamental completo	1,241	,032	,000	3,458	3,246	3,683	245.8%
Médio completo	,852	,028	,000	2,344	2,220	2,475	134.4%
Sexo							
Homens	-		-	-	-	-	-
Mulheres	1,203	,018	,000	3,332	3,218	3,450	233.2%
Raça							
Branco	-		-	-	-	-	-
Negros	-,199	,018	,000	,819	,790	,849	-18.1%
Faixa etária							
40 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-
14 a 25 anos	,214	,023	,000	1,239	1,185	1,295	23.9%
26 a 39 anos	-,464	,020	,000	,629	,605	,654	-37.1%
Macrorregião							
Sudeste	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	,482	,032	,000	1,619	1,520	1,725	61.9%
Norte	,373	,020	,000	1,451	1,396	1,509	45.1%
Sul	,064	,028	,023	1,066	1,009	1,126	6.6%
Centro Oeste	,105	,041	,010	1,111	1,026	1,203	11.1%

(continuação)

Tipo de município							
Centro da RM	-	-	-	-	-	-	-
Cidades satélites	,067	,017	,000	1,069	1,034	1,105	6.9%
Tipo de unidade doméstica							
Nuclear	-		-	-	-	-	-
Estendida	-,105	,020	,000	,900	,864	,937	-10%
Composta	-,224	,064	,000	,799	,705	,906	-20.1%
Unipessoal	-,084	,043	,050	,920	,846	1,000	NS
Papel na família							
Pessoa responsável pelo domicílio	-	-	-	-	-	-	-
Outros	,375	,020	,000	1,455	1,400	1,512	45.5%
Coabita com idosos							
Não	-	-	-	-	-	-	-
Sim	,385	,021	,000	1,469	1,409	1,532	46.9%
Constante	-1,384	,023	,000	,251			
Características do modelo							
Número de observações	82.363						
R ² Nagelkerke	,161						

ANEXO 2 - Resultados de regressão logística binomial para calcular as chances de desemprego de longa duração (2018) entre os que coabitam e os que não coabitam com idosos

	Erro padrão		Significância	exp()	IC de 95% para exp()		Influência na probabilidade (%)
					Inferior	Superior	
Escolaridade							
Superior completo	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental incompleto	-,003	,078	,970	,997	,857	1,161	NS
Fundamental completo	,052	,075	,489	1,054	,909	1,221	NS
Médio completo	,075	,064	,241	1,078	,951	1,222	NS
Sexo							
Homens	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	,288	,039	,000	1,334	1,235	1,440	33,4%
Raça							
Branco	-	-	-	-	-	-	-
Negros	,006	,044	,891	1,006	,923	1,096	NS
Faixa etária							
40 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-
14 a 25 anos	-,288	,056	,000	,750	,672	,836	-25%
26 a 39 anos	-,148	,052	,004	,862	,779	,955	-13,8%
Macrorregião							
Sudeste	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	-,073	,076	,338	,929	,800	1,080	NS
Norte	,120	,046	,009	1,128	1,030	1,235	12,8%
Sul	-,020	,076	,791	,980	,844	1,137	NS
Centro Oeste	-,491	,129	,000	,612	,475	,787	-38,8%

(continuação)

Tipo de município							
Centro da RM	-	-	-	-	-	-	-
Cidades satélites	,015	,040	,700	1,015	,939	1,098	NS
Tipo de unidade doméstica							
Nuclear	-	-	-	-	-	-	-
Estendida	-,036	,046	,431	,965	,882	1,055	NS
Composta	-,404	,157	,010	,668	,491	,908	-33,2%
Unipessoal	-,219	,110	,047	,804	,648	,997	-19,6%
Papel na família							
Pessoa responsável pelo domicílio	-	-	-	-	-	-	-
Outros	,209	,051	,000	1,233	1,115	1,363	23,3%
Coabita com idosos							
Não	-	-	-	-	-	-	-
Sim	,275	,050	,000	1,316	1,194	1,450	31,6%
Constante	-,522	,058	,000	,593			
Características do modelo							
Número de observações	8.960						
R ² Nagelkerke	,021						

ANEXO 3 - Resultados de regressão logística binomial para calcular as chances de experimentar a inatividade (2018) por horas gastas em cuidado de dependentes

	Erro padrão		Significância	exp()	IC de 95% para exp()		Influência na probabilidade (%)
					Inferior	Superior	
Escolaridade							
Superior completo	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental incompleto	1,984	,161	,000	7,275	5,302	9,981	627,5%
Fundamental completo	1,517	,172	,000	4,560	3,256	6,388	356%
Médio completo	,932	,147	,000	2,539	1,905	3,384	153,9%
Sexo							
Homens	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	,571	,107	,000	1,770	1,436	2,183	77%
Raça							
Brancos	-	-	-	-	-	-	-
Negros	,314	,102	,002	1,368	1,120	1,672	36,8%
Faixa etária							
40 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-
14 a 25 anos	,576	,130	,000	1,779	1,367	2,315	77,9%
26 a 39 anos	-0,962	,134	,000	,382	,296	,494	-61,8%
Macrorregião							
Sudeste	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	,277	,174	,112	1,319	,937	1,855	NS
Norte	,431	,111	,000	1,538	1,238	1,911	53,8%
Sul	,069	,168	,680	1,072	,771	1,489	NS
Centro Oeste	,144	,254	,571	1,155	,702	1,898	NS

(continuação)

Tipo de município							
Centro da RM	-	-	-	-	-	-	-
Cidades satélites	-,052	,099	,595	,949	,782	1,151	NS
Tipo de unidade doméstica							
Nuclear	-	-	-	-	-	-	-
Estendida	-,164	,103	,111	,849	,694	1,038	NS
Composta	-,299	,284	,291	,741	,425	1,293	NS
Papel na família							
Pessoa responsável pelo domicílio	-	-	-	-	-	-	-
Outros	,265	,113	,019	1,303	1,045	1,626	30,3%
Horas gastas com cuidado	,023	,009	,006	1,024	1,007	1,041	2,4%
Horas gastas com cuidado ao quadrado	,000	,000	,434	1,000	1,000	1,000	NS
Constante	-1,419	,159	,000	,242			
Características do modelo							
Número de observações	2.496						
R ² Nagelkerke	,255						

ANEXO 4 - Resultados de regressão logística binomial para calcular as chances de desemprego de longa duração (2018) por horas gastas em cuidado de dependentes

	Erro padrão		Significância	exp()	IC de 95% para exp()		Influência na probabilidade (%)
					Inferior	Superior	
Escolaridade							
Superior completo	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental incompleto	-,002	,444	,996	,998	,418	2,379	NS
Fundamental completo	,108	,452	,811	1,114	,459	2,705	NS
Médio completo	,107	,331	,746	1,113	,581	2,132	NS
Sexo							
Homens	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	-,191	,261	,465	,826	,495	1,378	NS
Raça							
Branco	-	-	-	-	-	-	-
Negros	,353	,268	,189	1,423	,841	2,408	NS
Faixa etária							
40 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-
14 a 25 anos	-,489	,336	,146	,613	,317	1,185	NS
26 a 39 anos	-,212	,280	,450	,809	,467	1,401	NS
Macrorregião							
Sudeste	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	-,557	,432	,197	,573	,246	1,337	NS
Norte	,130	,285	,650	1,138	,651	1,991	NS
Sul	-,084	,401	,834	,919	,419	2,015	NS
Centro Oeste	,661	,895	,460	1,937	,335	11,195	NS

(continuação)

Tipo de município							
Centro da RM	-	-	-	-	-	-	-
Cidades satélites	,425	,242	,079	1,530	,952	2,461	NS
Tipo de unidade doméstica							
Nuclear	-	-	-	-	-	-	-
Estendida	,344	,266	,196	1,411	,837	2,377	NS
Composta	-2,053	1,709	,320	,128	,005	3,658	NS
Papel na família							
Pessoa responsável pelo domicílio	-	-	-	-	-	-	-
Outros	,354	,348	,310	1,424	,720	2,819	NS
Horas gastas com cuidado	,047	,022	,033	1,048	1,004	1,094	4,8%
Horas gastas com cuidado ao quadrado	-,001	,000	,044	,999	,999	1,000	-0,1%
Constante	-1,510	,666	,023	,221			
Características do modelo							
Número de observações	303						
R ² Nagelkerke	,096						

longevidade 3

**Na antessala da
velhice: projeções
e estratégias
para o envelhecer
sob o prisma do
trabalho e do
gênero**

Joselene Cristina Gerolamo

As informações e análises contidas no presente artigo são de responsabilidade do próprio autor e não refletem posições e opiniões institucionais ou de membros do Cebrap ou do Itaú Unibanco

Introdução

O envelhecimento populacional tem posto diferentes desafios para a sociedade, em especial a brasileira, que se encontra em meio a uma crescente e impactante transição demográfica. Se as projeções se concretizarem, o Brasil terá a sexta população mais velha do mundo ao final da década de 20 deste milênio (Minayo; Coimbra Jr., 2002). No entanto, a sociedade atual valoriza o novo, a agilidade, a produtividade, preditados esses que estão em desacordo com o envelhecimento populacional que se desvela.

A velhice flerta com a perda das habilidades, com a diminuição da força física, com a lentidão e a incapacidade de manter-se ativo (Haddad, 1986; Pacheco, 2004). Assim, socialmente e culturalmente, a velhice seria tempo de descanso e aposentadoria. Mas será que essa é a única possibilidade dos idosos brasileiros na conjuntura atual? Ou, ainda, será que os brasileiros e brasileiras anseiam pelo descanso da aposentadoria? Alguns autores (Antunes, 2011; Camarano; Fernandes; Kanso, 2012) relatam que os velhos almejam permanecer por mais tempo no mercado de trabalho, algo que não é novo no Brasil, como certifica Camarano (2001: 3) “a volta do aposentado ao mercado de trabalho é uma característica muito particular da sociedade brasileira”.

No entanto, não são poucos os desafios a serem enfrentados pelos velhos que buscam retornar ao trabalho. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) deixa claro que é uma obrigação social e do Poder Público garantir ao idoso seus direitos a vida, a saúde, a educação, a cidadania, ao trabalho (Brasil, 2004), contudo, pouco se discute sobre a empregabilidade do trabalhador com idade acima de 60 anos. Mesmo no setor privado, incentivos à alocação ou manutenção dos mais velhos, cursos de requalificação profissional, ou mesmo a preparação para aposentadoria tardia não são ou pouco são implementados. Diante de tal cenário, a precariedade é alternativa para o trabalhador maduro (Felix, 2016).

Além de todos esses apontamentos, não devemos perder de vista que homens e mulheres experimentam e vivenciam o mercado de trabalho e a velhice de formas diferenciadas. Portanto, nesses dois âmbitos particulares há uma questão de gênero imposta. É importante ressaltar que, quando tratamos de gênero, estamos

nos referindo às diferenças socioculturais ligadas ao sexo, como Olinto (1998) especifica:

[...] a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres. O uso do termo gênero expressa todo um sistema de relações que inclui o sexo, mas que transcende a diferença biológica. O termo sexo designa somente a caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos. (Olinto, 1998, p. 161)

É sobre essa tríade – envelhecimento, gênero e mercado de trabalho – que este estudo pretende se debruçar. Assim, o objetivo deste escrito é analisar de que forma as trajetórias de vida e trabalho impactam as projeções subjetivas para o pós-60 anos, de acordo com o gênero. Quais seriam as expectativas, anseios, alternativas e estratégias que rodeiam o imaginário subjetivo dos sujeitos acerca do envelhecer? Em que medida o gênero e as trajetórias desses sujeitos permitem compreender tais projeções e estratégias?

Para investigar essas questões, foi realizado um estudo qualitativo, a partir da condução de entrevistas em profundidade com 11 sujeitos, a saber, 6 mulheres e 5 homens, com idades entre 40 e 50 anos, da região metropolitana de São Paulo. Os recortes utilizados foram a idade, situação de desemprego e perfis profissionais e generalistas, que estão melhor explanados na sessão metodológica deste artigo.

Este escrito está organizado da seguinte forma: primeiramente versaremos acerca dos entrelaçamentos entre envelhecimento, gênero e mercado de trabalho. A sessão seguinte dedica-se a explicar sobre a metodologia aplicada neste estudo e logo após encontrar-se-ão a análise e a discussão dos elementos descobertos nas entrevistas. E, por fim, apresentaremos as considerações finais.

1. A tríade: envelhecimento, gênero e mercado de trabalho

Nunca, em nenhum outro tempo histórico, vivemos e envelhecemos tanto. O que é resultado da acentuada transição demográfica que decorre atualmente no Brasil. Essa mudança no regime

demográfico brasileiro é explicada pela transição de altos para baixos níveis tanto de mortalidade quanto de fecundidade. Como consequência, o número de jovens decresce enquanto a proporção de idosos cresce, afetando diretamente a estrutura etária do país. Para se ter uma ideia desse fenômeno, tomemos os dados projetivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013): entre os anos de 2000 e 2050, a população de crianças (0-14 anos) passará por uma redução de 15,97%, ao passo que a de idosos (acima de 60 anos) aumentará 17,04%, no mesmo período.

Se a proporção de idosos tem aumentado de forma tão significativa e a mortalidade tem diminuído, pode-se afirmar, portanto, que uma das causas desse fenômeno transicional etário é a longevidade. No Brasil, em 1940, a expectativa de vida do brasileiro era de 45,5 anos; em 2018 a esperança de vida alcançou 76 anos (IBGE, 2018a). Essa progressão etária se deu graças à Revolução Industrial, do século XIX, que refletiu em avanços científicos e tecnológicos como a descoberta de antibióticos e o desenvolvimento de vacinas que garantiram o controle ou mesmo a eliminação de doenças endêmicas. Ademais, a promoção de saneamento básico, avanços das legislações sociais e o próprio desenvolvimento econômico também colaboraram para a maior longevidade.

A questão de gênero e o envelhecimento já mostram suas primeiras confluências justamente quando tratamos da expectativa de vida. As mulheres vivem em média 7 anos a mais que os homens (Neri, 2007). Em dados apresentados por Félix (2007), no ano de 2050, a expectativa de vida em países desenvolvidos será de 87,5 anos para os homens e de 92,5 para as mulheres. Enquanto nos países em desenvolvimento a esperança de vida será de 82 anos para homens e 86 anos para mulheres. Esse predomínio de idosas na população é um evento denominado pela literatura acadêmica como “feminização da velhice” (Neri, 2007; Nicodemo; Godoi, 2010; Lins; Andrade, 2018). No entanto, viver mais não significa viver melhor. Se analisarmos por outro prisma, no decorrer da vida, as mulheres condensam diversas desvantagens: são elas as grandes vítimas de violência e discriminação, seus salários são inferiores aos dos homens, a dupla, por vezes, tripla jornada, faz parte do cotidiano feminino, bem como a baixa escolaridade, a solidão na viuvez, afora a maior probabilidade de as mulheres serem mais

pobres do que os homens, dependendo, assim, de mais recursos externos (Nicodemo; Godoi, 2010).

Algumas dessas desvantagens têm conexão direta com o mercado de trabalho e são heranças da divisão sexual do trabalho. Essa normativa social orientou, e em certa medida ainda orienta, as condutas laborais diferenciadas entre homens e mulheres a partir da cisão entre os domínios público e privado, forjados no decorrer do século XIX. Essa dicotomia condicionou a sociedade a apartar atividades masculinas das femininas, sendo os homens provedores, salarizados e valorizados e as mulheres, cuidadoras, desprovidas de salário e desvalorizadas. A autora Flávia Biroli (2016, p. 721) atesta tais colocações ao afirmar que

a divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres.

No decorrer do século XX, transformações socioeconômicas, revoluções culturais e a pujança do movimento feminista propiciaram um cenário de mudanças nas configurações sociais vigentes, afrouxando essas relações laborais advindas da divisão sexual do trabalho. No entanto, as funções exercidas pelos diferentes gêneros não se equipararam, isto é, além da provisão financeira familiar advinda do trabalho formal, às mulheres ainda coube a responsabilidade pela manutenção doméstica – é a concretização da tão conhecida jornada dupla, por vezes tripla, de trabalho. Segundo dados do IBGE (2018b), as mulheres brasileiras passam em média 8 horas semanais a mais que os homens dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. O mesmo estudo ainda aponta que, quanto mais velhas as mulheres, mais tempo elas despendem em cuidados e manutenção da casa, o que também tem sido apresentado pela literatura científica (Lins; Andrade, 2018) e foi apontado por Alexandre Kalache na Conferência Magna da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, ocorrida em 2010:

Quando analisamos a idade que tem essa mulher que está prestando esse cuidado, subsidiando o Estado e a

sociedade, veremos que uma mulher muito jovem passa uma média de 23 minutos por dia cuidando de alguém; a mulher de 30 a 49 anos passa 50 minutos; a mulher de idade média de 50 a 64 anos, 154 minutos; a mulher idosa, de 64 a 75, vai passar muito mais horas, 201 minutos; e a mulher velha, essa mulher que nós achamos que é uma recipiente de cuidados, é, na verdade, de todas, a que mais minutos passa cuidando de alguém: 318 minutos. Até as muito idosas, de 85 anos ou mais, passam três vezes mais tempo cuidando do que as mulheres muito jovens. (Brasil, 2010, p. 12)

Se para as mulheres o trabalho representa jornadas laborais que compreendem a ocupação salariada com o aditivo dos afazeres doméstico e o cuidado, para os homens o trabalho representa a valorização social. Com o advento da modernidade, “aos homens coube o trabalho de maior valia para o mercado o qual, nas sociedades industrializadas, era exercido fora de casa” (Pacheco, 2004, p. 28). Se transpusermos essa valorização do trabalho masculino em compasso com os ditames do mercado de trabalho atual, como a busca incessante pela produtividade, a desvalorização conforme a idade e a exclusão social na velhice, abre-se um campo fértil para o desencadeamento de dificuldades a ser enfrentadas pelo masculino, como a depressão e o isolamento no último estágio da vida. Possivelmente um dos resultados desse imbróglio tenha refletido no aumento das taxas de suicídios em idosos com mais de 70 anos de idade verificadas nos últimos anos no Brasil (Brasil, 2017).

Tais desdobramentos acerca do cuidado abrem caminho para que muitas questões sejam postas, em especial no que se vincula ao envelhecimento. Dentre elas estão: Como homens e mulheres estão supondo o cuidado de si na velhice? Há no horizonte opções que não façam o cuidado recair somente sobre o feminino? Quais as alternativas e possibilidades de cuidado que pessoas na meia-idade então imaginando para a idade madura?

Para além das atribuições com o cuidado, a participação feminina no mercado formal também é um ponto a ser considerado. Segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), do ano de 2019, em estudo que mediu a participação de ambos os gêneros no mercado de trabalho nos anos de 1992 a 2015, a participação feminina no mercado de trabalho ainda é menor

devido a discriminação, bem como às normas culturais que ainda atribuem a responsabilidade dos filhos e da casa à mulher. No entanto, o estudo também atesta que as mulheres vêm ganhando terreno no mercado de trabalho. – em 1992 a participação feminina era de 56,1%, já em 2015 era de 61,6%. A participação masculina, por sua vez, regrediu – em 1992 era de 89,5%, em 2015 alcançou 83,5%.

Também é importante ressaltar que os estudos mais recentes realizados pelo Ipea (2020) apontam que, devido à crise sanitária causada pela Covid-19¹, a participação feminina no mercado de trabalho decaiu para 46,3% entre os meses de abril e junho de 2020, o pior resultado em 30 anos. O último resultado abaixo de 50% foi registrado em 1990.

A remuneração também entra como indicativo da diferença entre os gêneros no mercado de trabalho e evidencia a desvalorização do feminino. Segundo dados do IBGE (2020), no ano de 2019 as mulheres receberam em média 30% a menos que os homens. Também no caso da remuneração há uma convergência entre gênero e idade, e os rendimentos médios da mulher em relação ao homem caem conforme a idade. Em 2018, mulheres ocupadas entre 25 e 29 anos recebiam 86,9% da remuneração masculina, enquanto para aquelas pertencentes à faixa etária entre 40 e 49 anos seus ganhos baixavam para 74,9% dos masculinos (IBGE, 2019).

Os dados acima poderiam ser explicados pela baixa escolaridade e, conseqüentemente, menor qualificação do feminino. No entanto, ao recolhermos as informações acerca do quesito instrução escolar, é possível observar a evidente vantagem educacional das mulheres. Na população com idade de 25 anos ou mais, com ensino superior completo, a proporção feminina fica em 16,9%, ao passo que a percentagem masculina fica em 13,5% (IBGE, 2018b). No entanto, maior nível de escolaridade não representa melhores salários nem melhores cargos. No Brasil, em 2016, 60,9% dos postos

¹ *Covid-19*, doença causada pela *SARS-Cov-2* (Síndrome Respiratória Aguda Grave - ou SRAG), é um coronavírus causadores de gripes e resfriados. No entanto, algumas cepas deste família de vírus tem causados maiores complicações como foi o caso da cepa SARS-COV em 2002 que causou cerca de 800 mortes notificadas no mundo. A Covid-19 por seu poder infeccioso se espalhou pelo mundo a partir de Wuhan na China, ganhando status de pandemia. Segundo dados de setembro de 2020, apenas no Brasil são mais de 4 milhões de infectados com quase 140 mil mortes. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>.

de gerência eram ocupados por homens e 39,1% pelas mulheres. E novamente a desigualdade se ampliava conforme a idade: em todas as faixas etárias havia uma maior percentagem de homens cumprindo funções em cargos gerenciais, o que se agravava nas faixas etárias mais elevadas (idem).

Diante de tamanha discrepância entre os gêneros e seus agravamentos conforme a idade avança, é possível imaginar que em um país em franco envelhecimento, como o Brasil, algumas medidas estão sendo tomadas para atenuar tal situação. Contudo, não é o que vemos na realidade. As relações de trabalho brasileiro compreendem um cenário complexo no qual fazem parte do cotidiano do trabalhador a informalidade e o desemprego, que impulsionam a precarização do trabalho, aspecto esse que tem ganhado cada vez mais espaço dentro do sistema laboral contemporâneo.

O surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, apesar do considerável avanço da seguridade social do trabalhador, trouxe consigo três elementos que permeiam até os dias atuais o contexto laboral brasileiro: a) a competência do governo para regular as relações laborais; b) apesar de garantidora de direitos, a CLT não equiparou as relações entre patrões e empregados, deixando esses últimos em posição de desvantagem; c) o alcance dos direitos cidadãos estava intrinsecamente ligado ao trabalho, assim, a carteira de trabalho não somente é uma evidência trabalhista como também pode ser considerada uma certidão de nascimento cívico.

Esse último aspecto é explorado por Wanderlei Guilherme dos Santos, que conceitua esse movimento como cidadania regulada,

cujas raízes encontram-se não em código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido como norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em leis. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de

membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. (Santos, 1979, p. 75)

Portanto, se os direitos sociais foram atrelados historicamente à carteira de trabalho, o trabalho que não passa pela formalização teve grande impacto no acesso à saúde, à previdência, dentre outros seguros sociais, por gerações. Essa configuração só começa a ser modificada com a Constituição de 1988, que garante o Benefício de Prestação Continuada e constitui as bases para o Sistema Único de Saúde (SUS), quando determina que é dever do Estado garantir saúde a toda a população brasileira. Esse movimento é continuado pelos governos subsequentes, que implementam o SUS e que começam a estruturar a assistência social e a ter políticas sociais que não passam necessariamente pelo trabalho, como, por exemplo, o Bolsa Família, instaurado pelo governo Lula. Ainda assim, o país nunca chegou a estruturar um estado de bem-estar social robusto, e tem, desde o governo Temer, desestruturado aos poucos as políticas sociais que estavam em vigência (Souza et al., 2019).

Todo esse imbróglio ocorre em um país no qual o desemprego e a informalidade são categorias fluidas que evidenciam a precariedade. Segundo Guimarães (2002), a empregabilidade é uma construção social derivada da integração entre o subjetivo e o coletivo, isto é, não apenas as ações individuais são determinantes na busca por um emprego, esses atributos individuais devem estar em concordância com a apreciação conjuntural e social sobre tais particularidades, além da composição de redes eficazes que trabalham como capital social a fim de localizar e obter informações de postos de trabalhos disponíveis, e, por fim, das estratégias locacionais e de investimento do empregador (*idem*). O trabalho formal popularmente dito como “de carteira assinada” ou “registrado” possui um caráter de capital simbólico social, tendo um peso diferenciado dentro das relações de trabalho, justamente por ele garantir acessibilidade a proteção social que outras formas de empregabilidade não supõem (Guimarães, 2011).

Se a formalidade no Brasil está diretamente ligada à carteira de trabalho, a informalidade, por sua vez, seria toda ocupação que não possui registro de trabalho em carteira. No entanto, no caso brasileiro não há consenso acerca da informalidade (Noronha, 2003;

Ulyssea, 2006). De acordo com Mestre de Souza et al. (2020), o conceito de informalidade, já em sua concepção, tem associação com as atividades de baixas produtividade e tecnologia que seriam adotadas como estratégia de sobrevivência pela população mais pobre. Nesse sentido, a informalidade seria um complemento de renda ou uma forma de trabalho para aqueles que têm dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho.

Ainda segundo os autores, a definição de informalidade não para por aí. Há outras definições, como: atividade produtiva realizada ilegalmente, consequência do excedente estrutural de mão de obra e “novas e atípicas formas de contratação baseadas na flexibilização e desregulamentação do trabalho” (Mestre de Souza et al., 2020, p. 3). No último caso, essas novas formas de contratação seriam supostamente necessárias para assegurar maior competitividade em face das “novas exigências do mercado internacional, de crescimento econômico e do aumento do emprego” (idem).

Cumprir notar que esse foi exatamente um dos argumentos utilizados para a reformulação da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) promulgada em 2017 e da Reforma Previdenciária (PEC 6/2019), que modificou o regime de aposentadorias brasileiro, ainda que nesse segundo caso o aumento da expectativa de vida e os gastos crescentes com a Previdência também tenha sido motivadores.

A reforma trouxe mudanças como a extinção da aposentadoria por idade, fixando a idade mínima para a obtenção da aposentadoria, 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens no regime geral. O tempo de contribuição também foi alterado, sendo necessários 35 anos de contribuição para os homens e 30 anos para as mulheres além da idade postulada supracitada. A pensão por morte também foi modificada, com a restrição do acúmulo de aposentadoria e pensão, entre outras alterações. É importante ressaltar que, mesmo com pouco tempo de implementação, as novas regras previdenciárias já vêm mostrando seu caráter deletério².

Já a Reforma Trabalhista reformula as leis trabalhistas oriundas da CLT de 1943, ao incluir modalidades de contratação sem proteção elementar, alterar e flexibilizar as jornadas de trabalho, reduzir a remuneração, modificar o regime de férias, abrir brechas

2 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53786776>>.

para negociações que prejudicam o trabalhador, dismantelar o aparato sindical, entre outros aspectos.

Mestre de Souza et al. (2020) aponta que essas mudanças nas relações e regulações do trabalho, apesar de cortinadas com o véu da modernização e de melhorias, em realidade apontam para direção contrária, flertando com o retrocesso e o detrimento do desenvolvimento social. Afinal, tais modificações

[...] estariam associadas a condições de trabalho mais vulneráveis, à insegurança, à redução de direitos e à desproteção do emprego, fatores que contribuiriam para o agravamento dos problemas socioeconômicos decorrentes da instabilidade, da precariedade e da heterogeneidade do mercado de trabalho, características marcantes do fenômeno da informalidade. (Mestre de Souza et al., 2020, p. 4)

No caso brasileiro Delgado pontua: “a Lei n.º 13.467/2017 objetiva, inequivocamente, reduzir o patamar civilizatório mínimo de cidadania social do trabalhador e de valorização ao trabalho na ordem social, econômica, cultural e jurídica do país” (Delgado, 2017, p. 57). Os reflexos devastadores dessa empreitada já podem ser conferidos pelas pesquisas estatísticas.

A informalidade no mercado de trabalho brasileiro, que observara quedas expressivas entre 2003 e 2013 (Menezes Filho et al., 2014), atingiu o seu maior nível histórico (43,7%) em dezembro de 2019³.

Cumprir notar que os empregos informais tipicamente possuem menor remuneração. Segundo o IBGE (2020), no setor privado, um trabalhador formal recebia 50% a mais que um informal em 2019. Trabalhadores esses, portanto, mal remunerados e sem acesso à rede de proteção social garantida pela formalização.

A informalidade também possui consequências coletivas. Isso porque o aumento da informalidade implica menor número de ocupados que contribuem para a Previdência. Em 2016, a média de não contribuintes foi de 31 milhões, enquanto em 2019 a média

3 Compreendendo que o grupo de informais é composto por trabalhadores sem carteira assinada (setor privado e doméstico), sem CNPJ (empregadores e por conta própria) e sem remuneração (cuidado familiar).

aumentou para 34,7 milhões. O sistema previdenciário brasileiro é amparado, em parte, pelo princípio da solidariedade, isto é, as contribuições dos que estão no mercado de trabalho atual sustentam as pensões dos aposentados de hoje. Se a contribuição diminui, a capacidade do sistema previdenciário de prover a aposentadoria também sofre.

Outro ponto que demonstra a expansão da precarização do mercado trabalho brasileiro diz respeito aos dados de subocupação. Segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) divulgados em 2019, o número de subocupados cresceu 66% entre os anos de 2015 e 2019, considerando que trabalhadores subocupados trabalham menos que as 40 horas semanais. Entre os assalariados, a proporção de subocupação é 9 vezes a verificada entre os informais, e 38 vezes a verificada entre os trabalhadores com contrato parcial formal. Ainda, é importante ressaltar que, destes, 41% dos subocupados trabalham por conta própria e apenas 15% deles contribuem para a Previdência, e que a incidência de subocupação é maior entre as mulheres do que entre os homens: 9 % das trabalhadoras contra 6 % dos trabalhadores.

Não podemos perder de vista que esse cenário tem se agravado com a pandemia de Covid-19 que assola o país desde março de 2020. A taxa de desemprego saltou de 11,9% em dezembro de 2019 para 13,3% no segundo trimestre de 2020, segundo dados do IBGE (2020). Vale destacar que para o IBGE uma pessoa desempregada é aquela que, tendo idade para trabalhar (acima de 14 anos), não está trabalhando, mas continua procurando ocupação. Aquele sujeito que perde o emprego e desiste de procurar uma nova colocação não é contabilizado. Assim, é compreensível que, no segundo semestre de 2020, 8,9% das pessoas perderam o emprego, mas o número de desempregados permaneceu estável, 12,8 milhões. Muitas pessoas simplesmente se retiraram do mercado de trabalho, seja por medo do contágio, seja por compreenderem que a pandemia limitaria as oportunidades de emprego. Se a informalidade se mostrava como alternativa de trabalho para os desocupados, a pandemia atingiu fortemente esse contingente: 68% dos empregos perdidos no segundo semestre de 2020 eram informais (IBGE, 2020). Tal dado informa que os empregos informais são mais vulneráveis à crise, o que agrava a condição de vida do trabalhador, uma vez que

este não tem respaldo legal no que concerne a garantia de direitos. Ainda, de acordo com o DIEESE (2020), aos informais também coube a maior diminuição nos rendimentos, queda em média de 56%, enquanto a queda para os formais ficou em 26%.

As mulheres foram as maiores prejudicadas com a crise sanitária, segundo dados do IBGE (2020). Na última quinzena de março, período que coincide com o início da pandemia no Brasil, 7 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho, 2 milhões a mais que o número de homens na mesma situação. Os filhos pequenos e a paralisação das creches foram os principais motivadores. Outro grupo que foi muito prejudicado com a crise sanitária foram os idosos, segundo apontaram os resultados da pesquisa da Rede de Pesquisa Solidária (2020) apresentados no Boletim 24. Ainda de acordo com o estudo dessa rede, as razões para tal percepção decorrem da gravidade da doença para com essa população e do maior risco de morte, bem como da necessidade de isolamento social para uma população que já enfrenta a solidão e a dificuldade de acesso à saúde.

Por fim, além de todo esse cenário exposto, não podemos desconsiderar um último fator que afeta ativamente as relações de trabalho e o envelhecimento: o idadismo. Ageísmo ou idadismo é um termo criado por Butler (1969) que corresponde a toda e qualquer ação intolerante para com o sujeito devido a sua idade. De acordo com Goldani (2010), o ageísmo é considerado o último preconceito, fechando o triângulo dos três grandes “ismos” discriminatórios juntamente com o racismo e o sexismo. No entanto, há uma diferença fundamental entre o idadismo e esses dois últimos preconceitos. O ageísmo se faz universal, isto é, teoricamente qualquer pessoa pode ser vítima de tal discriminação ao longo da vida, independentemente de raça, sexo, classe social e, ainda, não necessariamente por conta da idade avançada (Loth & Silveira, 2014). Goldani (2010) complementa que os efeitos do ageísmo são destrutivos em três principais áreas: preconceito social, discriminação no trabalho e preconceito no sistema de saúde

No que diz respeito ao mercado de trabalho, tema de interesse deste escrito, o ageísmo pode ser manifestar de diversas formas, como relatam Stypińska e Nikander (2018) em seu artigo “Ageism and Age Discrimination in the Labour Market: A Macrostructural Perspective”. O idadismo na estrutura laboral, como transcrito

pelas autoras, ocorre em duas vias. A primeira diz respeito aos comportamentos que predispõem a conduta dos empregadores em relação aos mais velhos. Segundo as autoras, há uma infinidade de pesquisas que demonstram que os recrutadores preferem contratar trabalhadores mais jovens, colocando, assim, os candidatos mais velhos em posição desfavorecida, logo no processo de seleção. Nesse contexto, também se faz comum a menor remuneração em comparação com a de trabalhadores jovens, além da recusa a promover empregados mais velhos, ou mesmo a demissão desses trabalhadores tendo como motivo a idade e não seu desempenho e qualificação.

Já a segunda via refere-se a manifestações ageístas no ambiente de trabalho, como piadas e observações acerca da idade, tratamento desrespeitoso tanto por parte dos empregadores e colegas de trabalho como de clientes, receber avaliação de produtividade menor, ser humilhado ou intimidado por conta da idade. França et al. (2017) aponta que as atitudes discriminatórias em relação à idade transcorrem de forma velada e, por vezes, naturalizada, o que torna mais difícil seu combate.

Outro ponto importante para esta discussão que queremos apresentar neste artigo, e que converge com o escrito de Stypińska e Nikander (2018), é o fato de que no mercado de trabalho existe uma plasticidade na definição de um trabalhador mais velho. Tal sentença varia de acordo com os ramos da economia nos quais o trabalhador atua, bem como os contextos culturais e organizacionais dos locais de trabalho. Segundo as autoras, há ampla evidência de práticas ageístas sendo aplicadas em candidatos e trabalhadores já na faixa dos 30 ou 40 anos. Em alguns casos, como em setores de tecnologia, entretenimento e mídias sociais, atitudes similares são adotadas até em relação a sujeitos com 27 anos de idade.

2. Metodologia

Para responder à pergunta de pesquisa idealizada neste artigo, realizamos uma pesquisa qualitativa, que buscava identificar como as trajetórias profissionais, e de vida, bem como o gênero e a situação socioeconômica de nossos entrevistados permitiam entender suas projeções para o futuro pós-60 anos e estratégias para o envelhecimento. Os sujeitos desta pesquisa foram recrutados a

partir de três critérios principais: a) faixa etária entre 40 e 50 anos de idade; b) desempregados; c) perfil profissional e perfil generalista. O método de coleta utilizado foi a condução de entrevistas em profundidade, realizadas através de roteiros semiestruturados aplicados a 11 indivíduos da região metropolitana de São Paulo, 5 homens e 6 mulheres⁴. Cumpre notar que os nomes apresentados nas reproduções das falas literais, na sessão que compreende análise e discussão, são fictícios – cumprimos nossa responsabilidade de proteger nossos participantes, assegurando o anonimato.

Elegemos o bloco etário entre 40 e 50 anos pois estes serão, provavelmente, nossos futuros velhos. Eles também serão os primeiros a sofrer os impactos causados pela nova política previdenciária, além da Reforma Trabalhista. É importante ressaltar ainda que muitos dos trabalhadores entre 50 e 60 anos estão no grupo etário beneficiário das regras de transição, portanto, este ponto também favorece a escolha da proponente desta pesquisa pelo grupo entre 40 e 50 anos.

Optamos também por recrutar desempregados, pois entendemos que o desemprego é premente dentro do mercado de trabalho brasileiro e isso tem se intensificado como consequência da pandemia de Covid-19 que atingiu fortemente o mercado de trabalho como um todo. Também se faz importante ressaltar que o desemprego, principalmente entre os mais maduros, é um fator determinante para que muitos migrem para o mercado informal de trabalho, o que acarreta maior precarização das relações de trabalho e conseqüentemente maior vulnerabilidade social.

O perfil profissional e o perfil generalista constituem um recorte feito no interesse de explorarmos a existência ou não de diferentes perspectivas para o futuro de acordo com a formação profissional.

4 A proposta inicial de recrutamento para entrevistas da pesquisa seria a busca por 6 homens e 6 mulheres, em situação de desemprego, sendo 3 de perfil generalista e 3 de perfil profissional em cada grupo. O contato com possíveis entrevistados seria feito por meio da proximidade com associações de bairro. No entanto, devido às adversidades impostas pelo distanciamento social em razão da pandemia de Covid-19, as buscas pelas entrevistas passaram para o ambiente on-line, por meio de postagens em espaços como Facebook e LinkedIn, explicando a proposta de pesquisa e convidando os interessados para uma possível entrevista. Notamos certa resistência especialmente por parte dos homens; as mulheres se mostraram mais receptivas. Por fim, a ausência de um homem de perfil generalista se deu por conta da dificuldade de encontrar sujeitos nesse perfil dispostos a conceder uma entrevista.

A saber, o perfil profissional se refere àqueles sujeitos que possuem alguma formação acadêmica, enquanto o perfil generalista tange àqueles que não cursaram o ensino superior. Essa decisão também se baseou nos diferentes estudos sobre estratificação e mobilidade social que demonstram como a obtenção do título de ensino superior não só aumenta as chances de inserção no mercado de trabalho, como também traz prêmios salariais àqueles que possuem esse grau de instrução (Neri, 2011).

Sobre o recrutamento, a premissa inicial era que iríamos a campo pelo contato com as associações de bairro que nos auxiliariam a alcançar o público de interesse para esta pesquisa, de acordo com os recortes propostos e explanados acima. No entanto, por imposição do isolamento social em consequência da pandemia de Covid-19, levamos a busca por entrevistas para o meio digital, especificamente em redes sociais como Facebook e LinkedIn, além das indicações da rede pessoal de contatos da pesquisadora e de sua orientadora, bem como dos próprios entrevistados. Com essa adaptação, a questão das classes sociais foi abarcada utilizando como proxy o perfil educacional dos entrevistados.

A estruturação do roteiro de entrevistas se baseou no interesse de compreender a trajetória de vida dos sujeitos e assim, de acordo com as vivências, experiências e situação de vida atual, que estes pudessem indicar algum vislumbre, possibilidade, prospecção ou mesmo planos para o futuro que se avizinha. Para tanto dividimos o roteiro em três blocos: passado, presente e futuro. Cada sessão abarcava em especial os temas relacionados ao escopo desta pesquisa: gênero, envelhecimento e mercado de trabalho. A entrevista objetivava ainda apreender as trajetórias de vida pessoal, com o objetivo de acessar de que maneira os caminhos traçados pelos indivíduos eram enquadrados por diferentes dimensões da realidade social. Essa estratégia analítica, de retomar os percursos desses indivíduos - e as representações que eles apresentavam sobre sua trajetória - mostrou-se chave para compreender as projeções e estratégias dos atores para lidar com seu envelhecimento no mercado de trabalho que são foco deste estudo.

A sessão “Passado” serviu, antes de mais nada, para que o sujeito se adaptasse à entrevista, a fim de se sentir confortável para as demais etapas, que eram de maior interesse para a finalidade da pesquisa. No entanto, essa primeira fase também garantiu material

para que compreendêssemos algumas relações de gênero inerentes desde a infância.

Já a sessão “Presente” constitui a exploração de certos aspectos já concernentes à trajetória de trabalho, como: a entrada no mercado de trabalho, as experiências educacionais, o primeiro emprego, os vínculos empregatícios, a importância do trabalho na vida do sujeito, as supostas mudanças e/ou incômodos na trajetória profissional. Além disso, também exploramos as influências familiares e sociais que atravessaram todo esse processo.

A terceira e última parte, “Futuro”, buscava perscrutar as perspectivas de futuro por meio do direcionamento de questões que abrangiam o vislumbre do futuro, isto é, a velhice desses sujeitos. Entendemos que a exploração aqui deveria abranger tanto o prisma profissional (aposentadoria, desejo de permanecer no mercado de trabalho, receios e anseios quanto ao futuro profissional) quanto o pessoal (planos de cuidado na velhice, relações familiares nessa fase da vida).

3. Resultados e discussão

A partir deste exercício de análise buscaremos responder aos objetivos norteadores desta pesquisa, que consistem em: analisar de que forma as trajetórias de vida impactam as projeções subjetivas do pós-60 anos, de acordo com o gênero e as atividades laborais. Quais seriam as expectativas, anseios, alternativas e estratégias que rodeiam o imaginário subjetivo dos sujeitos, de diferentes gêneros, acerca do envelhecer?

Realizamos a sistematização das entrevistas em profundidade a fim de identificar as maneiras como os 11 entrevistados desta pesquisa entendiam seu futuro na velhice, bem como quais categorias explicativas nos ajudavam a compreender seus anseios, expectativas e estratégias de sobrevivência relativas ao envelhecimento. No que diz respeito a suas representações sobre a velhice, pudemos perceber os seguintes temas:

- a. Negação da velhice;
- b. Expectativas e perspectivas para o futuro;
- c. Estratégias de sobrevivência na velhice
 - Permanência no mercado de trabalho

- Aposentadoria
- Cuidado.

Antes de iniciar a sessão, faz-se necessário uma apresentação dos participantes da pesquisa e das categorias que acreditamos serem chaves para a compreensão de suas estratégias e projeções para a velhice. Essas categorias confirmam a posição no mundo ocupada por nossos entrevistados. Entendemos posição no mundo como a configuração de um conjunto de características socioeconômicas e das trajetórias profissionais e de vida que trouxeram nossos entrevistados ao momento atual. São categorias que permitem entender esse lugar: idade, estado civil, trajetória de trabalho, parentalidade, vínculos empregatícios e moradia.

Como já apresentado na seção metodológica, a idade foi um dos recortes que elegemos para a elaboração deste escrito. Quisemos ouvir pessoas, entre 40 e 50 anos de idade, acerca de seus vislumbres sobre o envelhecer, amparados pela prerrogativa de que essa geração será a primeira afetada diretamente pela reforma trabalhista, que agravou a precarização das relações de trabalho, e pela reforma previdenciária, que retardou seu acesso à aposentadoria.

Também compreendemos que o estado civil tem suma importância nos atravessamentos das trajetórias de vida apresentadas. A situação civil implica diversos panoramas a ser considerados no envelhecimento, como, por exemplo, o cuidado na velhice, as expectativas ou não de constituição familiar, os reflexos dessa constituição familiar.

As diferentes trajetórias de trabalho se mostram significativas diante da (falta de) segurança alcançada por meio das diferentes ocupações e atividades laborais empreendidas pelos entrevistados ao longo de sua vida. Esses percursos possuíram pelo menos três configurações possíveis:

- Trajetória Ascendente: diz respeito àquelas trajetórias nas quais há uma crescente nas posições de trabalho ocupadas. Normalmente ocorre com aqueles sujeitos que constroem carreira em determinada empresa ou ocupação específica.
- Trajetória Linear: corresponde àquelas trajetórias nas quais não há mobilidade de cargos, ocorrendo nesses casos um platô laboral, no qual a ascensão a postos de chefia não ocorre, tão pouco o rebaixamento.

- Trajetória Fragmentada: concerne àquelas trajetórias em que há uma constante mobilidade, não apenas de cargos, mas também de empregabilidade. Nessses casos há uma constante mudança de ocupação em empregos e os cargos de chefia são pouco alcançados.

Percebemos que pessoas com trajetórias fragmentadas tenderam, em suas respostas, a fazer menos prospecções positivas sobre o futuro; o presente era o que mais as preocupavam no momento, e foi a ele que estss sujeitos deram mais atenção. Em contrapartida, aqueles com trajetórias ascendentes tiveram discursos mais positivos sobre o futuro, além de conseguirem antever alguma possibilidade para a velhice.

A parentalidade, isto é, ter ou não filhos, demonstrou-se decisiva em alguns aspectos que se vinculam ao trabalho e ao envelhecer. Para aqueles que não tiveram filhos a relação com o trabalho carrega o contorno da produtividade muito mais evidente do que para aqueles que tiveram filhos. Esses últimos encontram na família um ponto de suporte e ao mesmo tempo de inquietude na velhice. O cuidado e a tutela são alguns dos aspectos que corroboram essa evidência.

Os vínculos empregatícios também seguem uma lógica parecida com o declarado no quesito trajetória de trabalho, logo acima. Quando nos referimos a vínculos formais e informais, entendemos a maioria dos vínculos que o sujeito obteve em sua trajetória de trabalho. A formalidade sempre é almejada, e, para aqueles que conseguiram gozar dela por mais tempo, percebem-se uma maior segurança e possibilidades para o futuro. A informalidade decreta uma precariedade nas relações atuais que dificultam perspectivas para o futuro.

Por fim, a casa própria permeou os discursos de nossos entrevistados e se mostrou primeiramente um desejo para aqueles que não a possuem e um alento aos proprietários. Neste ponto é importante salientar que a casa própria se mostra como um lugar de segurança e estabilidade para que planos para a velhice possam ser melhor traçados. Ter um espaço para si é um indício determinante para algumas visões sobre o futuro.

SÍNTESE DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS

	IDADE	ESTADO CIVIL	TRAJETÓRIA DE TRABALHO	FILHOS	VÍNCULOS DE TRABALHO	MORADIA
Gabriela	47	Casada	Linear	Sim	Formal	Casa Própria
Pietra	46	Divorciada	Linear	Não	Formal	Aluguel
Laura	49	Divorciada	Fragmentada	Sim	Informal	Casa Própria
Maria	46	Solteira	Linear	Não	Formal	Casa Própria
Antônia	47	Divorciada	Fragmentada	Sim	Informal	Aluguel
Cecilia	42	Divorciada	Fragmentada	Sim	Informal	Aluguel
Silvio	42	Solteiro	Linear	Não	Formal	Casa Própria
Júlio	47	Solteiro	Ascendente	Não	Formal	Casa Própria
Marcelo	45	Divorciado	Fragmentada	Sim	Informal	Aluguel
Manoel	50	Divorciado	Ascendente	Sim	Formal	Casa Própria
Edson	41	Viúvo	Fragmentada	Sim	Informal	Aluguel

a) Negação da velhice

Quando o questionário de pesquisa foi elaborado, pensamos em uma estrutura que abarcasse o passado, o presente e o futuro de nossos entrevistados. Enquanto as duas primeiras partes eram respondidas com tranquilidade, a última, justamente a que tratava sobre o futuro e consequentemente a velhice, tinha seus entraves. A primeira reação foi a de negação da velhice.

O vislumbre do envelhecer foi demarcado pela dificuldade em se imaginar com 60 anos de idade, tanto para os homens como

para as mulheres. A inquietação, para a maioria das mulheres, foi expressada da seguinte forma:

Olha eu nunca me imaginei com 60 anos não, não estou muito longe de chegar lá eu tô com 45. (Gabriela, 47 anos)

Nunca pensei sobre a minha vida pós-60 anos, eu não consigo me imaginar com 60 anos. (Maria, 46 anos)

Eu não consigo me enxergar com 60 anos, me ver com 60 anos. Não consigo imaginar minha vida, eu nem paro pra pensar muito sobre isso, eu penso mais no dia de hoje. (Cecilia, 42 anos)

Eu não consigo me ver com 60 anos, você acredita? (Antônia, 47 anos)

Essa dificuldade das mulheres, de não conseguirem se ver com 60 anos, expressada nas falas acima, parece ter relação com o imaginário e representações existentes sobre a velhice feminina. O envelhecimento para as mulheres traz consigo uma conotação negativa e desqualificadora, como bem expressou Sánchez:

As mulheres, portanto, têm sido socializadas e treinadas para temer a velhice. Negando o próprio processo de envelhecimento, pretende-se escapar das penalidades impostas a velhice. Sabe-se que, em uma sociedade, é melhor ser homem do que mulher, ser jovem que ser velho, portanto ser mulher e ser velha é duplamente desvalorizado. (Sánchez, 1998, apud Salgado, 2002, p. 12)

A sociedade utiliza estereótipos a fim de proclamar a diferença entre homens e mulheres com o passar do anos. O feminino perde seu potencial atrativo enquanto o masculino ganha status e prestígio. Para Salgado (2002), ao passo que a mulher é a “enrugada”, o homem é o “charmoso”. A representação da velhice feminina é a bruxa das histórias infantis, os personagens decadentes dos programas humorísticos, enquanto o símbolo da velhice masculina é o ancião sábio, o empresário poderoso. Assim, a autora afirma que

o problema de gênero está contido na temática do envelhecimento e reflete o sexismo presente na sociedade, que, por sua vez, é escancarado com o idadismo. Pelas palavras da autora,

não é errado assinalar que essa discriminação para com a mulher idosa está intimamente ligada ao sexismo e é a extensão lógica da insistência de que as mulheres valem na medida em que são atrativas e úteis ao homem. A sobrevivência da mulher, tanto física quanto psicológica, tem sido vinculada à habilidade de corresponder ao homem e aos padrões sociais estabelecidos que reforçam constantemente o poder que emana do patriarcado. (Salgado, 2002, p. 12)

Charmosos ou não, também entre os homens é notória a negação, mas de forma distinta. Os homens apartam de si a velhice ao não reconhecer os sexagenários como velhos – a velhice vem “só muito depois”. Como mostram as falas de Manoel, Silvio e Júlio, a velhice pertence ao outro, e está distante de si.

Eu não me vejo com 60 anos, eu vejo meu pai com 80 anos, ele é o velho, não eu. (Manoel, 50 anos)

Eu, na verdade, quero ser velho, sabe, mas eu não vejo 60 anos como velho, com 80 é velho. Aí me vejo aqueles velhos bem chatos, de bengala. (Silvio, 42 anos)

Eu acho que a pessoa com 60 anos não é velha, ela ainda produz muito. (Júlio, 47 anos)

Como nos ensina Simone de Beauvoir (2018) em seu escrito *A velhice*, o velho é sempre o outro. A nossa própria velhice dificilmente é reconhecida por nós, “em nós o outro é que é velho” (Beauvoir, 2018, p. 302). Por isso, os idosos, para esses homens, são os sujeitos de 80 anos. Ademais, pouco tempo distancia nossos entrevistados dos 60 anos (idade convencional para o início da velhice) e reconhecer o velho nessa idade é admitir que a velhice está próxima.

A segunda questão apresentada nos discursos masculinos acima diz respeito ao reforço de determinados estereótipos marcadores

da velhice: a chatice, a inutilidade, o doente, o não produtivo. Nesse caso podemos apontar dois sentidos para tais colocações. O primeiro diz respeito ao lugar em que a produtividade é posta na formação e na valorização do “ser homem”. Compreendemos, portanto, que deixar de ser produtivo também implica desprestígio do masculino, perder seu poder de produzir implica perder uma parte considerável do seu papel social como homem.

Também é possível sublinhar que esses enunciados masculinos revelam o quesito etário como norteador e regulador de vivências e características, isto é, de cada sujeito são esperadas condutas e atributos que o afirmam pertencente a determinada faixa etária. Catherine Lloret nos adverte que “mais do que ter uma idade, pertencemos a uma idade. Os anos nos têm e fazem com que sejamos crianças, jovens, adultos ou velhos” (Lloret, 1998, p. 14). O chato, o incapacitado, o não produtivo são as qualificações que habitam o imaginário subjetivo de nossos entrevistados acerca da velhice, que condiz com a literatura acerca do envelhecer (Correa, 2009), que demonstra que esse é o encaixe social e cultural dos que pertencem aos muitos anos de vida.

Para finalizar este tópico precisamos alertar que, apesar desse primeiro momento de negação da velhice, há nas bordas dos discursos de nossos entrevistados certo vislumbre acerca do futuro. Ainda que, para alguns, o porvir pareça um tanto desesperançado, para outros a possibilidade de vislumbrar planos se edifica como um possível futuro. O que diferenciara essas visões são as particularidades das histórias de vida e da existência do presente de cada um. Assim, a seguir nos debruçaremos sobre as perspectivas e (não) expectativas de futuro de nossos entrevistados.

b) Perspectivas e (não) possibilidades para o futuro

Se a negação da velhice foi o ponto de partida de nossos entrevistados, o que veio a seguir se mostrou como um exercício, tanto para esses sujeitos como para esta pesquisadora que escreve, de compreensão da realidade atual em que vivem e como, a partir daí, seria possível ou não prospectar algum plano para o futuro.

O futuro nos provérbios populares sempre se apresenta como o incerto, o desconhecido, o imprevisível. Para alguns de nossos entrevistados essa realidade misteriosa acerca do porvir se mostra

mais intensa devido às condições em que o presente se revela. Como é o caso de Edson e Cecilia:

Olha, eu não estou com expectativa nenhuma para o futuro não. Porque já estava com aquelas crises antes, agora então vai piorar muito. (Cecilia, 42 anos)

Eu nem imagino um futuro, do jeito que está a situação, não dá pra pensar em futuro. (Edson, 41 anos)

Edson, por exemplo, traz em sua trajetória de vida e de trabalho alguns percalços que lhe impuseram uma posição cerceada por certa vulnerabilidade. Nascido e criado em São Paulo, experimentou a viuvez ainda jovem e se viu responsável único pela criação de dois filhos. Começou a vida profissional como office boy, tal qual a maioria de nossos entrevistados homens, em uma empresa fabricante de bolsas, mas não fez carreira ali, pois serviu ao exército por cinco anos. Desde então tem trabalhado em diversas ocupações: foi metalúrgico, cobrador de ônibus, porteiro e cuidador de idosos, e diz que não está em posição de ficar escolhendo, vai para a ocupação que lhe garanta dinheiro para o seu sustento e o de seus filhos. Atualmente busca recolocação no mercado formal de trabalho, mas afirma não dispensar os bicos. Para ele, esses últimos, em momentos de empregabilidade formal, são complemento de renda, e em momentos de desemprego, como os enfrentados agora, são os bicos que fazem a vez para a sobrevivência.

Da mesma forma, Cecilia apresenta uma trajetória de vida de muito trabalho, e o flerte com a vulnerabilidade sempre esteve presente. Assim como Edson, é nascida e criada em São Paulo, divorciada e mãe de três filhos homens. Relata uma infância difícil tendo a mãe como principal provedora, uma vez que o pai era alcoolista. Diante de tal situação ele se viu servindo ao cuidado ainda menina, primeiro dos irmãos, em seguida do pai doente e por fim dos filhos. Por conta desses afazeres não pôde estudar nem adentrar o mercado de trabalho formal por um tempo, abrindo espaço para a informalidade, ocupando-se como lavadeira e cozinheira. Somente após os 30 anos começou a trabalhar como auxiliar de limpeza em empresas tendo registro em carteira. Gostaria de mudar de profissão, cursar pedagogia e ser professora, estava se programando para tal, mas a pandemia a impediu.

Edson e Cecilia não têm vida fácil. Dentre os entrevistados, eles são os que apresentam maior vulnerabilidade social, trabalhadores de serviços cuja remuneração é mais baixa. Ela é auxiliar de limpeza e ele é porteiro de casa de show, e os bicos são uma constante para complementar a renda e, assim, garantir o mínimo para a sobrevivência. A crise e o desemprego os obrigaram a viver do auxílio emergencial⁵ disponibilizado pelo governo federal, ainda que no caso de Cecília nem seja ela a beneficiária, e sim seu filho, que está sustentando a família composta de quatro membros.

A perda do emprego, a crise que se arrasta e se agrava, as condições de vida que já não eram fáceis têm piorado, o viver um dia após o outro é o que faz mais sentido para esses sujeitos. Os poucos planos para o futuro foram sendo constantemente abortados devido à falta das condições financeiras que eles demandam, para além da subsistência. Cecilia gostaria de mudar de carreira, deixar a área de limpeza, que diz não ser valorizada, para se dedicar à pedagogia a fim de se formar professora, mas sempre é impossibilitada pelas constantes crises que afetam, e muito, suas condições socioeconômicas. Da mesma forma, Edson gostaria de ser cabeleireiro, mas, devido às adversidades impostas pela vida, não conseguiu concretizar seu desejo.

Para além do ceticismo em relação ao futuro fortemente demarcado por Cecilia nas falas acima, ainda há outra dimensão que gera preocupação para ela: o medo de adoecer. Receio este também apresentado por Antônia: cabeleireira e manicure, relata uma história de vida tão familiar para muitos. Nascida em São Paulo, filha de mãe solo, após o abandono do pai. Perdeu a mãe muito jovem e passou a viver de favor na casa de diversos parentes próximos. Encontrou no casamento a oportunidade de construir uma família e ter o seu lar. E apenas depois disso começou a trabalhar na informalidade na atividade que exerce até hoje. Ao se divorciar, retornou a São Paulo junto com seus 3 filhos, duas mulheres e um homem, para reconstruir a vida.

5 “O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus – COVID 19.” Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>>.

Eu só peço para não cair numa cama. (Cecilia, 42 anos)

Eu nunca paguei nada disso de INSS, de plano de saúde, eu tenho medo de ficar doente. (Antônia, 47 anos)

O envelhecer é demarcado socialmente pelo binômio velhice-doença, ainda que doenças não sejam exclusividade da velhice, e que atualmente haja difusão do conceito de envelhecimento saudável entre a população, o que tem mudado certos estereótipos ligados à velhice, abrindo espaço para um outro pensamento e representações sobre os longevos mais positiva. No entanto, a resposta de Antônia e Cecilia parece ir além do imaginário sobre a velhice. Seu medo de adoecer tem congruência com a história de vida dessas duas mulheres – ambas presenciaram a fase doente de seus pais. Cecilia cuidou do pai até a morte e Antônia perdeu a mãe muito cedo, e nos dois casos o câncer foi a causa do adoecimento. Naturalmente tais fatos presentes na história de vida individual de uma e outra demarcam o temor a enfermidades. O cuidado da geração anterior liga-se assim aos temores sobre sua própria trajetória.

Além dessa constatação, é possível perceber no relato de Antônia a preocupação com INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A contribuição voluntária ao INSS, entidade responsável pelos pagamentos previdenciários no Brasil, é colocada como opção para aqueles que vivem na informalidade, como é o caso de Antônia, no entanto, para muitos brasileiros os ganhos são poucos e não são capazes de prover o sustento e esse aporte social. Esse problema não faz parte daqueles que estão na formalidade, pois o registro de trabalho garante alguns direitos, dentre eles os benefícios previdenciários.

A negatividade presente nos enunciados acima contrasta com as falas em que o futuro se apresenta como possibilidades, planos e ambições, como a elocução de Pietra:

Se eu estiver aposentada, quero estar com uma rendinha, quero estar bem estabilizada, quero ter uma estrutura, uma casa, né? ... Mas eu espero estar bem, quero estar bem, quero ter uma casa, quero ter, de repente, uma família, né? (Pietra, 46 anos)

Pietra é a mulher que melhor consegue fazer elaborações para seu futuro. A busca por estabilidade na velhice, expressa em seu relato pela tríade de estruturas, física (casa), financeira (aposentadoria, rendinha) e afetiva (ter uma família), demonstra que há em seu horizonte algum planejamento. Pietra, apesar de atualmente desempregada, possui uma trajetória de trabalho que não foi transpassada por tantos percalços.

Nascida e criada na cidade de São Paulo, Pietra é divorciada e não possui filhos, atualmente mora nos fundos da casa da mãe. Iniciou sua trajetória profissional por influência da mãe, que lhe garantiu um trabalho na mesma cooperativa de material reciclado em que trabalhava. Também foi por intermédio da mãe que conseguiu sua primeira promoção, passou de catadora de material reciclável para auxiliar de escritório, cargo este que ocupou em diversas empresas até ir para o Recursos Humanos de uma grande rede varejista. Permaneceu no RH por 13 anos, até ser demitida. Decidiu dedicar-se então a educação infantil, pois se formou pedagoga tardiamente graças aos incentivos educacionais dados aos trabalhadores em seu emprego anterior. Atualmente busca realocação laboral, em especial na educação infantil, sua grande paixão.

A entrevistada também demonstra que sempre teve um dito “plano B” para o futuro. Trabalhadora de ambiente corporativo, quando lhe foi oferecida a oportunidade de cursar o ensino superior, Pietra optou por algo totalmente diferente do que vinha exercendo profissionalmente. Cursou pedagogia, obedecendo a um desejo pessoal de trabalhar na educação. Ao ser demitida, depois de 13 anos de trabalho no Recursos Humanos de uma grande rede varejista, apesar de sofrido, a entrevistada viu nesse momento uma oportunidade para se dedicar ao que realmente lhe interessava, a educação infantil.

Dedicar-se a profissões que são do desejo do sujeito aparece nos relatos de todas as mulheres entrevistadas. Para um grupo, a transição já foi realizada: Pietra, citada acima, Gabriela, que de auxiliar de serviços gerais passou a atuar como assistente social, e Laura, que de autônoma galgou a profissão de psicóloga. Para outro grupo, há intenção de fazê-lo: Cecilia, também já citada, e Maria, que de secretária quer se tornar berçarista. Antônia é a única das mulheres que pretende mudar de profissão, mas não levada por seu desejo, e sim pela necessidade de estabilidade. Esse movimento

feminino de priorização dos próprios desejos e concretização das demandas pessoais, no período que compreende os 40 a 60 anos de idade, é descrito pela literatura científica (Correa, 2009; Goldenberg, 2008, 2016; Moraes, 2011).

As mulheres enxergam seu próprio envelhecimento como um momento em que é possível a conquista de mais liberdade e autonomia em relação a outras fases da vida, ao passo que os homens valorizam menos essa etapa, considerando-a como uma época na qual predominam as perdas e reclusão. (Moraes, 2011, p. 436)

A referência acima dialoga, em parte, com o que foi apresentado pelas falas masculinas no tópico “negação da velhice”. Por outro lado, alguns homens deste estudo foram capazes de vislumbrar planos para a última etapa da vida não de forma negativa ou pessimista. Como é o caso de Júlio e Marcelo, que pretendem envelhecer longe do Brasil:

Minha ideia é ir para os EUA, e ir trabalhar onde tiver trabalho, pintar casa ou montar alguma coisa, sei lá. (Júlio, 47 anos)

Me imagino em Portugal, trabalhando pouco e desfrutando a vida. (Marcelo, 45 anos)

É curioso que o desejo de morar fora do país expresso por esses dois sujeitos se relacione com questões de cunho afetivo. Júlio possui um relacionamento amoroso com uma mulher que vive nos Estados Unidos, e a mudança compreende um possível casamento. Marcelo, por sua vez, pretende se mudar para Portugal, pois sua então namorada dispõe de contatos profissionais por lá. Marcelo ainda aponta a importância de (re)construir alguns laços afetivos que foram desfeitos no passado:

Eu espero reconstruir algumas coisas, principalmente com a minha filha. (Marcelo, 45 anos)

Cumpramos notar que Silvío, Marcelo e Pietra buscam o estabelecimento ou restabelecimento de vínculos familiares. Os dois últimos sujeitos citados já experimentaram a possível constituição de

família, em ambos os casos terminando em divórcio; para Silvio será uma experiência inédita. No entanto, aparentemente, quando o trabalho não é mais peça central na vida do sujeito, a formação de redes de apoio familiar torna-se prioridade na vida, o que garante também uma maior independência e diminuição da procura por lares de idosos (Tang; Lee, 2011). A família tem uma função importante no processo de envelhecimento que será melhor explorada no tópico “cuidado e família”, que está presente na próxima categoria de análise.

Se as perspectivas e expectativas para o futuro se mostram diversas, de acordo com a condição de vida de cada um dos participantes deste estudo, de que forma esses mesmos sujeitos estariam ou não articulando suas estratégias de sobrevivência? A seguir, a discussão avança justamente na direção de responder a esta questão.

a) Estratégias de sobrevivência na velhice

Diante das falas de nossos entrevistados foi possível delimitar certos elementos que puderam ser elencados, no que entendemos como estratégias de sobrevivência na velhice, em três categorias distintas: permanência no mercado de trabalho, aposentadoria e cuidado. Ressaltamos que, da mesma forma com que as perspectivas e expectativas para o futuro se mostram diversas de acordo com os fatores internos e externos relacionados aos nossos entrevistados, os tópicos a seguir não fogem dessa mesma lógica.

- Permanência no mercado de trabalho

A primeira categoria que abre este tópico é a permanência no mercado de trabalho. O desejo de continuar trabalhando no pós-60 anos foi expresso por todos os nossos entrevistados, ainda que por motivos variados. Os significados para essa permanência no mercado de trabalho advém das suas trajetórias profissionais e de vida, do gênero e de sua condição social atual. Para algumas das mulheres o desejo de continuar trabalhando parece estar ligado a um importante marcador de gênero: a fuga do enclausuramento do lar.

Trabalharia ao máximo porque é horrível ficar em casa, né? (Laura, 49 anos)

Quero me aposentar mas continuar trabalhando, não quero ficar dentro de casa não. (Maria, 46 anos)

Laura e Maria constituem histórias de vida díspares, embora alguns pontos se cruzem. Laura desde a adolescência sofreu com os abusos machistas do pai, que a proibia de trabalhar fora do ambiente doméstico, pois dizia ser isso coisa de mulheres promíscuas. Foi com a ajuda da mãe, que dizia se tratar de um curso e não de um emprego, que Laura conseguiu fazer seu primeiro estágio. No entanto, após esse primeiro contato no mercado de trabalho, Laura não logrou êxito em suas demais tentativas, tanto de emprego quanto de cursar o ensino superior. Tais empreitadas eram constantemente minadas pelo pai, que acabou a empregando em sua empresa de transportes, contudo, sem remuneração. Ela se casou e teve duas filhas, divorciou-se e só então, quando não mais havia um ator masculino em sua vida e depois de transitar por diversos subempregos, conseguiu se formar e exercer a profissão de psicóloga.

Maria, por sua vez, iniciou no mercado de trabalho também por incentivo materno, algo em comum com Laura, e não enfrentou resistência por parte do pai. Teve seu primeiro emprego em uma corretora de imóveis e passou algum tempo transitando entre as posições de secretária e auxiliar administrativa, até conseguir se firmar no secretariado de uma empresa de eventos, onde permaneceu por 14 anos. Divide a moradia com a irmã, ambas solteiras e sem filhos. Maria pretende mudar de carreira para berçarista, algo um tanto em comum com Laura, que também redirecionou a carreira.

Apesar de histórias de vida com pouco em comum, essas mulheres veem no trabalho algo carregado de sentido para a constituição de suas identidades pessoais, realização pessoal e reconhecimento social. Enclausurar-se no lar revela um apagamento dessas dimensões, que muitas vezes são conquistadas tardiamente, como é o caso de Laura. A indicação de transição de carreira por Maria também aponta nesse sentido de realização pessoal.

Acreditamos ser relevante ressaltar que as falas de nossas entrevistadas evidenciaram a importância da figura materna em suas histórias de vida e de trabalho. Com exceção de Antônia, que perdeu sua mãe ainda muito jovem, as demais mulheres entrevistadas trouxeram a mãe como facilitadora, apoiadora, moderadora das relações de trabalho, principalmente no início da vida profissional.

Minha mãe que arrumou o primeiro emprego para mim, como separadora de lixo na empresa em que ela trabalhava também, eu não gostava, era um trabalho sujo, sabe, no meio do lixo. Mas minha mãe percebeu que sempre tinha uma vaga no escritório que eles nunca conseguiam manter alguém lá. Aí minha mãe chegou e falou assim pro dono: Por que você não contrata ela (Pietra)? Aí ele falou assim: Ah, mas ela não tem experiência. Aí ela falou assim: Ah, mas ela vai aprender, ela precisa ter um trabalho para aprender. Aí ele: Então tá bom, pede pra ela vir falar comigo. Fui falar com ele e nisso deu tudo certo, comecei a trabalhar lá no escritório dele e nessa empresa eu fiquei 12 anos. (Pietra, 46 anos)

Meu pai dizia que mulher não podia trabalhar. Mas eu tinha um primo que falou de uma vaga num banco, no centro, de estágio assim. Aí minha mãe dizia pro meu pai que era um curso, não um trabalho, aí ela me levava no centro, depois me ensinou a ir sozinha. Mas meu pai não queria deixar, por isso falamos que era um curso, ele dizia que mulher que trabalhava era vagabunda. (Laura, 49 anos)

Minha mãe chegou pra mim e falou: Ai, filha, será que não está na hora de você começar a trabalhar? E aí eu concordei e fui atrás. (Maria, 46 anos)

Minha mãe sempre quis que nós trabalhássemos mesmo, e é o certo, né, pra você ter responsabilidade. Minha mãe sempre incentivou a gente em estudar, em trabalhar. (Cecilia, 42 anos)

A autora Marina Castañeda escreveu que “o machismo não é apenas algo que conheço, mas algo que experimentei” (Castañeda, 2016, p. 13). Talvez a mesma lógica possa ser aplicada a essas mães. Por já terem experimentado do machismo nosso de cada dia, apoiaram e colaboraram para que suas filhas alavancassem uma existência outra, ampliando o leque de oportunidades, que a elas foi negado.

Retomando a discussão acerca da permanência no mercado de trabalho, Silvio, Júlio e Pietra demonstram uma outra nuance acerca dessa questão levantada primeiramente por Laura e Maria.

Enquanto eu tiver força para ficar em pé eu vou continuar dando aula. Enquanto eu puder tocar, eu vou continuar levando música para as pessoas. Acho até triste quem para de trabalhar, fica naquela vida parada, estagnada sabe? (Silvio, 42 anos)

Eu não quero deixar de trabalhar, nem que seja um comeciozinho pra cuidar, trabalhar 3 ou 4 horas por dia, mas quero trabalhar. É importante ter rotina de trabalho, meu pai trabalhou a vida inteira, quando parou... morreu. (Júlio, 47 anos)

Se eu tiver trabalhando melhor ainda, porque a cabeça vai estar ativa e eu não sou uma pessoa de ficar parada. A minha mãe trabalhou até esses dias também, acho que eu sou meio parecida com ela, entende? (Pietra, 46 anos)

Essas enunciações apontam para a permanência do trabalho diretamente conectada à ideia de produtividade, no sentido de produção de vida. Parar de trabalhar, portanto, representaria parar a própria vida. Júlio apresenta essa ideia muito claramente ao dar o exemplo do pai, para o qual parar de trabalhar o levou ao fim, a morte.

O trabalho ocupa um espaço significativo constituinte das subjetividades masculinas. Para os homens a ocupação profissional denota função de reconhecimento e prestígio social. Abrir mão de tais aspectos representa realmente uma morte, a morte social. No entanto, no caso de nossos entrevistados, não só homens apresentam essas representações sobre o trabalho, mas também uma mulher: Pietra, a única entre nossas entrevistadas que é divorciada, sem filhos, e que mora só – fatos esses combinados com a situação de Silvio e Júlio, que possuem as mesmas características.

Entendemos esse aspecto como mais uma manifestação das condições impostas pelo gênero, uma vez que, por não possuírem família que demanda obrigações e afazeres, esses sujeitos podem se dedicar às suas carreiras profissionais com mais afinco. Na primeira seção deste texto, mostramos como o desemprego afetou

ainda mais as mulheres que os homens durante a pandemia, retirando 7 milhões de mulheres do mercado de trabalho, 2 milhões a mais que os homens. Esse aspecto compreende dois pontos centrais. O primeiro é que parte dessas mulheres abriu mão de seus empregos pelas incumbências familiares: sem creche e escolas, nelas recaiu o cuidado. Por outro lado, também são elas as principais trabalhadoras do cuidado fora do lar, e serviços de limpeza e serviços gerais foram ocupações que perderam espaço com a pandemia, ou seja, foram elas as que sofreram os maiores impactos da crise sanitária neste primeiro momento. Vemos aí que tanto a família quanto os empregos mais vulneráveis são encargos femininos.

Dessa forma, assim como Maria e Laura buscam no mercado de trabalho um não apagamento e a realização pessoal, Silvio, Júlio e Pietra seguem com o que lhes faz sentido, a produção que lhes garante um papel social. A aposentadoria representa uma perda tanto no âmbito social quanto no pessoal, e requer todo um redimensionamento subjetivo, como aponta Rodrigues et al. (2005):

o aposentado deverá reconstruir sua identidade pessoal através da interiorização de novos papéis e da busca de novos objetivos de vida, num processo de redefinição de sua vida, ao mesmo tempo em que deverá assumir essa nova fase, repensando o estigma de ser inativo nessa sociedade e estabelecendo novos pontos de referência. (p. 55)

Satisfação pessoal para alguns, sobrevivência para outros. Silvio, Júlio, Pietra, Laura e Maria podem ser considerados sujeitos privilegiados por poder pensar e significar o trabalho como satisfação e realização pessoal. Para Edson e Cecilia, antes de mais nada, o trabalho é questão de sobrevivência.

Eu fui trabalhando onde tinha emprego, pra sobreviver, né, não fico escolhendo. Tenho que sustentar meus filhos, eu não podia deixar eles passar fome. (Edson, 41 anos)

Tem as contas, as despesas em casa, a comida que eu como, a água que eu bebo, trabalho é isso pra mim. (Cecilia, 42 anos)

As condições de vida parecem estar por trás das representações do que lhes é possível, seu sustento fala mais alto que sua satisfação, entre outros aspectos. Continuar trabalhando não é uma questão de escolha, e sim uma circunstância dada. Todavia, tanto para aqueles que querem continuar a trabalhar por desejo quanto para aqueles que trabalharão por necessidade, o caminho não é claro, o idadismo adentra esse cenário como uma barreira.

Pietra, Cecilia, Júlio, Manoel afirmam que suas demissões foram motivadas pelo interesse das empresas por contratar pessoas mais jovens e que, muitas vezes, aceitam salários inferiores

E aí vinha realmente esse fator da idade, já começou a interferir, os profissionais estão aí no mercado, as novas tecnologias, viu? E o jovem já nasce antenado com as novas tecnologias, então aí eles pegaram uma pessoa mais jovem realmente para fazer o mesmo trabalho, pagando menos. (Pietra, 46 anos)

E junta duas coisas, né, a crise e a idade, porque eles sempre querem pessoas mais jovens para fazer o serviço e pagando sempre menos. (Cecilia, 42 anos)

Chega a molecada na empresa, com inglês, mandando bem nas tecnologias, ficam lá um mês e saem. A gente não, a gente veste a camisa e fica lá pela experiência, mas chega uma hora em que isso não é suficiente. (Júlio, 47 anos)

Você com experiência ficava em segunda plano, porque eles pensavam assim – nossa, ele tem 23 anos de experiência, mais experiência que o recrutador, então vamos contratar um mais novinho com salário mais baixo e a gente treina. (Manoel, 50 anos)

Nesses enunciados o idadismo está exposto. Há uma infinidade de pesquisas que demonstram a predileção dos recrutadores por contratar trabalhadores mais jovens, colocando os mais velhos em posição desfavorecida, já no processo de recrutamento, como relatam Stypińska e Nikander (2018) e, principalmente, a fala de Manoel atesta. Se é assim, como então o trabalho se constituirá

como estratégia de sobrevivência e realização? Apenas se conjugado com outras estratégias, como a aposentadoria, tópico que exploraremos a seguir.

- A aposentadoria

A aposentadoria é um marco no ciclo de vida. Para muitos, além de sinalizar a saída do mercado de trabalho regular, o aposentar-se é a primeira constatação da chegada da velhice. Esse período também denota duas facetas centrais: uma, negativa, relacionada ao ócio e à desocupação; a outra, positiva, concerne à possibilidade de maior qualidade de vida. Esses dois atributos ambíguos estão expressos nas falas de Manoel e Júlio:

Mas quando eu me aposentar eu quero ter tranquilidade, botar todas as contas no débito automático e continuar trabalhando, sabendo que tá tudo certo. (Manoel, 50 anos)

Eu quero me aposentar mais por uma questão financeira mesmo, mas eu não quero deixar de trabalhar, nem que seja um comerciazinho pra cuidar. (Júlio, 47 anos)

Nas duas falas a aposentadoria não representa o recolhimento ao espaço privado e ao não trabalho, afinal os dois consideram que continuarão trabalhando. No entanto, na fala de Manoel há uma representação bem significativa acerca da aposentadoria, a tranquilidade e a estabilidade demonstram que para esse sujeito há um tratado de recompensa, de prêmio pelos serviços prestados ao aposentar-se. Já Júlio é um pouco mais contido, resumindo as vantagens do aposentar-se em complemento de renda.

Júlio e Manoel são dois homens que viveram suas trajetórias de trabalho de forma ascendente. Conseguiram trabalho na adolescência como office boys, e a partir de então foram crescendo dentro das empresas em que trabalhavam até alcançarem cargos de chefia. O desemprego bateu à porta há pouco tempo, motivado principalmente pela questão etária: os dois afirmam que as empresas preferem os jovens em detrimento dos mais velhos, mesmo com toda a carga de experiência.

Manoel afirma que sempre foi muito organizado com as questões previdenciárias, tanto que, ao perder o emprego e estar ciente

nas novas leis da Previdência, cuidou de modificar seus planos a fim de continuar contribuindo e não perder tempo de arrecadação. Manoel tem se preparado para a aposentadoria e consegue ter um outro olhar sobre ela.

Júlio, por sua vez, vê a aposentadoria em um horizonte distante, e talvez daí advenha a parcimônia em tratar do assunto. Porém, o entrevistado traz em seu discurso um outro fator que merece atenção, a pretensão de dedicar-se ao trabalho para si na velhice, e Júlio não está sozinho nessa intenção, Edson expressa o mesmo desejo:

Eu quero trabalhar pra mim na aposentadoria, não quero ficar trabalhando para os outros depois de velho, um bar, cabeleireiro, alguma coisa assim. (Edson, 41 anos)

Esse fato conversa com a literatura científica (Salgado, 2002; Neri, 2007; Goldenberg, 2016) que evidencia que na velhice os sujeitos preferem exercer trabalhos que estejam em convergência com o que lhes é caro, e preferem trabalhar para si e não mais para terceiros. A onda empreendedora na terceira idade é explicada em parte por esse movimento, mas não podemos desconsiderar que a própria precarização do mercado de trabalho força os mais velhos a empreender, uma vez que o trabalho formal, com a ajuda do idadismo, não comporta essa população.

Se a aposentadoria para alguns representa maior qualidade de vida, para outros ela nem sequer é imaginada. A desesperança também habita alguns de nossos entrevistados em relação à aposentadoria.

Aposentadoria não vou ter, né, porque tenho pouco de contribuição, só aqueles do registro na carteira. (Laura, 49 anos)

Eu nunca paguei nada disso de INSS. (Antônia, 47 anos)

Eu não tenho ilusão nenhuma quanto a aposentadoria, eu sei que vou ter que trabalhar a vida inteira. (Marcelo, 45 anos)

Retomando as trajetórias de vida desses entrevistados, é possível notar que em alguns casos as manifestações de desilusão com a aposentadoria advêm das suas trajetórias de trabalho precárias, e em outros desânimo com o âmbito político é a causa.

Laura e Antônia fazem parte do primeiro grupo e compartilham peculiaridades em suas trajetórias. Antônia é cabeleireira e manicure, durante toda sua trajetória trabalhou como autônoma em um salão que tinha em sua casa. Diz que sempre esteve preocupada com os ganhos, a ideia era quanto mais lucro melhor, e abriu mão da estabilidade e da segurança que registros em carteira e a contribuição para a Previdência social trazem. Da mesma maneira, Laura, por um longo período de sua vida, trabalhou como autônoma em subempregos como lavadeira e passadeira, que não lhe ofereciam qualquer segurança; os empregos que lhe ofereceram registro em carteira foram os mais recentes, como psicóloga.

Há nos discursos dessas mulheres uma preocupação tardia com relação à aposentadoria, e, devido a essa condição de não contribuição, tal recurso, que seria uma opção de sobrevivência e segurança na velhice, se torna uma incógnita ou mesmo uma não opção.

Já para Marcelo o não crer na aposentadoria decorre da falta de ânimo para com as políticas previdenciárias há pouco implementadas. Marcelo traz no bojo de sua trajetória de vida um grande engajamento político, chegou até a se filiar a partidos políticos, também ocupou cargos de confiança em diversas administrações públicas. Seu desalento diante da aposentadoria tem esse caráter político bastante definido.

Falando em apoio familiar, a família é tida como um pilar de sustentação para aqueles que envelhecem, e é essa realidade a terceira estratégia de sobrevivência que conseguimos captar dos relatos de nossos entrevistados.

- Cuidado e família

Antes de mais nada, é preciso explicitar a interligação entre cuidado e família no cenário do regime de bem-estar brasileiro e no imaginário social. Apesar de o cuidado ser dever do Estado, da sociedade e da família, segundo a Constituição Federal de 1988, a função moral e a importância dada aos vínculos afetivos

condicionam a responsabilidade do cuidar principalmente à família. Desobriga-se, assim, o Estado de cumprir o seu papel no imbróglcio de sistemas de proteção social, o que sobrecarrega ainda mais as famílias, que, por vezes, são o único recurso ao idoso diante da ausência de políticas públicas de apoio à velhice (Menezes, 2020).

A família é tida como provedora do bem-estar e do cuidado como uma rede que se movimenta intergeracionalmente. Os pais primeiramente cuidam dos filhos na infância, para que os filhos cuidem dos pais na velhice. E essa é a lógica que pauta os discursos de alguns de nossos entrevistados:

Eu acho vou depender dos meus filhos, eu tenho medo deles me jogarem num asilo, e eu não consigo aceitar isso bem. (Antônia, 47 anos)

Quem sabe minhas filhas tiem condições de cuidar de mim, tão estudando para profissão boa, ou me coloquem numa casa de repouso. (Laura, 49 anos).

Eu não quero ficar na dependência dos meus filhos, que são todos homens, eu não tive filha mulher, mas eu acho que vai ter que ser assim. Eu só peço para não cair numa cama, mas também falo pra eles que podem me pôr num asilo. (Cecilia, 42 anos)

Existem aqui alguns pontos a ser ressaltados: a subordinação à família que resvala para a tutela e o velho como incapaz de exercer qualquer autonomia. Antônia afirma que, apesar de não aceitar bem um possível asilamento, essa escolha não será dela e sim dos próprios filhos. Da mesma forma, Laura e Cecilia condicionam a possibilidade de irem para um asilo à vontade de seus rebentos, ainda que não demonstrem resistência a tal decisão. O caráter de tutela é explícito, demonstrando que a representação social é que, uma vez que envelhecemos, perdemos o direito de decidir os rumos de nossas vidas por nós mesmos.

Ademais, não podemos perder de vista que essa rede familiar pode não significar amparo e cuidado, tanto é que, segundo um levantamento realizado pelo Ministério da Mulher, da Família

e dos Direitos Humanos, o Disque 100⁶ recebeu no ano de 2018 37.454 notificações de violência contra idosos, nas quais 62,6% das vítimas eram mulheres; os agressores, em sua maioria, eram parentes próximos, como filhos e netos que dividiam domicílio com o longo. Outro aspecto que devemos apontar é que, segundo pesquisa realizada pela FGV Social, divulgada em abril de 2020, 19,2% dos domicílios eram sustentados por pessoas maiores de 65 anos de idade, e esse número tem crescido ano a ano. Muitas vezes, com a crise e o desemprego, são os idosos que se tornam, com suas aposentadorias, os arrimos da família, o que, de um lado, mostra quão arriscada é a estratégia de depositar nos filhos as esperanças dos cuidados, mas, de outro, também desvela a situação complexa desse idoso que mantém a família ao mesmo tempo que depende dela para suas atividades diárias.

Para além dessas constatações, outro tema que nos chama a atenção é a sentença do cuidado destinado ao feminino. Laura implicitamente especifica que, na velhice, o zelo a sua pessoa será exercido pelas filhas, algo que é motivo de lamento por parte de Cecilia, que só teve filhos homens. Vemos, portanto, que a responsabilidade pelo cuidado está depositada primeiramente na família, e se o familiar cuidador for do sexo feminino, melhor.

A condição feminina do encargo de cuidar é herança da divisão sexual do trabalho, que tradicionalmente dispunha a mulher aos afazeres domésticos e ao cuidado dos mais velhos, das crianças, dos deficientes e doentes (Hirata; Guimarães, 2012). É interessante notar que o tema cuidado familiar intergeracional a ser exercido, especialmente pelo feminino, foi fortemente trazido pelas próprias mulheres participantes deste estudo, talvez por elas mesmas serem vítimas dessa condição patriarcal. A história de vida de Cecilia é exemplo: ela foi cuidadora do pai velho e doente e espera, em contrapartida, o mesmo dos filhos, mas se alerta ao constatar que não teve nenhuma filha mulher.

6 Também conhecido como Disque Denúncia, é um serviço que funciona 24 horas todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Segundo o site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, “O serviço pode ser considerado como ‘pronto socorro’ dos direitos humanos pois atende também graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes, possibilitando o flagrante.”- Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/disque-100-1>>.

Se nos discursos das mulheres o atrelamento entre cuidado e o feminino foi notado, nos enunciados masculinos não foi diferente, com uma distinção significativa. Se, para as mulheres, as filhas são as herdeiras do cuidado, para os homens a companheira exerceria tal função:

Eu quero estar casado, né, ter alguém pra cuidar de mim.
(Edson, 41 anos)

Eu quero estar nos EUA, casado, né, alguém ali cuidando de mim, a gente cuidando um do outro na verdade. (Júlio, 47 anos)

Na interlocução dos dois entrevistados o casamento é a alternativa mais clara para conseguir ser cuidado na velhice, isto é, constituindo uma família. E, tratando-se de dois homens heterossexuais, suas narrativas denotam implicitamente que o membro da família que exercerá a função de cuidador é a mulher. É relevante atentar que, no caso de Edson, nem em um relacionamento afetivo ele se encontra, mas já coloca como certeza o matrimônio. Já Júlio, que nunca quis constituir família durante a vida, vê que agora é o momento para tal, e pretende inclusive mudar-se para o país no qual sua namorada reside.

Em contrapartida a esses discursos que colocam a família na centralidade do cuidado na velhice, temos a fala de Pietra, que avista o asilo como uma opção viável para seu bem-estar na velhice:

Sei lá, tem uma amiga minha que falava, ela tinha 40 e poucos anos na época, ela falou assim para mim: Nossa, já comecei, eu vou pagar um lugar para mim ficar quando eu ficar velhinha. Ah, eu vou começar a pagar um asilo porque eu sou sozinha e logo, logo fica velhinha já vou pro asilo. Aí, esses dias tava pensando nisso, acho que vou pagar um asilo. (Pietra, 46 anos)

É interessante observar que a única entrevistada que colocou o asilo como uma opção é solteira e sem filhos. Claro que Pietra não desconsidera a constituição de uma família, como uma de suas falas, já mencionada, revela: *“Mas eu espero estar bem, quero*

estar bem, quero ter uma casa, quero ter, de repente, uma família, né?” (Pietra). No entanto, para a entrevistada, suas esperanças não estão todas depositadas em algo que não se sabe se irá concretizar, diferentemente dos casos masculinos supracitados.

Vê-se que Pietra, apesar de ter 46 anos, antecipa-se às possíveis dificuldades que enfrentará por não ter constituído família e direciona-se à decisão de asilar-se. Dentre os principais motivos para a institucionalização asilar estão: os aspectos econômicos (a dificuldade do próprio idoso e da família em amparar suas necessidades), psicológicos (inexistência de uma rede de afeto que sustente o cuidado), estruturais (ausência de cuidadores), presença de doenças que demandam cuidados específicos e decisão própria do sujeito (Sabbadini, 2019)

Em suma, nessa relação de cuidado e família podemos entender que a questão de gênero é fortemente marcada, e essa situação se acentua à medida que a representação social do velho como incapaz e que precisará de cuidados, como uma sentença dada, se mantém. Assim, sem o cuidado familiar, preferencialmente feminino, resta ao velho ou velha a institucionalização.

4. Conclusão

Neste escrito lançamo-nos a versar acerca da interseccionalidade entre gênero, envelhecimento e mercado de trabalho por meio da análise das trajetórias de vida e trabalho e de como estas impactam as projeções subjetivas para o pós-60 anos, de acordo com o gênero. Para isso, tivemos as seguintes perguntas norteadoras: Quais seriam as expectativas, anseios, alternativas e estratégias que rodeiam o imaginário subjetivo dos sujeitos acerca do envelhecer? Em que medida o gênero e as trajetórias desses sujeitos permitem compreender tais projeções e estratégias?

Essa proposta se torna ainda mais desafiadora, uma vez que temos como pano de fundo para esta trama o mercado de trabalho brasileiro, complexo em suas relações de empregabilidade. A informalidade e o desemprego, tão presentes no mercado de trabalho brasileiro, deixam evidentes as vulnerabilidades das relações de trabalho, com consequências para a própria condição de vida do trabalhador. Além disso, desde 2017, estão sendo colocadas em prática políticas que fragilizam ainda mais essa conjuntura: a

Reforma Trabalhista e a Nova Reforma da Previdência, as quais, com a pandemia de Covid-19, arrematam e expõem, ainda mais, a perecibilidade dessas relações laborais.

É preciso reconhecer de que forma o lugar que o sujeito ocupa no mundo se traduz (ou não) em oportunidades e vislumbre da velhice. Portanto, por mais que algumas histórias pessoais justifiquem certos aspectos expostos nas projeções pós-60 anos, não são somente elas capazes de nos guiar nas explicações ou interpretações desses fatos. As trajetórias pessoais refletem e se coadunam com o cenário social, cultural e laboral brasileiro. São essas histórias menores (individuais) que se entrelaçam e permitem acessar os efeitos das histórias maiores (social, cultural e laboral) na vida dos brasileiros.

Isso posto, os desdobramentos deste estudo evidenciam quatro elementos centrais que compõem a intersecção entre envelhecimento, gênero e mercado de trabalho, proposta inicial deste escrito: o gênero como marcador que perpassa todas as projeções e estratégias para o futuro, a posição dos sujeitos no mundo e sua influência nos vislumbres da velhice, a importância do trabalho e os diferentes significados deste na vetustez, e, por fim, a família como norteadora das relações no envelhecer.

O gênero se mostrou significativo nas percepções sobre o envelhecimento e nas estratégias e projeções para o futuro dos entrevistados. A começar pela diferença da negação da velhice apresentada no primeiro tópico de análise. Para as mulheres há o não se imaginar nesse estágio da vida, enquanto para os homens há o postergar – a velhice está no outro de um futuro distante improdutivo. Essas visões de velhice distintas têm íntima relação com as representações de gênero sedimentadas pela sociedade patriarcal, na qual as mulheres são ensinadas desde a infância a negar a velhice e os homens veem no envelhecer um obstáculo a sua performance masculina.

Como foi visto, mesmo em negação, pudemos desvendar projeções e estratégias para a velhice. Mas não para todos os entrevistados. Cecilia e Edson deixam evidente como a posição no mundo no presente impacta as possibilidades de projeção do futuro. Há para esses dois sujeitos um certo desalento e desesperança em relação ao porvir. Esta negatividade advém das condições de trabalho e de vida que esses sujeitos experienciaram e experienciam até o

momento presente. A crise sanitária que estamos atravessando também colabora para esse sentimento de desalento e desesperança, pois o que já era dificultoso se agravou e a imprevisibilidade que dominava o futuro é latente também no presente. Em contrapartida, sujeitos como Pietra e Júlio fazem parte daqueles que tiveram melhores condições de prospectar certa concretude para os planos na velhice. O fato de serem solteiros, sem filhos e terem vínculos de trabalho em sua maioria formais lhes garante a possibilidade de vislumbres de futuro mais tangíveis. E, sim, a crise sanitária os atinge, mas não com a mesma intensidade reservada aos mais vulneráveis.

Como se vê, o social impacta o individual. A desigualdade social delimita a vivência das pessoas e é nesse contexto que se faz necessária a inserção de políticas sociais que garantam maior dignidade a esses sujeitos mais vulneráveis. A lógica de direitos sociais docilizados pelas relações de trabalho é uma das forças mantenedoras desses processos vulnerabilizantes e precarizadores. Subverter essa logicidade seria um importante passo não apenas no sentido da equidade de direitos, mas, principalmente, como motor de mudanças sociais efetivas.

Quando existem projeções e estratégias para o futuro, elas possuem relação evidente com o gênero dos entrevistados. As mulheres relataram a busca pela independência de seus desejos no futuro, não mais atrelados ao que se espera delas, mas sim condicionado ao que faz sentido para elas e lhes é caro. Os homens, ao contrário, prospectaram um futuro dependente de uma figura feminina. Nesse caso, entra em cena a busca pelo cuidado por parte dos homens na velhice, depositada na figura feminina. Também na categoria de estratégias de sobrevivência na velhice, o gênero é pertinente no sentido que homens e mulheres dão a permanecer no mercado de trabalho. Para elas, a permanência significa valorização social e realização pessoal, enquanto para eles representa uma não morte social, mantendo o status de produtor/provedor.

Esses dois aspectos importantes, ressaltados por esta pesquisa, demonstram que tanto o cuidado depositado na mulher quanto a permanência no mercado de trabalho são marcas desta sociedade patriarcal. Entende-se que essas duas marcas apontadas são deletérias tanto para homens quanto para mulheres, o que evidencia que este sistema social e cultural vigente não deixa resquícios

maléficos somente para o feminino, embora as mulheres sintam seus efeitos com mais veemência. Para elas os deveres da servidão, especialmente ao masculino, são postos em primeiro plano. Não é à toa que a busca pela independência é uma dimensão apresentada pelas nossas entrevistadas. Enquanto os homens, que experienciaram a liberdade por toda a vida, se veem presos na manutenção de um status social para se firmarem como homens, além de, como fica explícito nesta pesquisa, buscarem algum conforto na velhice na dependência do feminino, que novamente é colocado como pilar de cuidado e de servidão ao masculino.

No que concerne à importância da atividade laboral em si, esta se mostra considerável durante todo o percurso de vida e com sentidos diversos na velhice. Claro que a sobrevivência está engajada com o trabalho para todos, no entanto, trabalhar também significa reconhecimento e manutenção de visibilidade social, atributos esses que, na percepção dos entrevistados, seriam perdidos com a invisibilidade que o envelhecer acarreta. Existe um reforço social e cultural acerca das representações do que é ser velho que perpassa a doença, a incapacidade, a dependência e a improdutividade. Embora a literatura acadêmica trate a velhice como múltipla e atravessada por fatores subjetivos, sociais e culturais, ainda é forte a visão de uma só velhice, sendo essa bastante negativa.

Vemos uma resistência do mercado de trabalho brasileiro a absorver os sujeitos envelhecidos, que sofrem continuamente com a discriminação advinda da idade: o ageísmo predomina nas relações laborais e sociais. No entanto, se estamos vivendo cada vez mais, se há interesse na permanência no mercado de trabalho por parte dos sujeitos maduros, como expresso neste escrito, por que escamotear essa força de trabalho disposta a trabalhar? Faz-se urgente pensarmos acerca dessa população que envelhece e carece de estudos sobre seus impactos no mercado de trabalho com ou sem sua participação. Da mesma forma, é premente a implementação de políticas públicas ou iniciativas privadas que privilegiem o acolhimento e a manutenção dos mais velhos no mercado de trabalho.

A família é um tema que perpassa várias de nossas categorias, ainda que nas entrelinhas. Primeiramente a família se mostra como um limitador de vivências e experiências para as mulheres, ocupando um lugar de preocupação e não de satisfação. Isso se torna

muito evidente quando tratamos da velhice, na qual se deposita a responsabilidade pelo cuidado na família, como é socialmente indicado. No entanto, há o desassossego de que essa mesma família, sobretudo entre aquelas que não possuem mulheres na geração seguinte, não dê conta dessa demanda, recorrendo à institucionalização. Entra em cena a responsabilização da mulher pelo cuidado. Esse aspecto é evidente tanto nas falas femininas quanto nas masculinas, demonstrando que a herança do que é considerado trabalho feminino ainda é intensa, o que reforça a desigualdade de gênero premente em nossa sociedade.

Por fim, gostaríamos de apontar a dificuldade em trabalhar com a intersecção proposta. A ausência de trabalhos acadêmicos que relacionem gênero, mercado de trabalho e envelhecimento é incontestável. Apesar de essas três dimensões serem fortemente exploradas em separado, não há produção científica que relacione esses três elementos. Lembremos que esses temas deflagram desigualdades e questões urgentes da sociedade, qual a resistência em explorá-los de forma conjunta? O que nos tem feito não dar atenção a essa problemática? Esta é uma das contribuições que este escrito faz questão de evidenciar: precisamos de mais produção científica envolvendo tais temáticas, afinal estamos nos referindo a algo que nos diz respeito, ao futuro de todos nós.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. (2011). *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.

BRASIL (2004). Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso). Brasília.

_____ (2010). Secretaria de Direitos Humanos. *Anais da 2ª CNDPI - Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Idosos_II/relatorio_regimento_regulamento_deliberacoes_2_conferencia_direitos_pessoa_idosa.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020

- _____ (2017). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde*. Boletim Epidemiológico.
- BEAUVOIR, S. (2018). *A velhice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BIROLI, F. (2016). “Divisão Sexual do Trabalho e Democracia”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, n. 3, pp. 719-754.
- BUTLER, R. N. (1969). “Age-ism: another form of bigotry”. *The Gerontologist*, 9(4), 243-246.
- CAMARANO, A. A. (2001). O idoso brasileiro no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Ipea. Texto para Discussão n. 830, out.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. (2012). “Saída do mercado de trabalho: qual é a idade?”. *Mercado de trabalho*, Rio de Janeiro, v. 1, pp. 19-28.
- CASTAÑEDA, M. (2006). *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora.
- CORREA, M. R. (2009). *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- DELGADO, M. G.; DELGADO, G. N. (2017). *A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017*. São Paulo: LTr.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) (2019). *Boletim emprego em pauta: ocupados, mas insatisfeitos – uma análise do crescimento da subocupação*. N.12, abril/maio.
- _____ (2020). *Boletim emprego em pauta: Primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho*. N.15, julho.
- FGV (Fundação Getulio Vargas) (2020). *Onde Estão os Idosos? Conhecimento contra a Covid-19*. FGV SOCIAL. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/covidage>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- FELIX, J. S. (2007). “Economia da Longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional”.

- In: *Encontro da Associação Brasileira de Economia da Saúde. Anais*. São Paulo: PUC.
- _____ (2016). “O idoso e o mercado de trabalho”. In: ALCÂNTARA, O. A; CAMARANO, A. A; GIACOMIN, C. K. (Org.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, pp. 241-263.
- FRANÇA, L. H. DE F. P.; SIQUEIRA-BRITO, A. DA R.; VALENTINI, F.; VASQUES-MENEZES, I.; TORRES, C. V. (2017). “Ageismo no contexto organizacional: a percepção de trabalhadores brasileiros”. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 20(6), 762-772.
- GOLDANI, A. M. (2010). “ ‘Ageism’ in Brazil: what is it? who does it? what to do with it?”. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 27, n. 2, pp. 385-405.
- GOLDENBERG, M. (2008). *Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade*. Rio de Janeiro: Record.
- _____ (2016). *Velho é lindo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUIMARÃES, N. A. [2002]. “Por uma sociologia do desemprego”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 50, pp. 103-122.
- _____ (2011). “O que Muda Quando se Expande o Assalariamento (e em que o Debate da Sociologia Pode nos Ajudar a Compreendê-lo)?”. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 54, pp. 97-130,.
- HADDAD, E. G. D. M. (1986). *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez.
- HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.) (2012). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2013). *Projeção da População*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=downloads>>. Acesso em: 8 set. 2020.
- _____ (2018a). *Tábuas Completas de Mortalidade*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge>

- gov.br/visualizacao/periodicos/3097/tcmb_2018.pdf>. Acesso em: 8 set. 2020.
- _____ (2018b). *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf> Acesso em: 9 set. 2020
- _____ (2019). *Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais: Pnad Contínua - 2018*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.
- _____ (2020). *Rendimento de todas as fontes 2019: PNAD continua*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf>. Acesso: 11 set. 2020.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2019). *Decomposição e projeção da taxa de participação do Brasil utilizando o modelo idade-período-coorte, 1992 a 2030..* Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9923/1/bmt_66_NT_decomposicao_e_projecao.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.
- _____ (2020). *Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?* Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.
- LINS, I. L; ANDRADE, L.V. R. (2018). “A feminização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas”. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 23, n. 3, pp. 436-465.
- LLORET, C. (1998). “As outras idades ou as idades do outro”. In: LARROSA, J.; LARA, M. P. *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, pp. 13-23.
- LOTH, G.; SILVEIRA, N. (2014). “Etarismo nas organizações: um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhecetes”. *Revista de Ciências da Administração*, 16(39), 65-82.

- MACHADO, C. PINHA NETO, V. (2016). *The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil*. São Paulo: Getulio Vargas Foundation (EPGE-FGV).
- MARCONI, N. (2019). “O mercado de trabalho ajudará a economia brasileira a se recuperar?”. *Revista Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- MENEZES, V. M. O. Mercado de trabalho e convivência intergeracional: contribuições sobre a inatividade e o desemprego de longa duração. Neste volume.
- MENEZES-FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. (2014). “Tendências Recentes do Mercado de Trabalho Brasileiro”. Insper – Centro de Políticas Públicas (CPP), Policy Paper, 10.
- MESTRE DE SOUZA, D.; TROVÃO, C.; SILVA, M.; SANTOS, J. (2020). “Informalidade no mercado de trabalho: abordagens conceituais e evolução histórica”. *Pesquisa & Debate*, v 32, n. 1.
- MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR, C. E. A. (2002). “Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento”. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR, C. E.A. (Orgs.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- MORAES, A. (2011). “O corpo no tempo: velhos e envelhecimento”. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, pp. 427-452.
- NERI, A. (2007). “Feminização da velhice”. In: NERI, A. L. et al. (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 47-64.
- NERI, M. C. (2011). *Os prêmios da educação profissional*. Rio de Janeiro: FGV Social.
- NICODEMO, D.; GODOI, M. P. (2010). “Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas”. *Revista Ciência em Extensão*, v. 6, n. 1.
- NORONHA, E. G. (2003). “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out., vol.18, no. 53, p.111-129.

- OLINTO, M. T. A. (1998). “Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia: um exemplo nos modelos hierarquizados de análise”. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo, v. 1, n. 2, ago, pp. 161-169.
- PACHECO, J. L. (2004). “Trabalho e aposentadoria”. In: PY, L. et.al. (org.). *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: Nau, pp. 201-223.
- REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA (2020). Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. *Boletim 24*. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/09/boletimpps_24_18julho.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- RODRIGUES, M.; AYABE, N. H.; LUNARDELLI, M. C. F.; CANEO, L. C. (2005). “A preparação para a aposentadoria: O papel do psicólogo frente a essa questão”. *Rev. bras. orientaç. prof.*, 6(1), 53-62.
- SABBADINI, A. (2019). *Mortes na vida e vidas na morte: análise de vivências de perdas e lutos em idosos residentes em asilo*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis. 129 f.
- SALGADO, C. D. S. (2002). “Mulher idosa: a feminização da velhice”. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, v. 4, pp. 7-19.
- SANTOS, W. G. dos (1979). *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- SOUSA, L. P. D.; GUEDES, D. R. (2016). “A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década”. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 30, n. 87, pp. 123-139.
- SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES (2019). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos, *Texto para Discussão*, n. 2499. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- STYPINSKA, J.; NIKANDER, P. (2018). *Ageism and Age Discrimination in the Labour Market: A Macrostructural Perspective*. In: AYALON L, TESCH-RÖMER C (EDS) *Contemporary perspectives on ageism* (pp. 91-108). Springer, Cham.

- TANG, F.; LEE, Y. (2011). *Social Support Networks and Expectations for Aging in Place and Moving*. Tennessee: Sage Pub./ East Tennessee State University, pp. 444-464.
- ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Texto para Discussão* n. 1070, IPEA, 2005.

longevidade

4

A expectativa de vida no mercado de trabalho dos idosos brasileiros

Renato Souza Cintra

As informações e análises contidas no presente artigo são de responsabilidade do próprio autor e não refletem posições e opiniões institucionais ou de membros do Cebrap ou do Itaú Unibanco

1. Introdução

Com o rápido envelhecimento populacional brasileiro, a proporção de idosos no Brasil passou de 8,2% no ano 2000 para projetados 13,8% em 2020 (IBGE, 2013). Em números absolutos, isso significa a entrada de 15 milhões de pessoas nesse segmento populacional, que saltou de 14 milhões para 29 milhões no período. Vale destacar que o envelhecimento populacional pode ser definido como a “mudança na estrutura etária da população, o que produz um aumento relativo das pessoas acima de determinada idade” (Carvalho e Garcia, 2003, p. 726). No caso do Brasil, segundo a Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994) e o Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), são consideradas idosas pessoas com 60 anos ou mais.

Ademais, com a melhora nas condições de vida e os avanços na medicina, houve queda da mortalidade nas idades mais avançadas, e um número cada vez maior de pessoas idosas passou a sobreviver, em média, mais tempo, evidenciando aumento da longevidade. A expectativa de vida no Brasil passou de 42 anos em 1940 para 75 anos em 2015. Somente no período analisado (2004 a 2015), a expectativa de vida aos 60 anos teve um acréscimo de 2 anos, tanto entre homens como entre mulheres (IBGE, 2013a). Desse modo, com as acentuadas alterações demográficas ocorridas nas últimas décadas, importantes transformações nos mais diversos setores sociais têm sido verificadas, dentre elas transformações no mercado de trabalho.

Muitos autores, como Camarano (2001), Liberato (2003), Furtado (2005), Queiroz (2009), entre outros, têm discutido a questão da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro. Camarano (2001) apontou que, mesmo com enorme esforço para comparar temporalmente a participação do idoso, em decorrência das variações do conceito de trabalho e na distribuição etária do segmento idoso entre as várias PNADs¹, houve queda nas taxas de atividade² entre os anos de 1977 e 1998, quando considerada

1 Para reduzir o impacto das mudanças, a autora retirou da PEA as pessoas que declararam ter trabalho para autoconsumo, autoprodução e com menos de 15 horas semanais.

2 Segundo o IBGE, a taxa de atividade é o percentual das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade. No caso dessa pesquisa,

a população idosa como um todo. Segundo a autora, a queda é mais evidente para os idosos do sexo masculino, cuja participação passa de 50% em 1977 para aproximadamente 42% no ano de 1998; entre as mulheres a taxa se manteve, com algumas variações, em torno de 10%.

No entanto, mesmo com viés de baixa, essas taxas de atividade entre os idosos são consideradas altas para os padrões internacionais. Furtado (2005), por exemplo, destaca as altas taxas de participação dos idosos do sexo masculino no mercado de trabalho brasileiro em 2003, em comparação com as de países-membros da OCDE³. Segundo o autor, dos 23 países pesquisados, as taxas de participação dos idosos brasileiros eram umas das mais altas, só sendo suplantada pelas da Islândia e do México.

Para Camarano (2001), o alto patamar das taxas de atividade entre os idosos brasileiros pode estar associado à ampla inserção do idoso aposentado no mercado de trabalho, uma particularidade do mercado brasileiro. Isso porque, ainda segundo a autora, mesmo com a elevação na proporção de idosos com aposentadoria, que passou de 51,2% em 1978 para 77,6% em 1998, entre os homens, e de 31,3% para 53,1% entre as mulheres, não ocorreram grandes alterações nas taxas de atividade entre a população idosa. Ou seja, “as taxas de atividade da população idosa brasileira parecem muito pouco sensíveis à aposentadoria, ao contrário do que ocorre em quase todo o mundo” (Camarano, 2001, p. 3).

Na mesma linha, Liberato (2003) indica que as elevações nas taxas de atividade entre os aposentados, nos anos 90, são sincrônicas com o rebaixamento do teto previdenciário⁴ ocorrido em 1989, sendo possivelmente uma forma de compensação do poder aquisitivo desses idosos.

Outro ponto a destacar são as diferenças entre sexo e local de moradia que, têm sido apontadas como determinantes

pessoas com 60 anos ou mais.

3 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

4 Segundo Machado (2004), a Lei n. 7789, reduziu o teto de 20 para 10 salários mínimos, já que fixou o maior salário de contribuição em NCz\$ 1.200,00 (art. 1). Como o Período Básico de Cálculo das aposentadorias era a média dos últimos 36 meses de salários de contribuição, aqueles que requereram aposentadoria a partir de 1/7/1989 não tiveram contemplada no Período Básico de Cálculo a contribuição feita com base nos 20 salários mínimos de referência.

significativos do mercado de trabalho. Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004), por exemplo, indicam que, apesar das dificuldades metodológicas em diferenciar as áreas consideradas urbanas ou rurais nas PNADs, há enormes disparidades de atividades laborais entre essas regiões de moradia. Damasceno (2008) também assinala a região de moradia e o sexo como os dois fatores mais relevantes nos determinantes da condição do idoso no mercado de trabalho.

Assim, para melhor compreensão da relação entre as transformações demográficas e o mercado de trabalho dos idosos brasileiros, este estudo quantifica o número de anos trabalhados por sexo e região de moradia (urbana ou rural), nos anos de 2004 e 2015. A intenção é compreender se há uma relação positiva entre os anos ganhos com a maior expectativa de vida e os anos trabalhados. Desse modo, este estudo responde, em primeiro lugar, à seguinte questão: o aumento na expectativa de vida entre a população idosa se materializou em aumento dos anos trabalhados?

Para responder à questão colocada, optou-se por utilizar como medida de participação no mercado de trabalho das pessoas com 60 anos ou mais a expectativa de vida no mercado de trabalho. Essa medida agrega informações econômicas e demográficas na ótica do ciclo de vida, ou seja, a expectativa de vida no mercado de trabalho é construída a partir das informações da expectativa de vida com as taxas de atividade do período para estimar a quantidade de anos trabalhados, ou melhor, a expectativa de vida no mercado de trabalho.

Além disso, ela apresenta duas grandes vantagens quando comparada às taxas de atividade comumente utilizadas por diversos pesquisadores. O primeiro benefício está na comparabilidade entre dois períodos, isso porque essa medida não sofre influências das diferentes estruturas etárias, o que, se ocorresse, dificultaria ou mesmo inviabilizaria a comparação entre períodos. O segundo benefício está em considerar em seu cálculo a mortalidade, relevante principalmente nesse segmento populacional, que tem elevado risco de morte (Correa, 2015).

Outrossim, este estudo procurou aferir, em anos, os dois determinantes apontados, por muitos autores, como os mais significativos no mercado de trabalho do idoso: o sexo e a região de moradia (áreas rurais x áreas urbanas). Aqui também será utilizada a metodologia

da expectativa de vida no mercado de trabalho, separando os idosos por sexo e por local de residência. Dessa forma, será possível dimensionar em números e depois discutir as desigualdades existentes nos dois determinantes. Por fim, para se ter um melhor cenário do mercado de trabalho do idoso, a pesquisa vai apontar, por meio das PNADs de 2004 e 2015, quais foram as principais atividades laborais dos idosos e sua forma de inserção no mercado de trabalho nos dois períodos analisados.

Com isso, este estudo buscou complementar e contribuir para a literatura nacional que discorre sobre o mercado de trabalho do idoso no Brasil. As questões aqui discutidas são relevantes em um país que envelhece de forma tão intensa como o nosso, e que necessita de ampla produção de conhecimento, nas mais variadas áreas, para boa formulação e implementação de políticas públicas voltadas à melhor qualidade de vida do idoso.

O artigo está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta introdução; a segunda seção descreve os materiais e métodos utilizados neste estudo; na terceira são apresentados os resultados, primeiro em nível nacional e posteriormente pelas macrorregiões do país. As discussões são feitas na quarta seção.

2. Material e métodos

Para melhor compreender a relação entre a população idosa e o mercado de trabalho, este artigo estimou a expectativa de vida no mercado de trabalho dos idosos por sexo e região de moradia no Brasil nos anos de 2004 e 2015.

A expectativa de vida no mercado de trabalho é uma medida que quantifica o número de anos que uma pessoa espera viver de modo ativo no mercado de trabalho, a partir de determinada idade. Para os objetivos deste artigo, o corte foi feito a partir dos 60 anos de idade.

O Método Sullivan (1971) foi utilizado neste estudo para calcular a expectativa de vida no mercado de trabalho. A princípio esse método foi desenvolvido para estimar a quantidade de anos que uma pessoa pode esperar viver com saúde e em estado não saudável, ou seja, para estimar a expectativa de saúde (Jagger, Cox e Le Roy, 2006). A despeito desse fato, o método pode ser usado para descrever qualquer outro evento em que uma pessoa transite de um estado para outro (Correa, 2015).

As PNADs de 2004 e 2015 foram selecionadas por dois motivos: o primeiro argumento é que a PNAD de 2004 é a primeira a incorporar todo o território nacional, inclusive as áreas rurais do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A segunda razão está associada ao fato de a PNAD de 2015 ser a última no formato anual; as posteriores são as chamadas PNADs contínuas, com métodos diferentes na coleta e de divulgação dos dados.

Para cálculo das expectativas de vida no mercado de trabalho pelo Método Sullivan (1971) são essenciais as taxas de atividade e as informações de mortalidade, ambas em idade quinquenal, devido à necessidade de calcular a expectativa de vida por faixa etária. A primeira informação é proveniente da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD⁵ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a segunda, das tábuas de vida/mortalidade, também produzidas pelo IBGE.

As taxas de atividade foram estimadas a partir da população economicamente ativa, dividida pela população total, em cada grupo etário. Considera-se população economicamente ativa o total de pessoas que na semana de referência da PNAD estavam ocupadas ou desocupadas, ou seja, ou que tinham algum trabalho ou que não estavam trabalhando, mas procuraram trabalho na semana de referência⁶ da PNAD (IBGE, 2015c).

As tábuas de vida/mortalidade empregadas têm sido utilizadas para resumir e experiência de vida de uma coorte. Em decorrência da dificuldade em acompanhar uma coorte até a morte de todas as pessoas, aplica-se o método de coorte fictícia, que consiste na utilização de informações de período para estabelecer uma tábua

5 A PNAD é uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios de corte transversal, de abrangência nacional, realizada anualmente com o objetivo de produzir informações socioeconômicas e demográficas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimentos e habitação. A PNAD teve início em 1967, e, mesmo sendo considerada uma pesquisa nacional, somente a partir do ano de 2004, com a inclusão das áreas rurais das Unidades da Federação de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, passa a investigar a totalidade do território nacional (IBGE, 2015). A pesquisa foi realizada com todas as pessoas com idade de 60 anos ou mais, economicamente ativas, de ambos os sexos. A amostra total considerada para 2004 foi de 17.662.715 pessoas e em 2015, de 29.373.970.

6 Segundo Síntese de Indicadores da PNAD de 2004 e 2015, a semana de referência em 2004 compreendia os dias 19 a 25 de setembro. Em 2015 a semana de referência abrangia do dia 20 a ao dia 26 de setembro.

de vida que descreva uma coorte hipotética. Assim, pressupõe-se que, se a mortalidade por idade for a mesma durante a vida, a nova coorte terá o mesmo padrão de mortalidade apresentado na tábua (Nazareth, 2004).

Dessa forma, como o Método Sullivan requer, foram empregadas as taxas de atividade para cálculo das expectativas de vida no mercado de trabalho dos idosos, a partir das tábuas de vida/mortalidade.

Assim, para o presente estudo, os anos de vida ativo da população idosa foram calculados da seguinte forma:

Primeiro calculou-se a tábua de vida/mortalidade (expectativa de vida), neste caso em idade quinquenal. Assim é possível determinar a quantidade de anos restantes estimados, a partir dos 60 anos, para homens, mulheres e residentes em domicílios urbanos e rurais do país.

A partir da tábua de vida/mortalidade, o cálculo seguinte a ser feito é determinar o número de pessoas-ano vividos de forma ativa no mercado de trabalho. Para isso, multiplica-se a taxa de atividade (α_x) pelo número de pessoas-ano (L_x , representada assim pela fórmula (Jagger, Cox e Le Roy, 2006):

$$\text{atividade } L_x = \alpha_x * L_x \quad (1).$$

O terceiro passo é calcular o total de anos vividos de forma ativa no mercado de trabalho (L_x), assim representado:

$$\text{atividade } T_x = \sum_x^{\text{85}} \text{atividade } L_x \quad (2).$$

A quarta e última operação consiste na divisão do total do número de anos vividos em atividade no mercado de trabalho (T_x) pelo número de sobreviventes em idade x (L_x). A fórmula pode ser assim demonstrada:

$$\text{atividade } e_x = \frac{\text{atividade } T_x}{L_x} \quad (3),$$

onde:

α_x = taxa de atividade

atividade L_x = taxa de atividade da população idosa, no grupo etário x a $x + n$;

atividade T_x = pessoas — anos vividos no mercado de trabalho de x a $x + n$, que corresponde ao total de anos vividos pela coorte no intervalo;

l_x = probabilidade de sobreviver até a idade x ;

trabalho $_{ex}$ = expectativa de vida ativa no mercado de trabalho.

Com os resultados alcançados pela aferição da expectativa de vida no mercado de trabalho são possíveis duas distintas e importantes interpretações. A primeira consiste no número de anos economicamente ativos das pessoas com 60 anos ou mais, e a segunda são as proporções dos anos vividos nessas condições. A variação dos anos ou da proporção na expectativa de vida no mercado de trabalho, ao longo do tempo, indica se os idosos brasileiros têm passado mais tempo de forma ativa ou inativa no mercado de trabalho. Ressalta-se, no entanto, que, diferentemente da expectativa de saúde, que é uma medida mais direta sobre qualidade de vida dos indivíduos, por informar tanto a quantidade como a proporção de anos vividos com boa saúde, em se tratando da expectativa no mercado de trabalho de pessoas com 60 anos ou mais, as interpretações podem não ser tão diretas ou imediatas.

Embora a aferição dos anos trabalhados por sexo e região de moradia seja ponto de partida para a compreensão da inserção no mercado de trabalho do idoso, a variação negativa ou positiva dos anos trabalhados, entre os períodos analisados, não indica de maneira instantânea se são aspectos benéficos ou negativos ao idoso. Para avançar um pouco mais na compreensão da forma como o idoso se insere no mercado de trabalho brasileiro é necessário, entre outras coisas, analisar as características das atividades e do regime laboral dos idosos brasileiros, elementos que também serão apresentados ao longo do texto.

3. Resultados

Os resultados mostram queda generalizada na expectativa de vida no mercado de trabalho entre os idosos brasileiros. Entre os anos de 2004 e 2015 os anos ativos no mercado de trabalho diminuíram

de 5,3 para 4,8, respectivamente. Isso significa que, entre os idosos brasileiros, o aumento na expectativa de vida não vem acompanhado da permanência no mercado de trabalho. Esses resultados são contrários aos encontrados por Correa (2015), que estimou crescimento da expectativa de vida no mercado de trabalho da população idosa de 4,3 no ano de 2000 para 5,6 anos em 2010. Embora as comparações sejam de períodos distintos, indicam tendências contrárias⁷.

Em nossos estudos as quedas em anos trabalhados se mostram mais acentuadas nas áreas rurais do país, com diminuta diferença entre homens e as mulheres idosos. Ainda assim, os idosos do meio rural têm maior número de anos trabalhados, sendo o dobro entre os homens e o triplo entre as mulheres na comparação com aqueles que vivem nos centros urbanos. Esses resultados são análogos aos encontrados por Furtado (2005) e Costa e Teixeira (2019), que, mesmo utilizando a taxa de atividade como forma de aferição, diferente do método utilizado neste estudo, apontam para a mesma direção.

Na comparação entre os idosos do sexo masculino e do sexo feminino, os resultados exibem que as maiores expectativas de vida no mercado de trabalho são dos idosos do sexo masculino. Uma das possíveis hipóteses para a menor participação das idosas do sexo feminino é a forma de inserção da mulher no mercado de trabalho. Segundo Costa e Teixeira (2019), as diferenças na participação feminina no mercado de trabalho podem estar associadas à forma como as mulheres foram sociabilizadas. Para as autoras, as mulheres, hoje idosas, eram preparadas para desempenhar bem seu papel de esposa, de mãe e do cuidado com o lar. O mesmo argumento é utilizado por Ribeiro et al. (2018), que credita a diferença ao papel de cuidado da prole e doméstico, sempre outorgado às mulheres. Felix (2016) ainda traz um argumento econômico que atribui a menor participação feminina ao acúmulo de pensão e aposentadoria. Em outras palavras, a divisão sexual do trabalho e suas consequências, possivelmente, prejudicam as chances das idosas do sexo feminino de se manter por mais tempo no mercado de trabalho.

7 . A despeito da tendência contrária, foi realizado para o ano de 2010 o mesmo exercício proposto pelo autor, e os resultados, nesse caso, apresentaram a mesma tendência, sugerindo alguma diferença no processo de cálculo entre os estudos.

Outro ponto que merece destaque são os declínios dos anos trabalhados no avançar das faixas etárias. Esses resultados são comuns aos dois sexos e às duas áreas de moradia, sendo proporcionalmente um pouco mais acentuados entre as mulheres no meio urbano. Os resultados são consoantes com a literatura internacional em relação ao decréscimo da participação do idoso no mercado de trabalho com o adiantar da idade. A hipótese para explicar essa queda, tanto entre homens como entre as mulheres, independente da região de moradia, pode estar relacionada à saúde. Pérez, Wajnman e Oliveira (2006) a apontam como um determinante importante para se manter ativo no mercado de trabalho. Já Moreira e Queiroz (2016) indica a perda da potência física como causa da queda na capacidade laboral com o avançar dos anos.

Quanto aos ramos de atividade que mais empregam idosos, chama atenção em nossos achados a alta incidência em atividades agrícolas nos dois anos analisados, no entanto em 2004 o destaque é ainda maior, uma vez que essas são as atividades com maior participação nas duas áreas de moradia. Entretanto, é preciso mencionar que as atividades agrícolas perdem peso na alocação da mão de obra como um todo no período analisado. Ainda assim, diferentemente do observado para a população mais jovem, está ainda entre os tipos de atividade mais desenvolvidas por idosos. Ponto importante de atenção, por revelar que outros setores de atividade não retêm a mão de obra de maior idade e considerando a queda no peso do setor de agricultura na inserção dos idosos e não idosos no mercado de trabalho, isso pode se tornar um problema ainda mais grave à medida que a população envelhece e é composta majoritariamente de pessoas que estavam inseridas em outros setores econômicos.

Além disso, outra característica marcante do trabalho dos idosos é a sua condição de precariedade, com proporção muito superior quando comparada aos mais jovens. Segundo Oliveira (2019, p. 5), “a precarização do trabalho é necessária à lucratividade do capital, pois é uma das formas intensificadas de extrair mais-valia e/ou lucro dos trabalhadores”.

3.1. Maiores reduções na expectativa de vida no mercado de trabalho entre os idosos do sexo masculino

Os resultados e os pontos abordados são exibidos, a seguir, de forma mais minuciosa com a apresentação de tabelas e gráficos.

A Tabela 1 apresenta os resultados das expectativas de vida no mercado de trabalho entre idosos do sexo masculino e do sexo feminino em meio urbano para os anos de 2004 e 2015. Nela é possível observar que ocorreu uma leve variação negativa entre os idosos do sexo masculino, em todas as faixas etárias, entre os anos de 2004 e 2015. Entre as mulheres a expectativa de vida no mercado é de estabilidade, já que os resultados apontam uma queda não superior a 0,1, a partir da segunda faixa etária.

Contudo, a despeito de as reduções em anos não serem de grande monta, com a elevação da expectativa de vida entre os anos de 2004 e 2015, de um lado, e, de outro, a queda na expectativa de vida no mercado de trabalho, as reduções nas proporções de anos trabalhados ficam mais evidentes. Entre os homens houve uma variação negativa percentual de 4,3 na primeira e 5,1 na segunda faixa etária. Já entre as mulheres, mesmo com uma diminuta elevação de 0,2 ano na primeira faixa etária, com a alta na expectativa de vida há queda na proporção de anos trabalhados.

Outro ponto a destacar são as comparações entre homens e mulheres. Quando comparamos as expectativas de vida no mercado de trabalho entre ambos, apesar de as diferenças se manterem grandes, há uma pequena redução no número de anos aferidos entre 2004 e 2015. Na primeira faixa etária, no ano de 2004, a diferença entre os sexos é de 3,6 anos, e em 2015 de 3,2. Portanto, uma redução de 0,4 no período. Nas demais faixas etárias, há também uma leve mitigação, com variação de 0,3 para 0,1 (Tabela 1).

Tabela 1 - Expectativa de vida restante na idade x+, expectativa de vida no mercado de trabalho e percentual de expectativa de vida no mercado de trabalho no meio urbano - Brasil, 2004 e 2015

Homens									
Idade	Exp. da Vida			Exp. de vida no mercado de trabalho			% da Exp. de vida no mercado de trabalho		
	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.
60 a 64 anos	18,2	20,2	2,0	6,2	6,0	-0,2	34,1	29,8	-4,3
65 a 69 anos	14,9	16,7	1,8	3,8	3,4	-0,4	25,5	20,4	-5,1
70 a 74 anos	12,0	13,5	1,5	2,2	1,9	-0,3	18,3	14,1	-4,3
75 a 79 anos	9,4	10,7	1,3	1,3	1,1	-0,2	13,8	10,3	-3,5
80 a 84 anos	7,3	8,4	1,1	0,7	0,5	-0,2	9,6	5,9	-3,7
85 ou mais	5,6	6,6	1,0	0,3	0,2	-0,1	5,4	3,1	-2,3

Mulheres									
Idade	Exp. da Vida			Exp. de vida no mercado de trabalho			% da Exp. de vida no mercado de trabalho		
	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.
60 a 64 anos	21,7	23,8	2,1	2,6	2,8	0,2	12,0	11,8	-0,2
65 a 69 anos	17,9	19,8	1,9	1,5	1,4	-0,1	8,4	7,1	-1,3
70 a 74 anos	14,5	16,1	1,7	0,8	0,7	-0,1	5,5	4,3	-1,2
75 a 79 anos	11,4	12,9	1,5	0,4	0,3	-0,1	3,5	2,3	-1,2
80 a 84 anos	8,7	10,1	1,3	0,2	0,2	0,0	2,3	2,0	-0,3
85 ou mais	6,7	7,8	1,2	0,1	0,0	-0,1	1,5	0,0	-1,5

Fonte: PNAD, 2004 e 2015/Tábuas de Mortalidade, 2013.

Já nas figuras 1 e 2, é possível observar a clara diferença na expectativa de vida no mercado de trabalho entre homens e mulheres, já apontados na Tabela 1. Na primeira faixa etária, entre os idosos do sexo masculino, a expectativa de vida no mercado está em torno de 6,0 anos para os dois anos analisados, já entre as idosas do sexo feminino é de 2,6.

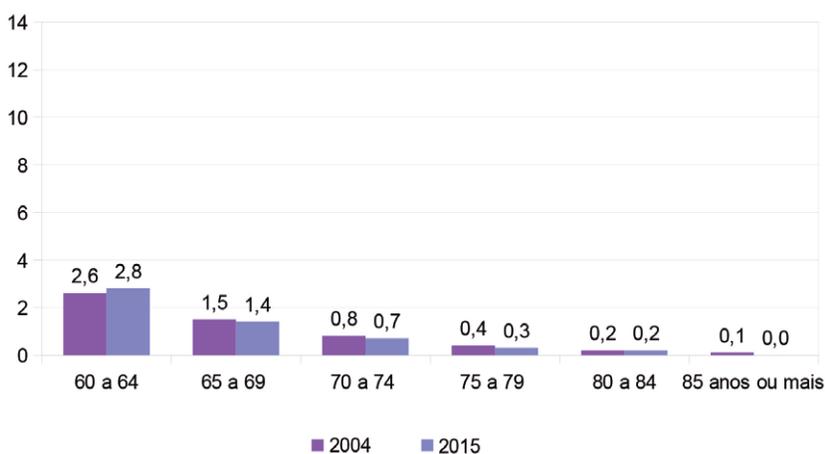
Também vale destacar os resultados quando observados do ponto de vista do ciclo de vida. É notória a redução nas expectativas de vida no mercado de trabalho no decurso das faixas etárias para os idosos e idosas.

Figura 1 - Expectativa de vida no mercado de trabalho dos idosos do sexo masculino no meio urbano (em anos) - Brasil, 2004 e 2015



Fonte: PNAD, 2004 e 2015/Tábuas de Mortalidade, 2013.

Figura 2 - Expectativa de vida no mercado de trabalho de idosas do sexo feminino no meio urbano (em anos) - Brasil, 2004 e 2015



Fonte: PNAD, 2004 e 2015/Tábuas de Mortalidade, 2013.

Contudo, apesar das haver redução para os dois sexos, a despeito de as mulheres de maneira geral terem menor expectativa de vida no mercado que os homens, as maiores quedas entre grupos etários, no ano de 2015, são percebidas entre as idosas do sexo feminino, com uma redução relativa entre a primeira e a segunda

faixa etária de 50%, enquanto entre os homens a redução entre essas mesmas faixas é em torno de 43%. Aparentemente, para as mulheres o teto de idade para manutenção de sua vida no mercado de trabalho chega mais cedo do que para os homens. Essa constatação merece destaque e reforça a importância da realização de novos estudos para compreensão desse fenômeno.

Esses achados são congruentes com os encontrados por Camarano (2001), Perez, Wajzman e Oliveira (2006), Moreira e Queiroz (2016), Ribeiro et al. (2018), que destacam o impacto da idade na incorporação no mercado de trabalho. A principal suposição para esse determinante está relacionada com as condições de saúde. Perez, Wajzman e Oliveira (2006) salientam que estar com saúde ruim é um impedimento para a permanência no mercado de trabalho. Na mesma direção, Ribeiro et al. (2018) argumenta que permanecer no mercado de trabalho está vinculado às condições de saúde física.

3.2. Queda expressiva na expectativa de vida no mercado de trabalho no meio rural

Com relação aos idosos que residem em áreas rurais, as expectativas no mercado de trabalho são bem superiores às do meio urbano, sendo o dobro entre os idosos do sexo masculino e pouco mais que três vezes entre as idosas. A redução no meio rural também foi muito mais elevada quando confrontada com a do meio urbano. Se nas áreas urbanas a redução relativa foi de 3% entre os homens, no meio rural foi de 20%. Entre as idosas do sexo feminino a contração nas áreas rurais foi de 28%, contra um leve aumento de 7% nas áreas urbanas na faixa etária de 60 a 64 anos (Tabelas 1 e 2).

Outro ponto a evidenciar é a menor diferença na expectativa de vida no mercado de trabalho entre os sexos. Enquanto entre os idosos do meio urbano os anos da expectativa de vida no mercado de trabalho eram 2,14 vezes maiores do que os das idosas na faixa etária de 60 a 64 anos (Tabela 1), no meio rural essa distância era de 1,6 (Tabela 2).

Tabela 2 - Expectativa de vida restante na idade x+, expectativa de vida no mercado de trabalho e percentual de expectativa de vida no mercado de trabalho no meio rural - Brasil, 2004 e 2015

Homens									
Idade	Exp. da Vida			Exp. de vida no mercado de trabalho			% da Exp. de vida no mercado de trabalho		
	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.
60 a 64 anos	21,7	23,8	2,1	12,2	9,8	-2,4	56,2	41,2	-15,0
65 a 69 anos	17,9	19,8	1,9	8,9	6,8	-2,1	49,6	34,3	-15,3
70 a 74 anos	14,5	16,1	1,7	6,4	4,5	-1,9	44,2	27,9	-16,3
75 a 79 anos	11,4	12,9	1,5	4,2	2,9	-1,3	36,9	22,5	-14,4
80 a 84 anos	8,7	10,1	1,3	2,4	1,5	-0,9	27,5	14,9	-12,6
85 ou mais	6,7	7,8	1,2	1,3	0,5	-0,8	19,4	6,4	-13,1

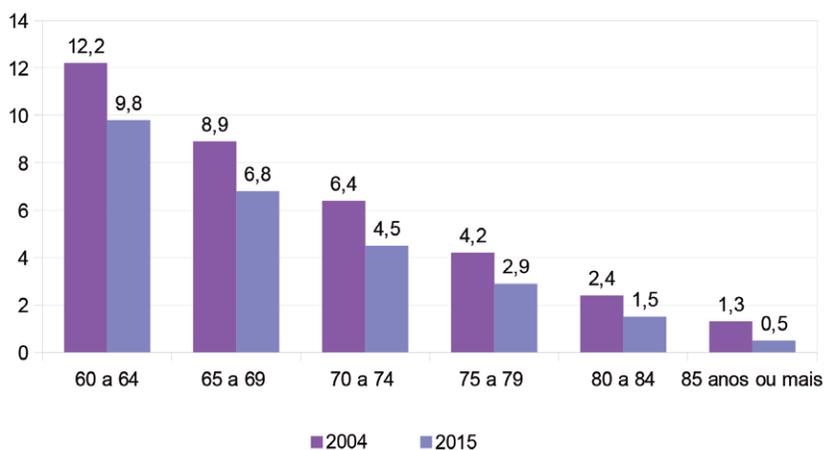
Mulheres									
Idade	Exp. da Vida			Exp. de vida no mercado de trabalho			% da Exp. de vida no mercado de trabalho		
	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.
60 a 64 anos	21,7	23,8	2,1	8,2	5,9	-2,3	37,8	24,8	-12,9
65 a 69 anos	17,9	19,8	1,9	5,8	4,1	-1,7	32,3	20,7	-11,6
70 a 74 anos	14,5	16,1	1,7	3,8	2,7	-1,1	26,3	16,7	-9,5
75 a 79 anos	11,4	12,9	1,5	2,2	1,5	-0,7	19,3	11,7	-7,7
80 a 84 anos	8,7	10,1	1,3	1,0	0,7	-0,3	11,5	7,0	-4,5
85 ou mais	6,7	7,8	1,2	0,3	0,2	-0,1	4,5	2,5	-1,9

Fonte: PNAD, 2004 e 2015/Tábuas de Mortalidade, 2013.

As vigorosas quedas na expectativa de vida no mercado de trabalho no meio rural, entre os anos de 2004 e 2015, para os dois sexos, ficam evidenciados nas figuras 3 e 4. Entre o sexo masculino a expectativa cai de 12,2, para a faixa etária de 60 a 64 anos, em 2004, para 9,8, em 2015. Da mesma forma, entre as idosas do sexo feminino a expectativa no mercado de trabalho se reduz de 8,2 anos para 5,9.

Uma questão coincidente quando são relacionados os idosos residentes no meio urbano (figuras 1 e 2) e no rural (figuras 3 e 4), nos anos de 2004 e 2015, são as maiores expectativas de vida no mercado de trabalho entre os idosos do sexo masculino. Todavia, enquanto no meio urbano há uma diminuta queda entre os anos na expectativa de vida no mercado de trabalho, entre os idosos do sexo masculino, e uma estabilidade entre as mulheres, no meio rural as diferenças entre os anos são muito marcantes.

Figura 3 - Expectativa de vida no mercado de trabalho de idosos do sexo masculino no meio rural (em anos) - Brasil, 2004 e 2015



Fonte: PNAD, 2004 e 2015/Tábuas de Mortalidade, 2013.

Figura 4 - Expectativa de vida no mercado de trabalho de idosas do sexo feminino no meio urbano (em anos) - Brasil, 2004 e 2015



Fonte: PNAD, 2004 e 2015/Tábuas de Mortalidade, 2013.

3.3. A área rural da região Norte do país tem as maiores reduções na expectativa de vida no mercado de trabalho

Analisando do ponto de vista regional, fica demonstrado que as quedas mais contundentes na expectativa de vida no mercado de trabalho ocorrem entre os idosos residentes no meio rural. As maiores reduções foram verificadas entre aqueles que vivem na região Norte do país, com uma redução próxima a 25 pontos percentuais tanto entre os homens como entre as mulheres (Tabela 3).

No meio urbano, as reduções são mais destacadas entre os idosos do sexo masculino, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Sul do país. Com relação às mulheres, as expectativas de vida no mercado de trabalho ficaram praticamente estáveis nas regiões Norte e Centro-Oeste. Nas regiões Sul e Nordeste aconteceram as maiores diminuições nos anos trabalhados (Tabela 4).

Destaca-se a região Sudeste, que é a única região do país, entre os idosos e as idosas do meio urbano, a não exprimir queda na expectativa de vida no mercado de trabalho, mas com um exíguo aumento nos anos trabalhados nas duas primeiras faixas etárias (Tabela 4).

Tabela 3 - Expectativa de vida e expectativa de vida no mercado de trabalho (em anos) dos idosos por sexo e região no meio rural - 2004 e 2015

Faixa Etária	Exéc. de vida		Expc. de vida no Merc. de Trab.		% Expec. de vida no Merc. de Trab.		Exéc. de vida		Expc. de vida no Merc. de Trab.		% Expec. de vida no Merc. de Trab.					
	2004	2015	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.	2004	2015	Var.		
Região Norte (Maculino)																
60 a 64 anos	17,4	18,9	12,2	8,4	-3,8	70,2	44,5	-25,7	19,9	21,9	9,2	5,0	-4,2	46,2	22,8	-23,4
65 a 69 anos	14,1	15,5	9,2	5,4	-3,8	65,1	34,8	-30,3	16,3	18,2	6,2	3,6	-2,6	38,0	19,8	-18,1
70 a 74 anos	11,2	12,4	6,4	3,0	-3,4	56,8	24,1	-32,7	13,0	14,7	4,2	2,1	-2,1	32,2	14,3	-18,0
75 a 79 anos	8,8	9,9	3,8	2,0	-1,8	43,6	20,2	-23,5	10,2	11,7	2,1	1,2	-0,9	20,4	10,3	-10,2
80 a 84 anos	6,7	7,8	1,2	1,0	-0,2	18,4	12,9	-5,5	7,7	9,1	0,7	0,6	-0,1	9,4	6,6	-2,8
85 anos ou mais	5,1	6,1	0,9	0,3	-0,6	17,5	4,9	-12,6	5,9	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Nordeste (Maculino)																
60 a 64 anos	17,6	19,1	11,9	9,1	-2,8	67,2	47,7	-19,4	20,9	22,7	7,8	5,0	-2,8	37,3	22,0	-15,3
65 a 69 anos	14,4	15,7	8,5	6,1	-2,4	59,2	38,8	-20,4	17,2	18,9	5,6	3,5	-2,1	32,3	18,6	-13,7
70 a 74 anos	11,6	12,7	6,1	4,0	-2,1	52,6	31,6	-21,1	13,8	15,3	3,6	2,2	-1,4	25,9	14,5	-11,5
75 a 79 anos	9,1	10,0	4,1	2,5	-1,6	45,5	25,0	-20,5	10,9	12,1	2,2	1,4	-0,8	19,9	11,6	-8,3
80 a 84 anos	6,9	7,7	2,4	1,3	-1,1	35,4	16,8	-18,6	8,3	9,3	0,9	0,6	-0,3	11,5	6,4	-5,1
85 anos ou mais	5,2	5,9	1,2	0,6	-0,6	24,0	10,1	-13,9	6,2	7,1	0,5	0,2	-0,3	7,9	2,8	-5,1

(continuação)

	Região Sudeste (Masculino)										Região Sudeste (Feminino)																					
	18,6	20,8	11,1	10,4	-0,7	59,9	50,0	-9,8	22,4	24,4	6,9	6,7	-0,2	30,7	27,5	-3,2	18,3	20,7	13,0	10,6	-2,4	71,1	51,2	-19,9	22,0	24,6	9,9	6,8	-3,1	45,3	27,7	-17,6
60 a 64 anos	18,6	20,8	11,1	10,4	-0,7	59,9	50,0	-9,8	22,4	24,4	6,9	6,7	-0,2	30,7	27,5	-3,2	18,3	20,7	13,0	10,6	-2,4	71,1	51,2	-19,9	22,0	24,6	9,9	6,8	-3,1	45,3	27,7	-17,6
65 a 69 anos	15,3	17,2	8,0	7,2	-0,8	52,3	41,8	-10,5	18,6	20,4	4,6	4,7	0,1	24,8	23,1	-1,7	15,0	17,1	9,8	7,5	-2,3	65,2	43,9	-21,3	18,1	20,5	7,4	4,5	-2,9	40,8	22,0	-18,8
70 a 74 anos	12,4	14,0	5,9	4,8	-1,1	48,0	34,2	-13,8	15,0	16,7	3,0	3,1	0,1	19,9	18,6	-1,3	12,1	13,9	7,0	5,2	-1,8	57,6	37,5	-20,1	14,6	16,8	4,9	2,7	-2,2	33,5	16,1	-17,4
75 a 79 anos	9,8	11,1	3,5	3,1	-0,4	35,4	27,9	-7,5	11,9	13,3	1,6	2,1	0,5	13,5	15,7	2,3	9,5	11,0	4,6	3,3	-1,3	47,9	29,9	-18,0	11,4	13,3	2,6	1,1	-1,5	22,9	8,2	-14,7
80 a 84 anos	7,6	8,0	1,7	1,6	-0,1	21,6	19,9	-1,7	9,2	10,5	0,8	0,9	0,1	8,2	8,6	0,4	7,4	8,7	2,8	1,6	-1,2	38,1	18,4	-19,7	8,7	10,5	1,3	0,5	-0,8	14,5	4,8	-9,7
85 anos ou mais	5,9	6,9	1,3	0,3	-1,0	22,3	4,3	-18,0	7,1	8,3	0,2	0,3	0,1	3,3	3,6	0,4	5,8	6,8	1,5	0,4	-1,1	26,5	5,8	-20,6	6,7	8,2	0,1	0,2	0,1	1,1	2,4	1,3
Região Sul (Masculino)																		Região Sul (Feminino)														
60 a 64 anos	18,3	20,7	13,0	10,6	-2,4	71,1	51,2	-19,9	22,0	24,6	9,9	6,8	-3,1	45,3	27,7	-17,6	18,3	20,7	13,0	10,6	-2,4	71,1	51,2	-19,9	22,0	24,6	9,9	6,8	-3,1	45,3	27,7	-17,6
65 a 69 anos	15,0	17,1	9,8	7,5	-2,3	65,2	43,9	-21,3	18,1	20,5	7,4	4,5	-2,9	40,8	22,0	-18,8	15,0	17,1	9,8	7,5	-2,3	65,2	43,9	-21,3	18,1	20,5	7,4	4,5	-2,9	40,8	22,0	-18,8
70 a 74 anos	12,1	13,9	7,0	5,2	-1,8	57,6	37,5	-20,1	14,6	16,8	4,9	2,7	-2,2	33,5	16,1	-17,4	12,1	13,9	7,0	5,2	-1,8	57,6	37,5	-20,1	14,6	16,8	4,9	2,7	-2,2	33,5	16,1	-17,4
75 a 79 anos	9,5	11,0	4,6	3,3	-1,3	47,9	29,9	-18,0	11,4	13,3	2,6	1,1	-1,5	22,9	8,2	-14,7	9,5	11,0	4,6	3,3	-1,3	47,9	29,9	-18,0	11,4	13,3	2,6	1,1	-1,5	22,9	8,2	-14,7
80 a 84 anos	7,4	8,7	2,8	1,6	-1,2	38,1	18,4	-19,7	8,7	10,5	1,3	0,5	-0,8	14,5	4,8	-9,7	7,4	8,7	2,8	1,6	-1,2	38,1	18,4	-19,7	8,7	10,5	1,3	0,5	-0,8	14,5	4,8	-9,7
85 anos ou mais	5,8	6,8	1,5	0,4	-1,1	26,5	5,8	-20,6	6,7	8,2	0,1	0,2	0,1	1,1	2,4	1,3	5,8	6,8	1,5	0,4	-1,1	26,5	5,8	-20,6	6,7	8,2	0,1	0,2	0,1	1,1	2,4	1,3
Região Centro oeste (Masculino)																		Região Centro oeste (Feminino)														
60 a 64 anos	18,7	20,0	13,3	11,3	-2,0	71,4	56,4	-15,0	21,4	23,1	9,2	7,1	-2,1	43,0	30,7	-12,3	18,7	20,0	13,3	11,3	-2,0	71,4	56,4	-15,0	21,4	23,1	9,2	7,1	-2,1	43,0	30,7	-12,3
65 a 69 anos	15,4	16,5	10,1	8,3	-1,8	65,7	50,2	-15,5	17,6	19,2	6,1	5,0	-1,1	34,8	26,1	-8,7	15,4	16,5	10,1	8,3	-1,8	65,7	50,2	-15,5	17,6	19,2	6,1	5,0	-1,1	34,8	26,1	-8,7
70 a 74 anos	12,4	13,4	7,1	6,3	-0,8	57,3	47,2	-10,1	14,2	15,5	4,1	3,3	-0,8	29,1	21,2	-7,9	12,4	13,4	7,1	6,3	-0,8	57,3	47,2	-10,1	14,2	15,5	4,1	3,3	-0,8	29,1	21,2	-7,9
75 a 79 anos	9,8	10,6	4,6	4,1	-0,5	47,2	38,7	-8,5	11,2	12,3	1,9	2,3	0,4	17,0	18,7	1,7	9,8	10,6	4,6	4,1	-0,5	47,2	38,7	-8,5	11,2	12,3	1,9	2,3	0,4	17,0	18,7	1,7
80 a 84 anos	7,7	8,3	3,4	2,0	-1,4	44,2	24,0	-20,3	8,6	9,5	1,4	1,1	-0,3	16,4	11,6	-4,8	7,7	8,3	3,4	2,0	-1,4	44,2	24,0	-20,3	8,6	9,5	1,4	1,1	-0,3	16,4	11,6	-4,8
85 anos ou mais	6,0	6,5	1,6	0,5	-1,1	26,0	7,7	-18,2	6,6	7,3	1,1	0,5	-0,6	16,7	6,9	-9,9	6,0	6,5	1,6	0,5	-1,1	26,0	7,7	-18,2	6,6	7,3	1,1	0,5	-0,6	16,7	6,9	-9,9

Fonte: PNAD, 2004 e 2015/Tábuas de Mortalidade, 2013.

Tabela 4 - Expectativa de vida e expectativa de vida no mercado de trabalho (em anos) dos idosos por sexo e região no meio urbano - 2004 e 2015

Faixa Etária	Expec. de vida		Expc. de vida no Merc. de Trab.		% expec. de vida no Merc. de Trab.		Expec. de vida		Expc. de vida no Merc. de Trab.		% expec. de vida no Merc. de Trab.					
	2004	2015	2004	2015	2004	2015	2004	2015	2004	2015	2004	2015				
	Região Norte (Masculino)															
60 a 64 anos	17,4	18,9	6,7	5,8	-0,9	38,7	30,7	-8,0	19,9	21,9	2,5	2,8	0,3	12,8	12,8	0,0
65 a 69 anos	14,1	15,5	3,9	3,0	-0,9	27,7	19,3	-8,4	16,3	18,2	1,3	1,4	0,1	7,9	7,7	-0,2
70 a 74 anos	11,2	12,4	2,3	1,6	-0,7	20,2	12,9	-7,4	13,0	14,7	0,8	0,8	0,0	5,9	5,4	-0,4
75 a 79 anos	8,8	9,9	1,2	0,8	-0,4	13,9	8,1	-5,8	10,2	11,7	0,5	0,4	-0,1	5,3	3,4	-1,8
80 a 84 anos	6,7	7,8	0,9	0,4	-0,5	12,8	5,2	-7,6	7,7	9,1	0,3	0,2	-0,1	4,0	2,2	-1,8
85 anos ou mais	5,1	6,1	0,2	0,1	-0,1	4,2	1,6	-2,6	5,9	7,1	0,0	0,1	0,1	0,6	1,4	0,8
	Região Nordeste (Masculino)															
60 a 64 anos	17,6	19,1	6,9	5,9	-1,0	38,8	31,0	-7,9	20,9	22,7	2,9	2,5	-0,4	14,0	11,0	-2,9
65 a 69 anos	14,4	15,7	4,4	3,4	-1,0	30,7	21,6	-9,1	17,2	18,9	1,7	1,3	-0,4	9,7	6,9	-2,8
70 a 74 anos	11,6	12,7	2,6	1,9	-0,7	22,5	15,0	-7,5	13,8	15,3	1,0	0,6	-0,4	6,9	3,9	-3,0
75 a 79 anos	9,1	10,0	1,4	1,0	-0,4	16,0	10,0	-6,0	10,9	12,1	0,5	0,3	-0,2	4,4	2,5	-1,9
80 a 84 anos	6,9	7,7	0,7	0,6	-0,1	9,8	7,8	-2,0	8,3	9,3	0,2	0,2	0,0	2,6	2,1	-0,5
85 anos ou mais	5,2	5,9	0,3	0,2	-0,1	5,5	3,4	-2,1	6,2	7,1	0,1	0,0	-0,1	1,2	0,0	-1,2
	Região Nordeste (Feminino)															

	Região Sudeste (Masculino)										Região Sudeste (Feminino)										(continuação)																																																																												
	18,6	20,8	5,4	6,0	0,6	29,3	28,9	-0,4	22,4	24,4	2,3	2,8	0,5	10,2	11,5	1,3	15,3	17,2	3,1	3,4		0,3	20,5	19,7	-0,7	18,6	20,4	1,2	1,4	0,2	6,6	6,9	0,2	12,4	14,0	1,9	1,9	0,0	15,0	13,6	-1,4	15,0	16,7	0,7	0,7	0,0	4,4	4,2	-0,2	9,8	11,1	1,0	1,0	0,0	10,4	9,0	-1,4	11,9	13,3	0,3	0,3	0,0	2,4	2,2	-0,1	7,6	8,0	0,6	0,5	-0,1	7,6	6,2	-1,3	9,2	10,5	0,1	0,2	0,1	0,8	1,9	1,2	5,9	6,9	0,2	0,2	0,0	3,7	2,9	-0,8	7,1	8,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,5
60 a 64 anos	18,3	20,7	7,0	6,0	-1,0	38,2	29,0	-9,2	22,0	24,6	3,5	3,1	-0,4	15,7	12,6	-3,1	15,0	17,1	4,5	3,5	-1,0	29,8	20,5	-9,3	18,1	20,5	2,2	1,5	-0,7	11,9	7,3	-4,6	12,1	13,9	2,8	1,9	-0,9	23,5	13,7	-9,7	14,6	16,8	1,3	0,8	-0,5	8,7	4,8	-3,9	9,5	11,0	1,8	1,2	-0,6	19,0	10,9	-8,1	11,4	13,3	0,9	0,5	-0,4	8,0	3,7	-4,3	7,4	8,7	1,2	0,6	-0,6	15,7	6,9	-8,8	8,7	10,5	0,6	0,3	-0,3	6,8	2,9	-3,9	5,8	6,8	0,6	0,2	-0,4	10,7	2,9	-7,8	6,7	8,2	0,2	0,1	-0,1	2,8	1,2	-1,6	
65 a 69 anos	18,7	20,0	6,9	6,4	-0,5	37,0	32,0	-5,0	21,4	23,1	2,5	2,7	0,2	11,7	11,7	-0,1	15,4	16,5	4,2	3,4	-0,8	27,1	20,6	-6,5	17,6	19,2	1,4	1,2	-0,2	7,8	6,3	-1,6	12,4	13,4	2,4	1,9	-0,5	19,3	14,2	-5,0	14,2	15,5	0,7	0,6	-0,1	4,8	3,9	-1,0	9,8	10,6	1,4	1,3	-0,1	14,3	12,3	-2,0	11,2	12,3	0,4	0,3	-0,1	3,3	2,4	-0,8	7,7	8,3	0,6	0,8	0,2	8,3	9,6	1,3	8,6	9,5	0,1	0,2	0,1	1,5	2,1	0,6	6,0	6,5	0,2	0,3	0,1	3,1	4,6	1,6	6,6	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
70 a 74 anos	9,8	10,6	1,4	1,3	-0,1	14,3	12,3	-2,0	11,2	12,3	0,4	0,3	-0,1	3,3	2,4	-0,8	7,7	8,3	0,6	0,8	0,2	8,3	9,6	1,3	8,6	9,5	0,1	0,2	0,1	1,5	2,1	0,6	6,0	6,5	0,2	0,3	0,1	3,1	4,6	1,6	6,6	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0																																																	
75 a 79 anos	8,0	8,4	0,6	0,5	-0,1	7,6	6,2	-1,3	9,2	10,5	0,1	0,2	0,1	0,8	1,9	1,2	5,9	6,9	0,2	0,2	0,0	3,7	2,9	-0,8	7,1	8,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,5																																																																	
80 a 84 anos	5,9	6,9	0,2	0,2	0,0	3,7	2,9	-0,8	7,1	8,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,5																																																																																	
85 anos ou mais	Região Sul (Masculino)										Região Sul (Feminino)																																																																																						
60 a 64 anos	18,3	20,7	7,0	6,0	-1,0	38,2	29,0	-9,2	22,0	24,6	3,5	3,1	-0,4	15,7	12,6	-3,1	15,0	17,1	4,5	3,5	-1,0	29,8	20,5	-9,3	18,1	20,5	2,2	1,5	-0,7	11,9	7,3	-4,6	12,1	13,9	2,8	1,9	-0,9	23,5	13,7	-9,7	14,6	16,8	1,3	0,8	-0,5	8,7	4,8	-3,9	9,5	11,0	1,8	1,2	-0,6	19,0	10,9	-8,1	11,4	13,3	0,9	0,5	-0,4	8,0	3,7	-4,3	7,4	8,7	1,2	0,6	-0,6	15,7	6,9	-8,8	8,7	10,5	0,6	0,3	-0,3	6,8	2,9	-3,9	5,8	6,8	0,6	0,2	-0,4	10,7	2,9	-7,8	6,7	8,2	0,2	0,1	-0,1	2,8	1,2	-1,6	
65 a 69 anos	18,7	20,0	6,9	6,4	-0,5	37,0	32,0	-5,0	21,4	23,1	2,5	2,7	0,2	11,7	11,7	-0,1	15,4	16,5	4,2	3,4	-0,8	27,1	20,6	-6,5	17,6	19,2	1,4	1,2	-0,2	7,8	6,3	-1,6	12,4	13,4	2,4	1,9	-0,5	19,3	14,2	-5,0	14,2	15,5	0,7	0,6	-0,1	4,8	3,9	-1,0	9,8	10,6	1,4	1,3	-0,1	14,3	12,3	-2,0	11,2	12,3	0,4	0,3	-0,1	3,3	2,4	-0,8	7,7	8,3	0,6	0,8	0,2	8,3	9,6	1,3	8,6	9,5	0,1	0,2	0,1	1,5	2,1	0,6	6,0	6,5	0,2	0,3	0,1	3,1	4,6	1,6	6,6	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
70 a 74 anos	9,8	10,6	1,4	1,3	-0,1	14,3	12,3	-2,0	11,2	12,3	0,4	0,3	-0,1	3,3	2,4	-0,8	7,7	8,3	0,6	0,8	0,2	8,3	9,6	1,3	8,6	9,5	0,1	0,2	0,1	1,5	2,1	0,6	6,0	6,5	0,2	0,3	0,1	3,1	4,6	1,6	6,6	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0																																																	
75 a 79 anos	8,0	8,4	0,6	0,5	-0,1	7,6	6,2	-1,3	9,2	10,5	0,1	0,2	0,1	0,8	1,9	1,2	5,9	6,9	0,2	0,2	0,0	3,7	2,9	-0,8	7,1	8,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,5																																																																	
80 a 84 anos	5,9	6,9	0,2	0,2	0,0	3,7	2,9	-0,8	7,1	8,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,5																																																																																	
85 anos ou mais	Região Centro oeste (Masculino)										Região Centro oeste (Feminino)																																																																																						
60 a 64 anos	18,7	20,0	6,9	6,4	-0,5	37,0	32,0	-5,0	21,4	23,1	2,5	2,7	0,2	11,7	11,7	-0,1	15,4	16,5	4,2	3,4	-0,8	27,1	20,6	-6,5	17,6	19,2	1,4	1,2	-0,2	7,8	6,3	-1,6	12,4	13,4	2,4	1,9	-0,5	19,3	14,2	-5,0	14,2	15,5	0,7	0,6	-0,1	4,8	3,9	-1,0	9,8	10,6	1,4	1,3	-0,1	14,3	12,3	-2,0	11,2	12,3	0,4	0,3	-0,1	3,3	2,4	-0,8	7,7	8,3	0,6	0,8	0,2	8,3	9,6	1,3	8,6	9,5	0,1	0,2	0,1	1,5	2,1	0,6	6,0	6,5	0,2	0,3	0,1	3,1	4,6	1,6	6,6	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
65 a 69 anos	15,4	16,5	4,2	3,4	-0,8	27,1	20,6	-6,5	17,6	19,2	1,4	1,2	-0,2	7,8	6,3	-1,6	12,4	13,4	2,4	1,9	-0,5	19,3	14,2	-5,0	14,2	15,5	0,7	0,6	-0,1	4,8	3,9	-1,0	9,8	10,6	1,4	1,3	-0,1	14,3	12,3	-2,0	11,2	12,3	0,4	0,3	-0,1	3,3	2,4	-0,8	7,7	8,3	0,6	0,8	0,2	8,3	9,6	1,3	8,6	9,5	0,1	0,2	0,1	1,5	2,1	0,6	6,0	6,5	0,2	0,3	0,1	3,1	4,6	1,6	6,6	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0																	
70 a 74 anos	9,8	10,6	1,4	1,3	-0,1	14,3	12,3	-2,0	11,2	12,3	0,4	0,3	-0,1	3,3	2,4	-0,8	7,7	8,3	0,6	0,8	0,2	8,3	9,6	1,3	8,6	9,5	0,1	0,2	0,1	1,5	2,1	0,6	6,0	6,5	0,2	0,3	0,1	3,1	4,6	1,6	6,6	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0																																																	
75 a 79 anos	8,0	8,4	0,6	0,5	-0,1	7,6	6,2	-1,3	9,2	10,5	0,1	0,2	0,1	0,8	1,9	1,2	5,9	6,9	0,2	0,2	0,0	3,7	2,9	-0,8	7,1	8,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,5																																																																	
80 a 84 anos	5,9	6,9	0,2	0,2	0,0	3,7	2,9	-0,8	7,1	8,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,5																																																																																	
85 anos ou mais	Região Centro oeste (Masculino)										Região Centro oeste (Feminino)																																																																																						

Fonte: PNAD, 2004 e 2015/Tábuas de Mortalidade, 2013.

3.4. A importância da atividade agrícola no mercado de trabalho para o idoso

Os resultados e as análises a seguir procuram revelar quais são os setores de atividade aos quais os idosos estão mais vinculados, bem como as maiores alterações ocorridas no período compreendido entre os anos de 2004 e 2015. Além disso, procuram evidenciar como os idosos estão inseridos no mercado de trabalho, sempre comparando-os com as demais faixas etárias, não idosas. O propósito dessa investigação é perceber se os idosos e idosas, residentes em áreas urbanas e rurais, têm uma inserção diferenciada quando comparados com os demais segmentos populacionais.

Com referência às atividades laborais dos idosos por sexo e região de moradia, nossos achados apontam para grande participação dos idosos nas atividades agrícolas. No ano de 2004, as atividades agrícolas foram as que apresentaram as taxas mais elevadas de participação, não só no meio rural, mas também no meio urbano, tanto para os homens como para as mulheres. Nas áreas consideradas urbanas, o percentual entre os idosos do sexo masculino era de 27,6% e para as idosas do sexo feminino de 24,8% (Tabelas 5 e 6). Já nas áreas rurais, os percentuais são ainda mais elevados, como esperado, com uma participação de 91,4% entre os homens e de 91,3% entre as idosas do sexo feminino (Tabelas 5 e 6). Esses achados são compatíveis com os encontrados por Wajzman, Oliveira e Oliveira (2004), que também destacaram a elevada participação dos idosos do meio urbano em atividades agrícolas. No ano de 2015, a atividade agrícola ainda tem forte peso, especialmente quando comparada à sua representatividade na população economicamente ativa entre 10 e 59 anos, mas já não é mais a principal atividade entre os idosos homens e mulheres idosas no meio urbano, passando a ser a terceira maior atividade entre os homens (15,6%) e a quarta entre as mulheres (10,5%).

Por conseguinte, é nas atividades agrícolas que se observam as maiores variações do período, com uma variação negativa nos meios urbanos de 14 pontos percentuais entre as idosas e de 12,1 entre os homens. No meio rural, também houve queda, embora em um patamar bem inferior. Foram menos 5,4 pontos percentuais entre os idosos do sexo masculino e 3,7 entre as idosas do sexo feminino. As quedas refletem a mudança do peso das atividades

agrícolas para incorporação de força de trabalho na população como um todo, como é observado comparando-se a incidência da população de 10 a 59 anos ocupada em atividades agrícolas entre os anos de 2004 e 2015. A variação parece, nesse sentido, responder mais a mudanças na alocação da força de trabalho brasileira como um todo do que a mudanças específicas relacionadas à idade da população ocupada.

Por outro lado, as atividades que mais tiveram crescimento entre as idosas do sexo feminino na cidade foram os serviços domésticos, com crescimento de 7,3 pontos percentuais, seguidos das atividades de educação, saúde e serviços sociais, com uma alta de 4,8, e das atividades de administração pública, com um acréscimo de 2,1. Entre os idosos homens, também do meio urbano, as atividades com os maiores crescimentos foram a construção, com uma alta de 5,1 pontos percentuais, transporte, armazenamento e comunicação, com 2,9, e outras atividades, com 2,3 pontos percentuais.

Nas áreas rurais, destaques entre os homens são o crescimento de 1,9 pontos percentuais na construção e de 1,6 no comércio e reparação. Entre as idosas do sexo feminino 0,9 para a indústria de transformação e 0,8 comércio e reparação (Tabelas 5 e 6).

Tabela 5 - Percentual da atividade principal na semana de referência de idosos do sexo masculino por região de moradia - Brasil, 2004 e 2015

Setor de Atividade	Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)		Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)	
	Urbano	Rural	Urbana	Rural	Urbano	Rural	Urbana	Rural
	2004				2015			
Agrícola	9,0	77,4	27,6	91,4	5,8	65,7	15,6	86,0
Outras atividades industriais	1,4	0,8	0,5	0,2	1,3	0,8	0,8	0,2
Indústria de transformação	18,1	5,6	8,9	1,4	14,6	6,4	9,1	1,8
Construção	12,5	4,0	10,6	0,9	16,7	8,9	15,7	2,8
Comércio e reparação	22,4	4,2	19,3	1,6	21,6	6,6	18,8	3,2
Alojamento e alimentação	3,6	0,9	4,7	0,4	4,3	1,5	5,1	1,3
Transporte, armaz. e comunicação	8,5	1,9	6,5	0,6	9,7	3,2	9,3	1,1
Administração pública	6,5	1,5	5,3	0,6	6,4	1,8	6,1	0,6
Educação, Saúde e serviços sociais	4,1	0,8	3,8	0,5	5,2	1,7	4,7	1,0
Serv. domésticos	0,7	1,3	1,4	1,2	0,8	1,6	1,5	1,5
Outros serv. Coletivos, sociais e pessoais	3,6	0,6	3,4	0,6	3,2	0,7	3,4	0,1
Outras atividades	9,1	0,9	7,5	0,4	10,5	1,2	9,8	0,3
Ativ. mal definidas ou não declaradas	0,5	0,2	0,5	0,1	0,1	0,1	0,2	0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 2004 e 2015.

Tabela 6 - Percentual da atividade principal na semana de referência de idosos do sexo feminino por região de moradia - Brasil, 2004 e 2015

Setor de Atividade	Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)		Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)	
	Urbano	Rural	Urbana	Rural	Urbano	Rural	Urbana	Rural
	2004				2015			
Agrícola	3,9	66,2	24,8	91,3	2,1	51,9	10,5	87,6
Outras atividades industriais	0,3	0,1	0,1	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0
Indústria de transformação	13,5	6,5	17,7	3,2	10,7	7,6	16,8	4,1
Construção	0,5	0,1	0,2	0,0	0,8	0,3	0,6	0,1
Comércio e reparação	18,4	5,0	16,2	1,1	19,4	7,3	14,6	1,9
Alojamento e alimentação	4,9	1,5	5,4	1,0	7,0	3,3	6,0	1,5
Transporte, armazen. e comunicação	1,6	0,3	0,3	0,1	1,9	0,4	0,7	0,1
Administração pública	5,2	1,7	2,8	0,1	5,3	2,5	4,8	0,5
Educação, Saúde e serviços sociais	18,6	7,3	10,3	1,2	21,0	11,9	15,1	1,7
Serv. domésticos	19,2	9,2	13,1	1,8	14,6	11,3	20,4	2,1
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	6,8	1,5	5,6	0,3	7,2	1,8	5,7	0,2
Outras atividades	7,3	0,7	3,4	0,0	9,8	1,6	4,6	0,2
Ativ. mal definidas ou não declaradas	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 2004 e 2015.

3.6. Precarização como tônica do trabalho entre idosos

A seguir são analisadas as posições nas ocupações⁸ dos idosos a partir das PNADs⁹ (2004 e 2015). As nossas investigações buscaram evidenciar quais são as principais posições dos idosos no mercado de trabalho. Como na seção anterior, aqui também é feita a confrontação com os trabalhadores de 10 a 59 anos, tendo o intuito de compreender possíveis diferenças na participação do idoso no mercado de trabalho.

Nossos achados demonstram que, de modo geral, é expressiva a proporção de idosos exercendo alguma atividade laboral de maneira precária, para os dois sexos e nas duas áreas de moradia, mas com maior intensidade no meio rural e entre as mulheres. Além de significativa, a proporção de idosos nessas condições é bem superior à do segmento não idoso, o que nos permite inferir que a precariedade nas condições de trabalho é característica do trabalho das pessoas com 60 anos ou mais. Uma das hipóteses para que isso ocorra é explicitada por Felix (2016, p. 250), segundo o qual a precariedade das relações e a informalidade “constituem capital variável de alta rentabilidade para as empresas, pois, estão isentas de todas as obrigações trabalhistas”.

Entre os idosos do sexo masculino residentes no meio urbano, as três formas mais frequentes na posição no mercado de trabalho, para os anos de 2004 e 2015, foram as modalidades “conta-própria”, “outros empregados sem carteira”, e “empregado com carteira”. Esses resultados também são análogos aos de Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004), que encontram a mesma ordem para o ano de 2002. A primeira variante, “conta-própria”, abrange a quase metade dos idosos, com percentuais de 44% para os dois anos pesquisados,

8 A posição na ocupação é definida em função do contrato de trabalho que uma pessoa tenha feito, explícita ou implicitamente, com outras pessoas ou organizações. Os critérios básicos para definir os grupos da classificação são o tipo de risco econômico, que se entende como um elemento representativo do grau de ligação entre a pessoa e o trabalho, e o tipo de autoridade que aqueles que se incumbem de determinado trabalho têm sobre as unidades econômicas e outros trabalhadores. Alguns grupamentos da Classificação de Posição na Ocupação Nacional são os mesmos contidos na ICSE, outros diferem por não serem considerados adequados à realidade do país.

9 Para essa categorização, o IBGE utiliza como referência a classificação Internacional de Posição na Organização Internacional do Trabalho - OIT.

o dobro da proporção na comparação com o segmento não idoso. Já a segunda maior forma de inserção, “outros empregados sem carteira”, exibe um percentual de 13,9% em 2004 e 10,8% em 2015, portanto, com uma pequena queda entre os dois anos analisados.

Por outro lado, enquanto 40,8% dos trabalhadores com idade de 10 a 59 anos, no meio urbano, eram “empregados com carteira”, entre os idosos do sexo masculino essa proporção era de apenas 13,6%. Esse percentual aumentou em 2015, ficando em 20%; no entanto como houve aumento geral da formalização, a distância percentual entre o segmento idoso e o não idoso se manteve a mesma, em 27%.

Com referência ao meio rural, as três formas de vinculação no mercado de trabalho mais frequentes entre os idosos do sexo masculino são as mesmas para os anos de 2004 e 2015, com apenas uma inversão entre a segunda e a terceira posição, com a modalidade “conta-própria” ainda figurando como a mais constante, seguida de “trabalho na produção para o próprio consumo” e “outros empregados sem carteira”. Os percentuais de conta-própria eram de 59,2% em 2004 e 48% no ano de 2015, mais elevados, portanto, que nas áreas urbanas. Vale ressaltar ainda que a redução importante de 11 pontos percentuais nesse quesito entre os dois anos pesquisados mitigou a diferença em 2015 entre idosos e não idosos, que era praticamente o dobro entre os dois segmentos em 2004 (Tabela 7).

Outra variação significativa foi o aumento de 14 pontos percentuais no quesito “trabalho na produção para o próprio consumo”, que passou de 18,8% em 2004 para 33,1% em 2015 (Tabela 7). Já o quesito “outros empregos sem carteira assinada” seguiu a mesma tendência ocorrida no meio urbano, ou seja, uma pequena queda de 2004, quando o percentual relativo era de 8,5%, para 2015, quando foi de 6,7% (Tabela 7).

Tabela 7 - Percentual da posição na ocupação na semana de referência de idosos do sexo masculino por região de moradia - Brasil, 2004 e 2015

Posição na Ocupação	Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)		Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)		
	Urbano	Rural	Urbana	Rural	Urbano	Rural	Urbana	Rural	
	2004				2015				
Trabalho não precário	Empregado com carteira	40,8	14,5	13,6	2,8	47,9	19,7	20,0	4,2
	Militar	0,7	0,1	0,0	0,0	0,7	0,1	0,2	0,0
	Funcionário Público Estatutário	5,4	1,1	4,8	0,5	5,7	1,7	6,7	1,1
	Trab. doméstico com carteira	0,3	0,7	0,3	0,4	0,4	0,8	0,5	0,6
	Empregador	5,5	2,6	10,9	7,9	4,9	2,0	9,6	3,5
	Subtotal	52,7	18,9	29,6	11,7	59,7	24,4	37,0	9,4
Trabalho precário	Outros empregados sem carteira	21,5	24,3	13,9	8,5	15,5	23,1	10,8	6,7
	Trab. doméstico sem carteira	0,4	0,7	1,0	0,8	0,4	0,8	1,0	0,9
	Conta-própria	22,4	31,9	44,0	59,2	23,1	35,4	43,9	48,2
	Trab. na prod. para o próprio consumo	0,7	4,2	9,6	18,8	0,5	9,3	5,5	33,1
	Trab. constr. para o próprio uso	0,2	0,1	0,6	0,1	0,1	0,1	0,7	0,4
	Não-remunerado	2,1	20,0	1,1	0,9	0,7	6,9	1,0	1,2
	Subtotal	47,3	81,1	70,4	88,3	40,3	75,6	63,0	90,6
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IBGE/PNAD, 2004 e 2015.

Entre as mulheres idosas as alterações nas posições no mercado de trabalho foram bem mais profundas, principalmente quando analisadas as regiões de moradia e os dois períodos pesquisados.

Como ocorre entre os idosos do sexo masculino, as idosas do sexo feminino no meio urbano também têm como a principal forma de colocação no mercado de trabalho a “conta-própria”, com patamar muito próximo de 35%, tanto em 2004 como em 2015. No entanto, se no ano de 2004 a segunda maior forma de inserção no mercado era “trabalho na produção para o próprio consumo”, com 19,6%, em 2015 esta diminuiu em mais de 50%, passando a figurar apenas com a quinta maior forma de inserção. A segunda maior forma de colocação em 2015 passou a ser “trabalhos domésticos sem carteira”, com 16%, percentual este 6% superior ao do segmento não idoso e 5% maior que em 2004 entre o segmento idoso (Tabela 8).

Além disso, outra modificação considerável ocorreu na terceira posição constante entre as idosas, com a substituição do “trabalho doméstico sem carteira” em 2004, com 11%, para “empregado com carteira”, que subiu de 6,9% em 2004 para 12% em 2015 (Tabela 8).

Cabe ainda ressaltar que, assim como entre os idosos do sexo masculino, a incidência do tipo de vínculo de trabalho considerado como “conta-própria” entre as idosas residentes em domicílios em áreas urbanas é o dobro daquela entre o segmento não idoso, tanto em 2004 como em 2015. Outro ponto em comum, também característico dos idosos homens, e típico da inserção entre aqueles com 60 anos ou mais, é o “trabalho na produção para o próprio consumo”, que é praticamente nulo entre aqueles com idade entre 10 e 59 anos.

Quanto às idosas em meio rural, chama atenção a simetria entre o segmento idoso e o não idoso nas três maiores posições, sugerindo que as posições entre as mulheres no meio rural tenham pouca diferenciação, sejam elas pertencentes ao segmento idoso ou não. Esse achado é oposto ao encontrado para os idosos homens residentes em áreas urbanas e rurais, ou mesmo entre as idosas do meio urbano. Ou seja, tanto as mulheres de 10 a 59 anos como as idosas apresentam “conta própria”, “trabalho na produção para o próprio consumo” e “não remunerado” como as principais maneiras de intercambiar sua força de trabalho e a remuneração, diferentemente do apresentado nos outros segmentos populacionais apresentado até aqui.

Nos dois anos investigados, o “trabalho na produção para o consumo próprio” apresenta os maiores percentuais no segmento idoso, com 56% em 2004 e 65,2% em 2015. A forma “não remunerada” e “conta-própria” invertem suas posições de 2004 para 2015, ficando “não remunerado” em segundo lugar em 2004, com 21,2%, e em terceiro em 2015, com 9,6% (Tabela 8).

Destaca-se também a pequena diferença percentual no meio rural entre as mulheres de 10 a 59 anos e as idosas. Se entre as mulheres idosas, residentes nas áreas urbanas, a incidência da categoria “conta-própria” é o dobro daquela das mulheres de 10 a 59 anos, no meio rural essa diferença é quase inexistente nos dois anos analisados (Tabela 8).

Tabela 8 - Percentual da posição na ocupação na semana de referência de idosos do sexo feminino por região de moradia - Brasil, 2004 e 2015

Posição na Ocupação	Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)		Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)		
	Urbano	Rural	Urbana	Rural	Urbano	Rural	Urbana	Rural	
	2004				2015				
Trabalho não precário	Empregado com carteira	30,9	6,7	6,9	0,6	41,6	10,9	12,0	0,7
	Militar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
	Funcionário Público Estatutário	10,0	4,1	6,5	0,7	10,9	7,4	10,2	1,5
	Trab. doméstico com carteira	5,0	1,5	2,2	0,3	4,7	2,5	4,4	0,0
	Empregador	2,9	0,6	4,0	1,8	2,5	0,7	4,3	0,8
	Subtotal	48,8	12,9	19,6	3,5	59,8	21,5	30,9	3,0
Trabalho precário	Outros empregados sem carteira	15,3	9,7	7,7	1,8	11,8	10,9	6,9	1,6
	Trab. doméstico sem carteira	14,2	7,7	11,0	1,5	9,8	8,9	16,0	2,1
	Conta-própria	16,2	12,9	35,3	16,1	16,1	18,0	34,9	18,4

(continuação)

Posição na Ocupação	Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)		Pop. Econ. Ativa (10 a 59 anos)		Pop. Econ. Ativa (60 anos ou mais)		
	Urbano	Rural	Urbana	Rural	Urbano	Rural	Urbana	Rural	
	2004				2015				
Trabalho precário	Trab. na prod. para o próprio consumo	1,6	22,2	19,6	56,0	0,9	25,6	8,3	65,2
	Trab. na construção para o próprio uso	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Não-remunerado	3,8	34,5	6,7	21,2	1,6	15,1	2,9	9,6
	Subtotal	51,2	87,1	80,4	96,5	40,2	78,5	69,1	97,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 2004 e 2015.

Por fim, com a intenção de explicitar melhor as posições nas ocupações, no mercado de trabalho, foram agregadas as variáveis “outros empregados sem carteira”, “trabalhos domésticos sem carteira”, “conta-própria”, “trabalho na produção para o próprio consumo”, “trabalho na construção para o próprio uso” e “não remunerado”, todos considerados posições precárias. Assim, é possível evidenciar duas ocorrências muito significativas: a primeira são as diferenças entre o segmento idoso e o não idoso e a segunda, a expressiva redução da informalidade entre 2004 e 2015 (Tabelas 7 e 8).

Com relação à primeira ocorrência, dos trabalhadores homens que residiam em domicílios urbanos, com idade entre 10 e 59 anos, 47% em 2004 e 40% em 2015 exerciam alguma atividade laboral em uma posição considerada precária. Já entre os idosos esse percentual salta para 70% em 2004 e 63% em 2015. No meio rural, a mesma tendência se repete. Entre os homens, são 81% em 2004 e 75% em 2015 no segmento não idoso, contra 88% do segmento idoso em 2004 e 90% em 2015.

Entre as mulheres as precariedades são ainda maiores quando comparadas às dos homens. No segmento não idosos, por exemplo, foram verificadas proporções de 51% em 2004 e 40% no ano de 2015,

contra uma proporção no segmento das idosas de 80,4% em 2004 e 69% em 2015, entre aquelas que residem em áreas urbanas. No meio rural as proporções são ainda mais elevadas. No segmento não idoso o percentual de trabalhadoras em posições precárias passa de 87% em 2004 para 78% em 2015. Já no segmento idoso a proporção de trabalhadoras em posições de precariedade atinge quase a totalidade das idosas, com 97%, tanto em 2004 como em 2015, portanto, sem nenhum avanço (Tabela 8).

Dessa forma, é possível notar que ocorreram quedas nas proporções de trabalho precário de forma consistente de 2004 para 2015, entre homens e mulheres, tanto no segmento não idoso como no idoso nas áreas urbanas, mas não entre aqueles que podem ser consideradas como os mais fragilizados, os idosos do meio rural, com destaque maior para as mulheres idosas, onde não houve nenhuma redução na precariedade (Tabelas 7 e 8).

4. Considerações finais

Neste artigo, foram apontadas quedas gerais nas expectativas no mercado de trabalho para os idosos, de ambos os sexos, e nas duas áreas de moradia, passando de 5,3 anos em 2004 para 4,8 no ano de 2015. Verificou-se, portanto, que os 2 anos adicionais na expectativa de vida não se traduziram em mais anos trabalhados.

As quedas mais efetivas ocorreram entre os idosos residentes nas áreas rurais do país, corroborando Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004) e Damasceno (2008), que consideram as regiões de moradia como determinantes importantes para o mercado de trabalho dos idosos brasileiros. Outro achado também importante são as grandes diferenças nos anos trabalhados entre homens e mulheres, sendo a expectativa de vida no mercado de trabalho entre os homens 2,14 vezes a das idosas do sexo feminino. Esses dados também confirmam nossas hipóteses iniciais sobre a relevância do determinante sexo para o trabalho dos idosos.

A melhora na renda dos idosos e de seus familiares pode ser considerada relevante como hipótese para explicar a redução dos anos trabalhados entre aqueles com 60 anos ou mais. Para referendar a análise e contextualizar o período, destacamos aqui alguns indicadores econômicos relativos aos idosos e ao período entre os anos de 2004 e 2015. Salientamos a queda consistente da taxa

de desemprego, que passou de 11,7% em junho de 2004 para 6,9% do mesmo mês em 2015, o aumento em 70 mil beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e a alta do rendimento mensal de todas as fontes dos idosos.

As altas nos rendimentos foram muito expressivas: eles passaram de R\$ 1.004,49 no ano de 2004 para R\$ 2.273,14 em 2015, entre os idosos do sexo masculino no meio urbano; e de R\$ 540,44 em 2004 para R\$ 1.405,50 em 2015, também no meio urbano, entre as idosas do sexo feminino. Para os idosos residentes em áreas rurais, a renda também teve um ganho muito significativo, passando de R\$ 562,38 em 2004 para R\$ 1.221,77 em 2015 entre os homens, e de R\$ 324,47, no ano de 2004 para R\$ 974,94 em 2015 entre as mulheres idosas.

Diversos autores, como Camarano (2001), Perez, Wajnman e Oliveira (2006), Costa e Teixeira (2019), Ribeiro et al. (2018) e Queiroz e Ramalho (2009), também têm apontado a variável renda como fator importante na relação com o trabalho dos idosos. Costa e Teixeira (2019), por exemplo, consideram a pouca renda como fator de permanência do idoso no mercado de trabalho, uma vez que há corrosão do padrão de vida. Ribeiro et al. (2018) vinculam a necessidade do trabalho ao provimento da família e assinalam ainda que, entre os mais pobres, o trabalho após os 60 anos não é uma questão de escolha, mas sim de necessidade. Queiroz e Ramalho (2009) reforçam que o trabalho é necessário para a complementação da renda domiciliar, e não apenas do idoso, argumentando que a aposentadoria e a renda do trabalho são importantes estratégias de combate à pobreza.

Ademais, merece destaque também a política de valorização do salário mínimo, que parece ter tido grande peso nas quedas das expectativas no mercado de trabalho. Segundo o Dieese (2014), a valorização real do salário mínimo foi de 55,16% entre os anos de 2004 e 2014, passando seu valor de R\$ 260,00 em maior de 2004 para R\$ 724,00 em janeiro de 2014. Não se pode esquecer que a partir de 1992 os benefícios previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada – BPC foram vinculados ao salário mínimo.

Contudo, quando observamos de forma desagregada a queda na expectativa no mercado de trabalho, notamos que a contração dos anos trabalhados não ocorre de maneira homogênea em todo o país. As quedas mais significativas ocorreram entre os idosos residentes em domicílios rurais, com uma redução de 2,4 anos entre os

homens e de 2,3 entre as mulheres, ou seja, bem superiores às ocorridas no meio urbano. Entre as regiões, também foram encontradas diferenças marcantes, com o Norte e o Nordeste apresentando as maiores variações negativas entre os homens e, entre as mulheres, destacando-se as regiões Norte e Sul.

Maia et al. (2008), em pesquisa sobre o impacto dos rendimentos da aposentadoria e da pensão na pobreza rural, destaca que, nas áreas rurais, 80% das famílias que continham aposentados estavam acima da linha da pobreza, enquanto apenas 39% das famílias rurais sem aposentados estavam acima desse limite. Além disso, segundo o autor, o peso das aposentadorias e das pensões passou a ser mais significativo na renda das famílias, principalmente nas áreas rurais, passando de 16% em 1995 para 23% em 2006. Outro dado importante trazido por Maia et al. (2008) foi a redução substancial da renda proveniente do trabalho em decorrência do aumento da importância da renda das aposentadorias e pensões. Esses achados reiteram a extrema importância do incremento do poder de compra decorrente da política de valorização do salário mínimo na redução da expectativa no mercado de trabalho na área rural.

Saad (2004) ainda nos revela a importância da maior renda não só entre os idosos, mas de todos os membros da família. Em artigo sobre as transferências intergeracionais, demonstra que as transferências entre familiares não ocorrem apenas de forma ascendente, dos filhos para os pais, mas também de maneira descendente, não apenas na forma de dinheiro, mas também em bens e serviços.

Em síntese, esses achados reforçam a importância da aposentadoria, da pensão e do Benefício de Prestação Continuada – BPC em associação com a política de valorização do salário mínimo, conforme a hipótese que relaciona a queda dos anos trabalhados com a melhora da renda entre os idosos brasileiros. Portanto, o bom desempenho econômico em seu conjunto, e não apenas do idoso, pode ter contribuído de forma significativa para a queda da expectativa de vida no mercado de trabalho entre os idosos, principalmente entre os idosos residentes em áreas rurais do país.

No entanto, segundo nossas pesquisas, embora as quedas nas expectativas no mercado de trabalho sinalizem para um avanço social importante, as atividades e a forma de inserção dos idosos no mercado de trabalho não evoluíram no mesmo sentido. Os nossos resultados revelam que são principalmente as atividades

agrícolas que mais empregam idosos, não apenas em áreas rurais, como era o esperado, mas também em áreas urbanas. Comparando-o com o segmento não idoso, fica evidenciado que a atividade agrícola é uma particularidade do mercado de trabalho idoso, uma vez que os percentuais são muito superiores aos dos não idosos. Uma das hipóteses para a grande participação dos idosos é a baixa qualificação exigida nesse ramo de atividade.

Em face dessa particularidade, cabe observar que a expressiva redução nas atividades agrícolas no período de 2004 a 2015 foi observada não só entre os idosos, mas também entre aqueles com idade entre 10 e 59 anos. Sendo assim, a alta participação dos idosos em atividades agrícolas, associada à queda geral desse tipo de atividade como um todo, pode estar anunciando, em um futuro próximo, maiores adversidades para que o idoso se mantenha no mercado de trabalho, em consequência da dificuldade de se inserir em outros setores da economia.

Por fim, o fator talvez mais marcante do mercado de trabalho idoso e que caracteriza e perpassa as questões de sexo e região de moradia, é a sua expressiva precariedade. Essa constatação, já feita por tantos outros autores, como Queiroz e Ramalho (2009), Felix (2016), Costa e Teixeira (2019), Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004), também fica evidenciada nos nossos achados. Quando foram agregadas as posições, classificando-as como precárias e não precárias, ficaram comprovada as enormes desigualdades entre o mercado de trabalho para o segmento idoso e o não idoso. Embora tenha havido melhora na redução da informalidade no período analisado, esta ficou restrita aos idosos residentes em domicílios considerados urbanos. As quedas de 70,2% em 2004 para 62,9% em 2015 entre os idosos do sexo masculino e de 80% no ano de 2004 para 69% em 2015 entre as idosas do sexo feminino (residentes de áreas urbanas) são reveladores dessa melhora. No entanto, por outro lado, entre os idosos residentes em domicílios rurais, foram mantidos os altos patamares de informalidade e precariedade nas relações de trabalho, com pequena alta no percentual entre os idosos do sexo masculino, que passou de 88% no ano de 2004 para 90% em 2015. E entre as mulheres idosas a proporção se manteve em incríveis 97% nos anos de 2004 e 2015. Para Felix (2016), a precariedade das relações trabalhistas, entre idosos, pode estar associada ao ganho de capital de alta

rentabilidade para as empresas, uma vez que estas ficam isentas de todas as obrigações trabalhistas.

São, portanto, indispensáveis maiores discussões e novos estudos que aprofundem as análises do mercado de trabalho entre os idosos, para formulação de políticas públicas que visem uma inserção dos idosos no mercado de trabalho com mais qualidade, principalmente no meio rural e entre as idosas do sexo feminino.

Referências bibliográficas

- BRASIL (2020a). Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: 28 ago.
- _____ (2020b). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 28 ago.
- CAMARANO, Ana Amélia (2001). O idoso no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Ipea, out. (Texto para Discussão 830).
- CAMARGOS, Mirela Castro Santos; RODRIGUES, Roberto do Nascimento; MACHADO, Carla Jorge (2009). “Expectativa de vida saudável para idosos brasileiros, 2003”. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 14, p. 1903-1909.
- CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino (2003). “O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico”. *Caderno de Saúde Pública*, v. 19, n. 3, p. 725-733.
- CORREA, Charles Henrique (2015). A expectativa de vida no mercado de trabalho brasileiro. Trabalho para discussão, nº 389, p. 1-47. Brasília/DF.
- COSTA, Ingrid Gomes Dias; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano (2019). “Quem são os idosos no mercado de trabalho brasileiro? Uma análise do Censo de 2010”. *Kairós-Gerontologia*, 22(3), 113-130. São Paulo/SP.

- DAMASCENO, Santos Frederico (2008). *Determinantes da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Maringá.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) (2014). A política de valorização do salário mínimo: persistir para melhorar. Nota Técnica 136, maio.
- FELIX, Jorge (2016). “O direito do idoso e o mercado de trabalho”. In: Alcântara, A.O.; Camarano, A.A; Giacomini, K.C. (Orgs.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Cap. 9. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9092/1/O%20Idoso%20e%20o%20mercado.pdf>>. Acesso em: 10 abr.
- FURTADO, Adolfo (2005). A participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. Brasília, fev.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2004). *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad)*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____ (2013). *Projeção da População*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=downloads>>. Acesso em: 24 maio 2020.
- _____ (2013a). *Tábuas Completas de Mortalidade*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=resultados>>. Acesso em: 20 maio 2020.
- _____ (2015). *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____ (2015a). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Conceitos e Métodos*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?t=conceitos-e-metodos>>. Acesso em: 24 maio 2020.
- _____ (2015b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível

em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

- _____. (2015c). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Notas Metodológicas Pesquisa Básica - Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal e aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade*. Rio de Janeiro: IBGE.
- JAGGER, Carol; COX, Bianca; LE ROY, Sophie (2006). *Health Expectancy Calculation by the Sullivan Method*. Third Edition. EHEMU Technical Report, setembro.
- KANNISTO, Vaino; LAURITSEN, Jens; THATCHER, A. Roger; VAUPEL, James, W. (1994). "Reduction in mortality at advanced ages: several decades of evidence from 27 countries". *Population and Development Review*, vol. 20, pp. 793-810.
- LIBERATO, V. C. (2003). *A oferta de trabalho masculina "pós-aposentadoria" Brasil urbano - 1981/2001*. Master's thesis, Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MACHADO, Sidnei. *Direito adquirido ao teto de 20 salários mínimos*. Ano 2004. Disponível em: <<https://machadoadvogados.com.br/2004/08/03/direito-adquirido-ao-teto-de-20-salrios-minimos/>>.
- MAIA, Alexandre Gori; MARCELLI, Mariano Oliveira; BALLINI, Rosângela; DEDECCA, Cláudio Salvadori (2008). *Impacto dos rendimentos de aposentadoria e pensão na redução da pobreza rural*. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, 46, 2008, Rio Branco. Anais. Brasília, DF: Sober.
- MOREIRA, Ana Maria Zolini; QUEIROZ, Bernardo Lanza (2016). "A transição dos idosos no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras, 2002 a 2015". *ABEP*, 1-21.
- NAZARETH, Manuel J. (2004). *Demografia Ciência da População*. 2. ed. Lisboa: Editora Presença.
- OLIVEIRA, Vivian Lúcia Rodrigues (2019). "A precarização do trabalho na contemporaneidade". In: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (Org). *A problemática da política social*. Ponta Grossa: Atenas Editora, pp. 51-59.

- PÉREZ, Elisenda Renteria; WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo (2006). “Análise dos determinantes da participação no mercado de trabalho dos idosos em São Paulo”. *Revista Brasileira Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 23, n. 2, pp. 269-286, jul./dez.
- QUEIROZ, Vivian dos Santos; RAMALHO, Hilton Martins de Brito (2009). “A escolha ocupacional dos idosos no mercado de trabalho: evidências para o Brasil”. *Economia, Selecta*, Brasília (DF), v. 10, pp. 817-848, dezembro.
- RIBEIRO, Priscila Cristina Correa; ALMADA, Daniele Soares Queiroz; SOUTO, Jéssica Faria; LOURENÇO, Roberto Alves (2018). “Permanência no mercado de trabalho e satisfação com a vida na velhice”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, pp. 2683-2692, ago.
- SAAD, Paulo Murad (1999). *Transferências de apoio entre gerações no Brasil: um estudo para São Paulo e Fortaleza. Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea.
- SULLIVAN, Daniel F. (1971). “A single index of mortality and morbidity”. *HSMHA Health Reports*, vol. 86, n. 4, p. 347.
- WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. C.; OLIVEIRA, Elzira Lúcia (2004). “Os idosos no mercado de trabalho. Tendências e consequências”. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60 anos?* Rio de Janeiro: Ipea, pp. 453-479.

longevidade 5

Promessas e crises: trabalhar e envelhecer em Rio das Ostras (RJ)

Marcos Nogueira Milner

As informações e análises contidas no presente artigo são de responsabilidade do próprio autor e não refletem posições e opiniões institucionais ou de membros do Cebrap ou do Itaú Unibanco

Introdução

São duas as reflexões preliminares que antecedem esta pesquisa. A primeira remete a um diagnóstico situacional, refere-se às transformações urbanas, às dinâmicas socioeconômicas do município de Rio das Ostras – que frequento há trinta anos entre idas e vindas, ora veranista, ora morador. Acompanhei de perto o crescimento do município e, em geral, se as transformações eram evidentemente positivas para um adolescente deslumbrado, mais tarde elas se tornariam progressivamente menos enganosas e mais negativas aos olhos do jovem adulto, que retornou à cidade após alguns anos de ausência. “Menos enganosas” porque, já na primeira metade da década passada, o modelo de repasses de verbas petrolíferas demonstrava evidentes sinais de desgaste (ver Silveira et al., 2018) mas, mesmo à medida que a economia colapsava, a fama da região produtora de “eldorado fluminense do emprego” persistia e justificava o sempre contínuo crescimento demográfico municipal. Sugeria-se, portanto, uma contradição contextual. E “mais negativas” porque, enfim, todos os impactos da exploração de petróleo, no meio ambiente, na estrutura e no orçamento municipal, foram-me particularmente descortinados apenas após as quedas na arrecadação, na última metade da década passada.

A segunda e principal reflexão surge em sequência e está mais relacionada ao indivíduo, ao migrante que chega na cidade há alguns anos ou décadas, durante o chamado boom do petróleo, e que, agora vítima de um contexto crítico, encontra-se desempregado. Interessam-me tanto os aspectos objetivos – como a sua formação; os motivos responsáveis pela sua chegada à região; as atividades que desenvolveu profissionalmente no município e as alternativas por ele encontradas para garantir o seu sustento – quanto os aspectos subjetivos, as metas concretas ou abstratas ainda não alcançadas; os planos para o futuro; os sentimentos em relação à família e à cidade; e, sobretudo, como lida com esses temas associados ao próprio *envelhecimento*.

O envelhecimento é um aspecto chave porque, entende-se, o indivíduo que chegou à cidade *mais novo* em busca de ocupação, encontrando inicialmente um mercado de trabalho pujante – na indústria, na construção civil ou no setor de serviços –, foi

drasticamente arremessado nos últimos anos em um cenário de grave crise econômica¹. Agora envelhecido, disputa postos de trabalho vis-à-vis com mão de obra jovem e qualificada e entra na concorrência em desvantagem: conforme veremos mais adiante, em certas situações os postos de trabalho abertos são oferecidos apenas aos candidatos mais jovens, e, assim, a idade se transforma em um obstáculo incontornável.

Em sentido geral, não é novidade que a população brasileira está envelhecendo (ver, p. ex., Garrido & Menezes, 2002; Closs & Schwanke, 2012) e que esse processo acompanha uma tendência global, debatida há décadas (Kalache, Veras & Ramos, 1987). No entanto, muitos empregadores são refratários à contratação de trabalhadores *mais velhos*, tratando a idade – sugere Ana Maria Galdani (2010) – como um fator decisivo para a exclusão de um candidato. Não sem motivo, em estudo de Nadya Guimarães (2012), trabalhadores paulistanos elencaram a “idade inadequada” como o terceiro principal obstáculo na procura de trabalho. O propósito geral deste trabalho é pôr em diálogo o contexto – o atualmente crítico mercado de trabalho riostrense – e a trajetória em busca de um emprego daquele que envelhece(u) na cidade.

Assim sendo, fica a pergunta: o que justifica a realização de uma pesquisa sobre envelhecimento e mercado de trabalho especificamente em Rio das Ostras? Para responder, é preciso levar em consideração a justaposição de camadas: (1) a intensidade do processo de crescimento municipal em seus aspectos econômicos e demográficos; (2) a diminuição abrupta no repasse de royalties e o impacto negativo no orçamento municipal; (3) os reflexos da crise político-econômica pós-operação Lava-Jato no setor industrial *offshore*; (4) a cultura específica dos atores, da mão de obra local, em geral composta de imigrantes que chegam à cidade em um

¹ São dois os principais fatores que, combinados, contribuíram para deflagrar o contexto crítico:

Uma queda drástica no preço internacional do barril de petróleo a partir de junho de 2014;

Os desdobramentos da Operação Lava-Jato, deflagrada em março do mesmo ano: severamente impactada por denúncias de corrupção, a Petrobrs, principal locomotiva da indústria *offshore*, encerrou inúmeros contratos com empresas particulares prestadoras de serviço. Outras grandes empresas atuantes no setor, como a holding Odebrecht, também foram penalizadas com multas e forçadas a enxugar operações na região.

período de fartura, desenganando-se sobretudo nos últimos anos; e, mais recentemente, (5) a pandemia de coronavírus coroadando o estrangulamento do mercado de trabalho.

Há ainda um último aspecto que merece ser destacado: os estudos sobre a procura de emprego, quando geograficamente localizados, levam normalmente em consideração grandes cidades com economias muitíssimo mais dinâmicas, como Rio de Janeiro ou São Paulo; entender a relação entre envelhecimento e mercado em uma cidade emergente, mas de pequeno ou médio porte, acrescenta outra dimensão ao problema.

Esclarecidos os aspectos metodológicos mais imediatamente a seguir, o trabalho divide-se em três momentos. O primeiro dá conta do contexto socioeconômico municipal, leva em consideração brevemente o processo histórico, o intenso crescimento demográfico enfrentado pelo município nas últimas décadas, a relação contextual que a mão de obra local estabelece com o mercado de trabalho e o envelhecimento do imigrante que se estabeleceu na cidade entre a ascensão e a crise da economia *offshore*.

O segundo reflete a pesquisa de campo, partindo de falas relacionando a cidade, o envelhecimento, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Para tal, examina detidamente a trajetória dos entrevistados, o momento de chegada à cidade, as conquistas e as dificuldades por eles enfrentadas à procura de emprego e as alternativas encontradas para garantir o próprio sustento no atual contexto de crise.

O terceiro item, mais conciso, cobre as expectativas para o futuro individualmente e coletivamente, à procura de projeções para o futuro que envolvam a família, a cidade, sua inserção econômica e o próprio processo de envelhecimento. O artigo termina com uma breve conclusão discutindo e resumindo os achados da pesquisa.

Metodologia

Sobre a pesquisa de campo, ressalto que toda ela foi desenvolvida entre março e setembro de 2020, durante a pandemia de coronavírus. O fechamento de atividades não essenciais no município, incluindo serviços públicos, inviabilizou o modelo inicialmente pretendido; foi necessário reconfigurá-lo. Buscava-se, no

início, compreender a relação entre longevidade e desemprego a partir da oferta de vagas em um Banco de Empregos, mantido pela Secretaria Municipal de Gestão Pública (Segep) da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (PMRO)². Entre as vagas oferecidas, muitas possuíam limites de idade que, nos anúncios, não eram justificados. Parte-se, portanto, de um *indício* discriminatório por idade praticado pelos anunciantes, os empregadores, o que justifica a investigação da restrição etária em âmbito local.

Toda a dinâmica de interação na procura por uma vaga anunciada e no êxito ou recusa de um candidato “mais velho” seria observada *in situ*, contando com o funcionamento do Banco de Empregos; eventualmente, alguns atores seriam selecionados e entrevistados em profundidade a partir de suas idas ao local. Pretendia-se, metodologicamente, uma pequena pesquisa etnográfica tomando a estrutura e as atividades do Banco como objeto. Em outras palavras, a proposta inicial sugeria uma *sociologia da procura de trabalho*, nos termos propostos por Guimarães (2017), de modo mais estrito.

Com a suspensão das atividades institucionais no início de março, a execução da pesquisa foi comprometida. Tornou-se necessário flexibilizar o projeto, substituindo a dinâmica do referido Banco por um contexto municipal mais geral e o foco na experiência imediata do candidato por uma perspectiva mais ampla, situacional e mnemônica, neste caso obtida exclusivamente por meio de entrevistas em profundidade. Mantinha-se, no entanto, o interesse no percurso do desempregado, nas perspectivas para o futuro e, claro, na problemática local estabelecida pelo binômio longevidade e desemprego.

Foram entrevistados treze indivíduos, seis homens e sete mulheres, com idade entre 45 e 65 anos, desempregados ou aposentados, à procura de emprego. O recorte foi feito com base em um levantamento peregrosso onde registrei, por aproximadamente vinte dias consecutivos — entre meados de fevereiro e o fechamento institucional na primeira quinzena de março —, 59 vagas anunciadas

2 O Banco de Empregos é uma iniciativa pública para a centralização de postos de trabalho oferecidos no município. Atualmente, Rio das Ostras não conta com agências particulares presenciais de emprego, funcionando como mediadoras entre empregadores e desempregados; assim, a iniciativa surgiu para suprir uma carência. Até o fechamento deste artigo (9/2020), o serviço presencial continuava suspenso.

no Banco de Empregos municipal, desconsiderando os estágios. Destas 59 vagas ofertadas, 21 anúncios limitavam candidaturas por idade — 35.6% do total. A seguir, calculei uma média simples do limite de idade requerido por esses 28 postos de trabalho e encontrei valor muito próximo aos 45 anos arredondados que serviram de parâmetro. Para melhor limitar o grupo, estabeleci como critério de fechamento a idade mínima para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício pago pelo governo federal que garante uma renda um salário mínimo mensal ao idoso economicamente vulnerável: 65 anos.

O roteiro de entrevistas foi dividido em três blocos, *passado*, *presente* e *futuro*, observando (1) a trajetória profissional do entrevistado e a sua relação com a cidade na época do boom do petróleo; (2) a transição para o momento de crise, o desemprego, os obstáculos enfrentados atualmente em busca de recolocação, o envelhecimento e as estratégias escolhidas para garantia de sustento e enfrentamento de crise; (3) a noção de longevidade, a família e as perspectivas para o futuro, incluindo tanto elementos subjetivos, como esperanças e sonhos, quanto planos e metas mais concretos. Acrescentei, ainda, um pequeno bloco referente à pandemia de coronavírus, às percepções relativas à doença e à previsão de impactos futuros, individualmente e coletivamente. Foram realizadas seis conversas presenciais e sete seções on-line, por aplicativos de videoconferência, totalizando mais de dezoito horas de entrevistas.

As primeiras entrevistas confirmaram a necessidade de complementá-las, em um segundo bloco, consultando indivíduos ligados à oferta de vagas e à manutenção e elaboração de políticas públicas de inclusão profissional. Assim, conversei com outras seis pessoas: dois empresários, dois funcionários de recursos humanos atuantes em Rio das Ostras e dois servidores municipais ligados a áreas consideradas estratégicas — o turismo e a geração de empregos. Para tal, os empresários e profissionais de recursos humanos foram buscados em dois setores econômicos, industrial e serviços — segundo o IBGE, os dois setores somados respondiam, em 2017, por aproximadamente 75% do PIB municipal³.

3 Os outros 25%, somados, correspondem a agropecuária, administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. O cálculo é meu a partir de dados do IBGE. Ver: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-ostras/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

As perguntas foram elaboradas de acordo com o perfil de cada entrevistado. Os dois empresários foram entrevistados presencialmente, cada entrevista levando em consideração aspectos específicos referentes ao ramo de atuação. Os especialistas em recursos humanos foram consultados pela internet e responderam questões envolvendo os processos seletivos regionais e os perfis mais ou menos buscados pelos gestores. Por fim, os servidores municipais também foram contatados pela internet e, por escrito, forneceram informações importantes referentes às políticas públicas, em âmbito municipal, de combate ao desemprego e orientadas à geração de renda. Os demais dados históricos, demográficos e orçamentários sobre o município de Rio das Ostras foram obtidos on-line nas páginas do IBGE, nas páginas da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (PMRO) e por meio de levantamento em publicações, periódicos e repositórios universitários regionais.

1. Dos peixes às plataformas

A região do Rio das Ostras era ocupada por nativos tupi - tamoiós e goitacazes - muito antes da chegada do colonizador; as primeiras construções centrais foram erguidas em meados do século XIX (ver Lima, 1998). Na década de 1940, é inaugurada a Rodovia Amaral Peixoto, fazendo a ligação entre Niterói - então capital do estado do Rio de Janeiro e a Região dos Lagos, terminando no município de Macaé. Toda a região permanece essencialmente rural e pesqueira até 1974, quando é descoberta uma enorme província petrolífera, a chamada Bacia de Campos, dando-se início à exploração de petróleo no Norte Fluminense. Consequentemente, a Petrobras se estabelece em Macaé em 1977 - na ocasião, Rio das Ostras, distrito do município de Casimiro de Abreu, possuía aproximadamente 10 mil habitantes fixos. É nesse período, também, que a quantidade de habitantes na zona rural do futuro município é superada pela população urbana: em 1970, eram 5.600 habitantes na zona rural e 1.067 em área urbana; em 1980, o número de moradores da zona rural cai para 3.890 e o de moradores em área urbana quase sextuplica, alcançando 6.345 habitantes. (Gomes & Quinto Junior, 2010: 143).

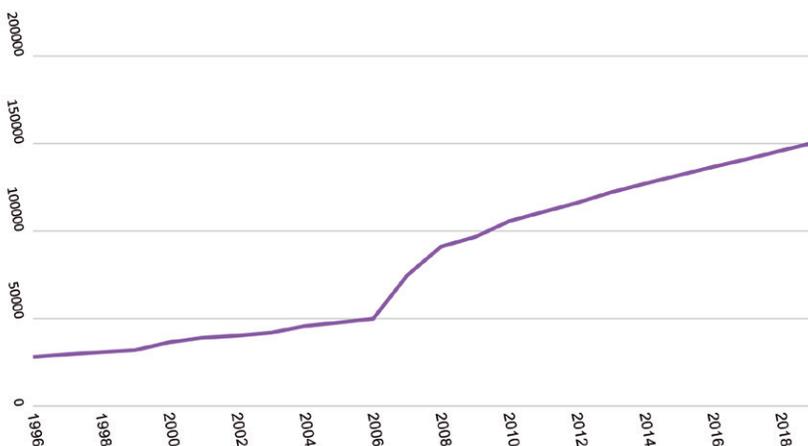
Promulgada em 1988, a nova Constituição Federal passa a garantir aos entes federativos compensações financeiras pela exploração de recursos naturais⁴. Aliadas ao crescimento demográfico, essas perspectivas econômicas justificam a emancipação de Rio das Ostras, em 10 de abril de 1992. Os repasses, chamados royalties, só ocorrem, no entanto, a partir de 1999, graças às determinações da chamada Lei do Petróleo⁵ (9.478/1997). Dá-se início a uma era de prosperidade econômica para toda a região (cf. Silveira et al., 2018).

Os sete anos compreendidos entre a emancipação e os primeiros royalties recebidos podem ser definidos como um período de estruturação. Embora ascendente, Rio das Ostras ainda é uma economia dependente da pesca artesanal, da agricultura e, com praias convidativas e aura bucólica, do turismo sazonal. A região progressivamente se industrializa e cresce demograficamente; o setor de serviços acompanha o processo e se diversifica: as pequenas mercearias espalhadas nos bairros finalmente cedem lugar aos supermercados; toda a orla central, antes exclusivamente residencial, vai aos poucos se transformando em um corredor gastronômico, com restaurantes e lanchonetes; surgem novos hotéis e pousadas. Pouco depois, a Prefeitura Municipal, com os royalties em caixa, começa a reformar a cidade, calçando ou pavimentando as velhas ruas de terra batida, transformando as antigas praças em áreas comunitárias de lazer e urbanizando orlas e acessos às praias.

4 Art. 20. São bens da União: “§ 1o É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração” (Brasil, 1988).

5 Responsável, entre outras coisas, por regulamentar o repasse de verbas compensatórias e pela fundação da Agência Nacional do Petróleo. Íntegra disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm>. Acesso em: 8 jul. 2020.

Gráfico 1 - Crescimento demográfico em Rio das Ostras (1996 - 2019)



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras/IBGE.

Durante toda a década de 1990 o crescimento populacional é constante. O censo do IBGE mais imediatamente anterior à emancipação, em 1991, apontava 16.111 moradores; em 1996, a cidade contava com 28.106; na virada do século, somaria 36.419. O grande surto demográfico municipal ocorreria, no entanto, entre 2000 e 2010, quando passaria desses 36 mil para 105.676⁶ (ver Gráfico 1) – novamente segundo o IBGE (2010), Rio das Ostras foi o município brasileiro que mais cresceu nesse período, em média 11,4% anuais. Todo esse fluxo é uma consequência da oferta constante de vagas no setor *offshore*; muitos migrantes, no entanto, tão logo se estabeleciam, encaravam a realidade: não eram qualificados o suficiente para preencher as vagas oferecidas (ver Araujo, 2005 e Sirelli et al., 2008).

6 Rio das Ostras registrou um crescimento enorme, atípico, entre 2006 e 2008, passando em dois anos de 49.868 para 91.085 habitantes. Contrastando os dados demográficos com o preço médio do barril de petróleo, percebe-se que eles acompanham a forte ascensão da *commodity* no mercado internacional: em janeiro de 2007, o barril era negociado por 53,52 dólares; em julho de 2008, atingiria 132,83 dólares, o valor mais alto alcançado nos últimos trinta anos. Em fevereiro de 2009 registraria forte queda, sendo negociado por 41,42 dólares, o que coincide com o término do período de maior crescimento populacional local. Para conferir os valores, ver: <<https://www.indexmundi.com/pt/preços-de-mercado/?mercadoria=petróleo-bruto&meses=300>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

1.1. Crescimento econômico e demográfico

A história econômica do Norte Fluminense pode ser dividida em três ciclos: “os dois primeiros ligados à produção sucroalcooleira, entre os séculos XIX e início do século XX; e o terceiro ciclo relacionado à exploração e à produção de petróleo e gás, já na segunda metade do século XX, perdurando até hoje” (Gomes & Quinto Junior, 2010: 144). O primeiro ciclo remete às capitanias hereditárias, ao cultivo de cana-de-açúcar para consumo humano e perdura até o fim do século XIX, quando há um forte declínio motivado pela abolição da escravidão. Toda a região entra em franco declínio econômico até 1975, quando, em resposta à crise mundial do petróleo, é instituído o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), incentivando a substituição dos combustíveis fósseis por etanol – concomitantemente, portanto, à descoberta da Bacia de Campos e à instalação da Petrobras na região.

Com a queda do preço internacional do petróleo, aliada ao processo inflacionário brasileiro na segunda metade da década de 1980, o álcool deixa de ser atrativo e muitas usinas fecham as portas, gerando altos índices de desemprego (Silva & Carvalho, 2004 e Araújo, 2005); em contrapartida, conforme apontado anteriormente, a indústria *offshore* cresce significativamente nos anos seguintes. Tradicionalmente rural, a região não possui mão de obra local qualificada para ocupar os postos de trabalho gerados pelo petróleo. Torna-se necessário importar do Rio, de São Paulo e até do exterior especialistas em perfuração, em maquinário, engenheiros e pessoal administrativo. A demanda por trabalhadores especializados começa a movimentar, por sua vez, a construção civil, o mercado imobiliário e o setor de serviços. Consequentemente, o crescimento econômico vertiginoso deflagrado no fim dos anos 1990 começou a atrair também – principalmente para os municípios de Macaé e Rio das Ostras – uma mão de obra *indesejada*, que não se encaixava no sistema produtivo: são trabalhadores jovens, com famílias recém-constituídas, oriundos principalmente de outros municípios do Rio de Janeiro que chegam sem as qualificações regionalmente exigidas, enganados por uma falsa perspectiva de contratação imediata (ver, p. ex., Coutinho, 2013 e Araújo, 2005).

Tabela 1 – Repasse de verbas petrolíferas – estado e municípios produtores
(1999, 2013 e 2016)

BENEFICIÁRIOS	VERBAS PETROLÍFERAS		
	1999	2013	2016
Armação dos Búzios	21.970.295	109.442.902	31.451.076
Arraial do Cabo	2.865.351	58.046.781	37.467.113
Cabo Frio	42.709.302	428.282.784	87.379.610
Campos dos Goytacazes	183.872.947	1.689.802.614	361.930.836
Carapebus	20.380.029	49.029.956	18.942.906
Casimiro de Abreu	19.615.686	157.278.201	34.791.802
Macaé	120.222.038	673.495.510	273.165.398
Maricá	-	197.485.336	352.806.549
Niterói	677.603	179.765.941	272.854.148
Quissamã	51.421.727	123.590.703	41.323.254
Rio das Ostras	68.350.062	423.247.923	87.226.013
São João da Barra	17.297.906	296.339.145	92.291.016
Estado do Rio de Janeiro	815.914.018	10.649.434.205	3.915.929.178

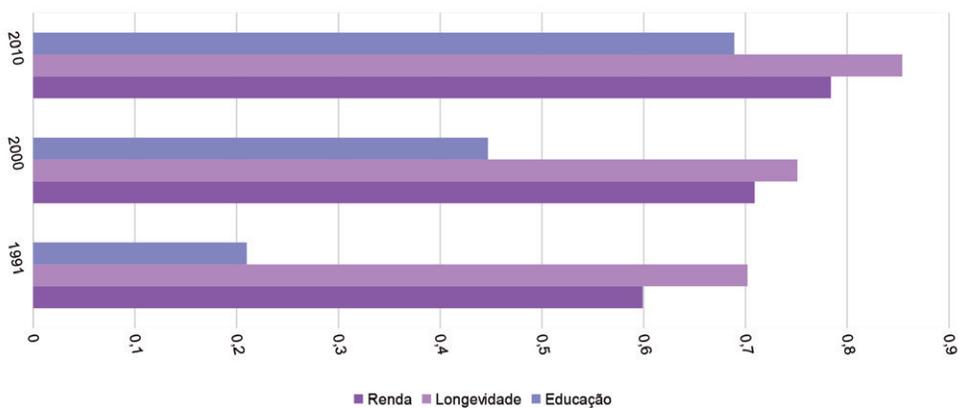
Fonte: Silveira et al., 2018, p. 8.

No entanto, o maior fluxo de entrada de trabalhadores ocorre justamente na primeira década deste século, quando, graças a fatores como o aumento da produção nacional e o preço internacional favorável para o barril de petróleo, o repasse de royalties para os municípios produtores atinge cifras extraordinárias – ver Tabela 1. Com o aumento das verbas petrolíferas – *royalties* somados com eventuais participações especiais – as prefeituras investem em programas sociais e aquecem a economia promovendo obras públicas; muitos trabalhadores sem qualificações específicas são assimilados pelo comércio varejista ou pela construção civil.

Há, ainda, uma preocupação em profissionalizar o recém-chegado. Em 1993, é inaugurada pelo governo federal, em convênio com a Prefeitura Municipal de Macaé, uma Unidade de Ensino Descentralizada (UnED) do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Campos dos Goytacazes em Macaé – atualmente

Instituto Federal Fluminense (IFF) Macaé – com o intuito de oferecer formação técnica nas áreas de turismo, telecomunicações e petróleo e gás para moradores de toda a região. A prefeitura de Rio das Ostras, por sua vez, em 2002, promove um convênio com a Universidade Federal Fluminense para a criação e manutenção do Polo Universitário de Rio das Ostras (Puro) e, em 2004, inaugura o Instituto Municipal de Educação de Rio das Ostras (Imero).

Gráfico 2 - Evolução do IDHM Riostrense (1991-2010)



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras/Atlas Brasil.

Paralelamente, aumentam as ofertas de cursos técnicos particulares em segurança do trabalho ou em salvatagem – requisitos indispensáveis para atividades *offshore*. Assim, o resultado do investimento em educação é muitíssimo positivo. O crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na dimensão Educação, em Rio das Ostras, deixa claro: em 1991, o índice atingia míseros 0,210; o número mais que triplica em vinte anos, para 0,689 em 2010 – ver Gráfico 2.

Os royalties se tornam imprescindíveis para a manutenção de toda a estrutura sociopolítica em Rio das Ostras. Em sentido geral, inclusive, à medida que a cidade cresce, a economia se diversifica, mas ao mesmo tempo ela não consegue estabelecer uma independência orçamentária em relação às verbas petrolíferas. No turismo, por exemplo, perde-se um pouco o perfil sazonal, familiar e de longa duração durante as férias escolares e projeta-se ora para o turismo de negócios, ora para um turismo de eventos culturais, em

tese mais lucrativo; contudo, os eventos do calendário não conseguem se estabelecer de forma autossuficiente e acabam normalmente dependentes de investimento público (ver Sandrini, 2012); a pesca e a agricultura igualmente perdem importância: como veremos mais adiante, o crescimento da indústria *offshore* aparenta, de fato, prejudicar outras atividades.

Essa dependência fica estruturalmente evidente quando a contribuição das verbas petrolíferas para a arrecadação municipal é analisada: em 1999, os repasses respondiam por incríveis 58.6% da receita orçamentária; em 2013, os repasses crescem muito em valores absolutos, mas diminuem na composição orçamentária para 47,1%. Em todo caso, fica indicado que ocorreu um processo de diversificação econômica em Rio das Ostras, mas sem conseguir fomentar qualitativamente outras fontes de receitas; para melhor comparar, o orçamento macaense registra em sua composição, em 1999, 40,1% de verbas petrolíferas – número que, em 2013, cai para “apenas” 24,9% de participação (Silveira et al., 2018, p. 10).

A dependência econômica se torna um problema enorme quando as verbas petrolíferas diminuem drasticamente, acompanhando as crises econômicas e políticas envolvendo a Petrobrás e a queda do valor internacional do barril de petróleo a partir de 2014. Em valores absolutos, em 2013, Rio das Ostras recebeu, em reais, 423.247.923; em 2016, receberia “apenas” 87.226.013, registrando queda de 79,1% nos repasses (Silveira et al., 2018, p. 8). Na esteira, toda a estrutura de apoio à população míngua. Programas sociais são descontinuados e a preservação do patrimônio municipal – incluindo a manutenção dos pontos turísticos e da iluminação pública – é flagrantemente prejudicada. Consequentemente, o esfriamento da indústria atinge também o setor de serviços, postos de trabalho são encerrados e a cidade mergulha em uma crise social e econômica.

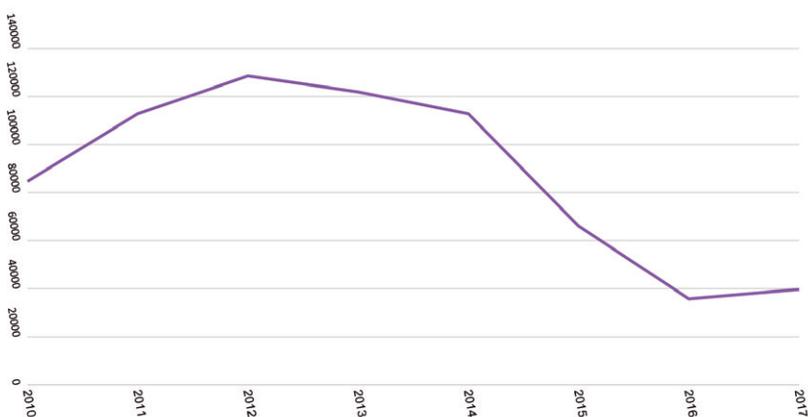
2. Indivíduo, trabalho e cidade...

Recapitulando, são quatro os elementos-chave que, sobrepostos, configuram o atual contexto socioeconômico riostrense: (1) o crescimento demográfico eufórico e desordenado a partir da atividade industrial, sobretudo entre 2005 e 2010; (2) uma economia muito dependente da indústria do petróleo e dos repasses de royalties;

(3) o somatório de crises: a queda no preço do barril de petróleo no mercado internacional (2014), as turbulências políticas e econômicas nacionais os seus desdobramentos na indústria *offshore* (2014 e 2015); e, mais recentemente e ainda não objetivamente mensurada, (4) a provável retração econômica desencadeada pelo coronavírus (2020).

Vale examinar, ainda, um último aspecto geral. As consequências negativas na população ficam ainda mais óbvias quando observamos a curva do PIB *per capita* no município (ver Gráfico 3) – ela é ascendente até 2012, oscila negativamente em 2013 e 2014 e cai drasticamente em 2015 e 2016, oscilando positivamente em 2017 – há, portanto, uma queda muito acentuada entre 2012 e 2016: o produto interno bruto *per capita* cai, aproximadamente, surpreendentes 67% no período.

Gráfico 3 - PIB municipal per capita [R\$] (2010-2017)



Fonte: IBGE Cidades.

Muito embora Rio das Ostras ainda possua atualmente uma população predominantemente jovem – 57,6% da população com idade entre 15 e 49 anos⁷ –, a participação de indivíduos acima dos 60 anos nas estruturas etárias cresce progressivamente em números absolutos, registrando aparente estabilidade proporcional⁸

⁷ No Brasil cerca de 53,6% da população tem entre 15 e 49 anos. Os cálculos percentuais são meus; as projeções estão disponíveis, em números absolutos, em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

⁸ Em 1991, indivíduos acima dos 60 anos respondiam por 6,83% do contingente

na última década. Assim, é interessante reiterar: o trabalhador que chegou na cidade à procura de emprego entre 2000 e 2010, período de maior crescimento demográfico, *envelheceu* ou *está envelhecendo*; agora, afetado por sucessivas crises, parte-se do pressuposto de que esse indivíduo, eventualmente em busca de recolocação, somaria a idade como um novo problema no cômputo de restrições às vagas abertas.

No mais, trata-se de um perfil especificamente interessante porque engloba aspectos estruturais e conjunturais. Estruturais porque ele reflete o envelhecimento da população brasileira (Garrido & Menezes, 2002), incorporando a idade como um obstáculo para a contratação (cf. Goldani, 2010 e Loretto, Duncan & White, 2002), e conjunturais graças às especificidades do contexto local: após um período de intenso crescimento econômico, o trabalhador está agora imerso em um cenário de profunda recessão. Mas e quem são, afinal, essas pessoas que chegaram acreditando na promessa de um futuro profissionalmente estável e materialmente confortável e acabaram envolvidas, envelhecidas, em um turbilhão de crises?

Levando em consideração o assustador crescimento populacional urbano do município, não é nada surpreendente constatar que todos os entrevistados fixaram residência em Rio das Ostras nos últimos vinte anos. Isto é, não há, entre os informantes, nenhum nativo, nenhum indivíduo nascido ou criado na cidade: todos chegaram durante ou após o embalo dos royalties. Salvo duas únicas exceções – Sara⁹, nascida no Maranhão, e Débora, de Minas Gerais – todos os demais indivíduos são fluminenses, sendo oito provenientes da Região Metropolitana do Estado, dois da Região Norte-Fluminense e um da Região do Médio Paraíba; seis entre eles possuem ensino superior completo, outros quatro possuem ensino médio (ou médio e técnico) e três entrevistados contam

demográfico municipal; em 2000, por 8,33%; em 2010, 8,71%. Em 2019, estima-se que indivíduos acima dos 60 anos ocupem a mesma fatia de 8,71% no quadro populacional. Os dados absolutos são do IBGE (2010) e da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras; os cálculos percentuais são meus.

9 A identidade dos informantes foi preservada e substituída por pseudônimos. No que diz respeito às falas, as informalidades e/ou as reticências excessivas foram amenizadas e, em alguns poucos casos, pequenos fragmentos de entrevistas foram aglutinados em uma citação maior. Ressalta-se que todas as entrevistas cumpriram rigorosamente normas de adequação sanitária referentes à emergência do coronavírus.

apenas com ensino fundamental – ver Tabela 2.

Tabela 2 - Perfil dos entrevistados

Informante	Idade	Naturalidade	Último emprego	Escolaridade	Ano de chegada
Curio	58	Duque de Caxias (RJ)	Vendedor	Fundamental	2005
Débora	56	Muriae (MG)	Costureira	Fundamental	2010
Elisa	61	Rio de Janeiro (RJ)	Especialista Importações	Superior Matemática	2006
Emilio	48	São Gonçalo (RJ)	Motorista	Médio	2014
Henrique	60	Niterói (RJ)	Analista de Contratos	Superior Direito	2001
Hilton	57	Macaé (RJ)	Eletricista	Médio/Técnico	2010
Joel	63	Barra do Pirai (RJ)	Notário	Superior Direito	2001
Lidia	57	Nova Iguaçu (RJ)	Coordenação Administrativa	Superior Fonoaudiologia	2006
Luciana	54	Niterói (RJ)	Assistente Financeira	Médio	2001
Paloma	45	Rio de Janeiro (RJ)	Auxiliar Administrativa	Médio/Técnico	2007
Prestes	56	Niterói (RJ)	Professor	Superior (Pós) Biologia	2017
Sara	58	São Luís (MA)	Professora e Cuidadora	Superior Pedagogia	2005
Selma	52	Campos dos Goytacazes (RJ)	Cozinheira	Fundamental	2009

Ainda sobre a composição da amostra, resalto que todos os entrevistados estão economicamente situados nas camadas médias e possuem em geral uma rede de apoio articulada, contando com a ajuda de amigos e, principalmente, da família (os

mais novos dos pais, os mais velhos dos filhos); apesar do desemprego e da queda nos padrões de vida, não entrevistei nenhum informante em situação de pobreza – ao contrário do que ocorre, por exemplo, no estudo de Maria Alice Coutinho (2013), voltado à assistência social no município. Em alguns casos, como veremos adiante, o patrimônio acumulado durante o período de crescimento econômico foi determinante para o enfrentamento do período de desemprego.

Quanto aos motivos de chegada é possível dividi-los em dois grupos¹⁰ – (1) aqueles que foram recrutados por empresas, que vieram transferidos e chegaram, portanto, com emprego garantido e (2) aqueles que chegaram sem garantias, à procura de oportunidades. O primeiro grupo corresponde aos funcionários ligados ao setor *offshore*, transferidos das matrizes no Rio de Janeiro ou recrutados para suprir a carência de mão de obra local especializada; são profissionais com perfil técnico, formação específica e que se estabeleceram na cidade recebendo salários e benefícios satisfatórios¹¹. Os entrevistados que se enquadram nessa categoria em geral passaram longos anos em uma ou duas empresas, foram demitidos com a crise do setor e desde então procuram recolocação.

O segundo grupo é composto de trabalhadores que chegaram na cidade dispostos a recomeçar, geralmente inspirados pelo sucesso de um parente ou amigo que migrou antes; são profissionais com formação variada, ou pouco instruídos ou graduados em áreas com pouco apelo regional. Alguns informantes tentaram empreender e sofreram reveses significativos com o esfriamento da economia, precisando retornar ao mercado na condição de funcionários; outros chegaram e conseguiram se estabelecer no setor de serviços também até a recessão e desde então procuram

10 Débora e Hilton são as exceções à regra. Casados, moravam na cidade vizinha, Macaé, e justificaram a mudança de domicílio por facilitar o acesso da filha ao Polo Universitário de Rio das Ostras (Puro) da Universidade Federal Fluminense. Débora e Hilton continuaram trabalhando em Macaé até enfrentarem as respectivas demissões, poucos anos depois de se estabelecerem em Rio das Ostras.

11 “Eu tinha um bom salário [...], plano de saúde, alimentação, carro. Quando me transferiram, primeiro fiquei em um hotel em Macaé, não me acostumei, precisava trazer a família, aí me ajudaram a alugar em Rio das Ostras, a firma pagou. Depois eu acabei comprando a casa. [...] Tinha essa política, valorizavam, chegou muita gente nessa época na mesma situação. [...] Meu setor era quase todo transferido, na escola do meu filho quase toda a turma chegou de fora na mesma época.” (Henrique, 60 anos).

alternativas. Ao contrário do que ocorre entre os indivíduos no primeiro grupo, os trabalhadores do segundo grupo circulam mais entre empregos, normalmente acumulando experiências profissionais diversas¹².

Os resultados que obtive a partir das entrevistas corroboram alguns resultados obtidos anteriormente por Maria Alice Coutinho (2013: 62): os entrevistados se estabeleceram na região principalmente à procura de trabalho, mas, além da questão profissional, há uma esfera determinada a partir de relações pessoais – família ou amigos ambientados por perto. No mais, percebi ainda que, em geral, as falas refletem uma separação clara entre Rio das Ostras e as cidades vizinhas no que diz respeito à “qualidade de vida” – expressão que os entrevistados utilizam em sentido genérico para englobar fatores como tranquilidade, proximidade com a natureza e a possibilidade de bem criar os filhos.

Levando em consideração a concentração da indústria *offshore* principalmente em Macaé, Rio das Ostras se consolida como uma cidade dormitório (ver Gomes & Quinto Júnior, 2010, p. 150). Os informantes que chegaram à região na época deixam claro a dicotomia: Rio das Ostras para morar e Macaé para trabalhar¹³. Entende-se que os entrevistados que efetivamente trabalharam em Macaé o fizeram em âmbito *offshore* ou corporativo; os profissionais mais ligados ao setor de serviços permaneceram em Rio das Ostras e encontraram no início boa empregabilidade, decaindo à medida que a mão de obra disponível aumenta.

Quase todos concordam que Rio das Ostras sofre muito

12 Em alguns casos, são indivíduos com nível superior. É interessante constatar que a fonoaudióloga Lídia trabalhou como administradora em uma escola e que o bacharel em direito e escrivão de cartório Joel foi assistente administrativo e assistente de produção.

13 Henrique conta que se estabeleceu com a família em Rio das Ostras em 2001. Registra que levava da porta de casa até o trabalho, no centro de Macaé, cerca de duas horas, de carro, “para rodar uns quarenta quilômetros”. Não cogitou, no entanto, permanecer na cidade vizinha; considerava Rio das Ostras um lugar mais agradável para criar os dois filhos adolescentes. Elisa chegou na região transferida do Rio, ficou onze meses em Macaé e não se adaptou; seguindo o conselho de uma amiga, mudou-se para Rio das Ostras: “Macaé não é bom para morar, é bom para trabalhar”. Lídia primeiro tentou Macaé, depois Bom Jesus do Itabapoana, e, por fim, chegou em Rio das Ostras em 2005: “Tentei Macaé, não gostei. Fui para Bom Jesus, gostei, mas era morto para trabalhar [...] Voltei para Macaé, muito triste, para trabalho. Aí cheguei em Rio das Ostras e fui ficando...”

claramente um processo degenerativo – refletido principalmente no meio ambiente, na má conservação do patrimônio público, na segurança pública e nos eventos turísticos e culturais. O turismo aparece como um aspecto importante para os entrevistados no que se refere à geração de renda: os meses de veraneio, os feriados prolongados e os eventos culturais locais são positivamente recordados como bons momentos para fazer dinheiro ou conseguir trabalho; o “empobrecimento”¹⁴ do calendário de eventos diagnosticado em alguns relatos exemplifica o que as estatísticas apresentadas no capítulo anterior detectam em sentido amplo: a dependência de vários setores da economia municipal em relação ao repasse de royalties. Nesse sentido, é interessante reparar que o frequentador mais tradicional, veranista, foi afastado – possivelmente graças ao impacto ambiental, à urbanização desordenada¹⁵, ao aumento da criminalidade – e substituído por um turista mais pontual, de negócios ou entretenimento¹⁶ – frequentador de festivais musicais e gastronômicos, bailes de carnaval, festas de ano-novo. Tentou-se fomentar o turismo com políticas públicas, substituindo o turismo de veraneio ou de segunda residência por um turismo de eventos ou de negócios. Esses eventos, por sua vez, não se tornaram financeiramente independentes e também acabaram condicionados ao

14 Por exemplo: “[Eu] conseguia ganhar [dinheiro]. Tinha um calendário bom, eu fazia basicamente Rio das Ostras e outros eventos grandes em São Paulo, Barretos. Mas aqui era fechadinho, todo mês tinha alguma coisa, lembra? Até novembro. Aí, entrava o verão e eu trabalhava na praia. Vendia biquíni, filtro solar, chapéu, tudo na areia. [...] Estive [vendendo] pela última vez no verão de 2019. Agora eu tenho concorrência, muitas lojas. E caiu o movimento também, o dinheiro parou de circular com a crise. [Então] mesmo antes do corona, já não dava mais não. Quem é que não gosta de comer um bacalhau num restaurante, uma picanha, de ficar na areia petiscando, bebendo? Mas se o dinheiro diminui, tem que garantir o de casa primeiro.” (Curió, 58 anos).

15 Preocupações elencadas, por exemplo, por um então Diretor do Departamento de Turismo da antiga Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, entrevistado por Marina Sandrini (2012).

16 O perfil do turista que chega à cidade é de “baixo poder aquisitivo e que, por essa razão, não utiliza os meios de hospedagem, preferindo alugar por casas ou apartamentos por temporada para serem ocupados por grupos de pessoas. Esse mesmo público acaba por não estabelecer uma relação de consumo com os restaurantes locais ou mesmo com os quiosques, reduzindo os impactos econômicos positivos” (PMRO apud. Sandrini, 2012, p. 28), sendo necessário fomentar eventos específicos, como o internacionalmente reconhecido Festival de Jazz e Blues de Rio das Ostras, com o intuito de atrair um visitante com maior poder aquisitivo.

repassa de royalties (cf. Sandrini, 2012, pp. 43-44). Assim, em outras palavras, por um lado a vocação turística tradicional da cidade – sol e praia, mas também sentimento de comunidade e um certo bucolismo – é desestruturada pelo setor industrial e, por outro, a queda na arrecadação inviabiliza o calendário de eventos.

Todos os entrevistados parecem reconhecer essa dependência de royalties e, não obstante a área de atuação, condicionam ao menos parcialmente o próprio desemprego aos maus momentos vividos pela indústria do petróleo, como um efeito em cascata. Os diretamente envolvidos com o setor, no entanto, verbalizam com mais precisão o início da crise, sentiram primeiro os seus efeitos:

Em 2014. Nós perdemos vários benefícios e alguns privilégios. [...] Antes nós solicitávamos carros todos os dias, [valia para] todos os funcionários da base [em Macaé]. Se tivesse alguma atividade na sede [no Rio], solicitávamos o carro e o motorista ficava à disposição, cada funcionário com o seu. Um dia a ordem mudou, nós passávamos uma lista com os nomes dos colegas que iriam para o Rio, eles enchiam os carros e cada um tinha horário para sair e para voltar, quase sempre três ou quatro funcionários por carro. Até cortarem definitivamente, passaram a pagar a passagem de ônibus e olhe lá. [...] Pouco tempo depois eu fui demitida, no auge da crise. Esvaziaram quase todo o meu setor. Tinha onze anos de casa. Na época, não fiquei muito tempo desempregada, mas o outro emprego me pagava muito menos do que eu ganhava antes. (Elisa, 61 anos)

Cronologicamente, os relatos sugerem um intervalo especialmente difícil, compreendendo cerca de dois ou três anos após os primeiros sinais supracitados no destaque. Em alguns casos, sobretudo entre os mais velhos, o período remete à última experiência formal dos entrevistados no mercado de trabalho e, conseqüentemente, à primeira experiência longa – de muitos meses ou anos – em busca de recolocação na região, mesmo os que mais circulavam entre empregos com alguma facilidade. Em alguns casos, os entrevistados indicam o acirramento das disputas pelos postos de trabalho e só então percebem o surgimento de uma nova e difícil situação: a conjugação entre envelhecimento e recolocação.

2.1. A idade como obstáculo

São dois os principais pontos críticos, portanto: em primeiro lugar, logicamente, a idade. Em segundo, a falta de “conhecimento” ou de “indicações” na cidade. O primeiro desafio foi compreender, graças às diferenças entre os informantes, o que significa exatamente “procurar um emprego” para cada um deles. Assim, é importante indicar – assumindo “que o desemprego é uma construção subjetiva” e que “é necessário que os indivíduos se autorreconheçam como tais e acorram às instâncias de reconhecimento institucional do desemprego” (Guimarães, 2002, p. 111) – que todos os entrevistados autodefinem-se como desempregados e afirmam-se à procura de trabalho formal.

A procura por um emprego reflete de fato, malgrado atividades autônomas esporadicamente e pragmaticamente exercidas para garantir o próprio sustento, uma busca por benefícios, salários e outras seguranças. No entanto, grosso modo, a ênfase na procura em si difere entre os entrevistados, subdividindo-os em duas subfaixas etárias: (1) indivíduos entre 45 e 55 anos e (2) indivíduos entre 55 e 65 anos. No geral, os informantes mais jovens insistem na procura por um emprego formal, enquanto os mais velhos estão claramente desenganados: são mais flexíveis, dispostos a empreender e estão menos preocupados com formalidades e benefícios. Em outras palavras, desenganados em relação à empregabilidade na região, os entrevistados mais velhos reconhecem as intensas restrições etárias impostas pelos gestores e empregadores e, resignados, dedicam-se mais firmemente às saídas informais.

Os informantes mais jovens – inseridos no que chamei, antes, de primeira subfaixa etária, entre 45 e 55 anos – estão efetivamente preocupados com o médio prazo, com o tempo de contribuição para a aposentadoria e com benefícios possivelmente oferecidos pelos empregadores, como plano de saúde e vale alimentação. Os informantes enquadrados nessa primeira subfaixa etária (Emílio, Luciana e Paloma, por exemplo) ainda possuem dependentes – filhos em idade escolar ou universitária que necessitam de suporte financeiro – e também enfrentam em menor escala os efeitos do envelhecimento, ainda conseguem articular algumas redes de contato e são mais dinâmicos no que diz respeito à procura de vagas.

Enumerando obstáculos e estratégias, os informantes mais jovens consideram-se mais dependentes das redes de sociabilidade, adotando como tática de reinserção contatos próximos, recomendações de amigos e parentes a empregadores em potencial. A título de breve comentário, há uma extensa e clássica bibliografia sobre a articulação de redes de contatos pessoais em relação à procura de emprego. Parte-se por exemplo de Karl Polanyi (2001), quando ele sugere que a economia pré-capitalista não é uma esfera autônoma, que há um *englobamento*¹⁷ das atividades econômicas pelo contexto sociocultural; assim, os valores, normas e laços de afinidade ou de parentesco ocupam um espaço determinante nas estratégias de sobrevivência traçadas pelos indivíduos. A discussão ganha a contemporaneidade, nos Estados Unidos, com os argumentos de Mark Granovetter (1985), que aplica o englobamento também às sociedades de mercado, observando uma série de transações comerciais e concluindo que a economia atual continua fortemente influenciada pelas relações pessoais. Assim, a procura por recolocação no mercado de trabalho acaba diretamente dependente, também de acordo com Granovetter (1995), do cultivo de boas relações – ou, nas palavras dos nossos informantes, pelo “conhecimento” de pessoas capazes de articular novas vagas e influenciar empregadores.

Resumidamente, entende-se que “são as redes de sociabilidade, estabelecidas na esfera da vida privada, o mecanismo que ombréia com o esforço solitário da prospecção junto aos possíveis contratantes” (Guimarães, 2002, p. 133). Examinar mais especificamente a influência das relações pessoais na procura de emprego em âmbito local, no entanto, ultrapassa em muito o escopo deste artigo¹⁸ – dei-

17 O termo originalmente empregado por Polanyi, *embeddedness*, é de difícil tradução e normalmente aparece transcrito, em português, como *imersão* ou *incrustação*. Opto, no entanto, pelo termo *englobamento* levando em consideração a sua utilização pelo antropólogo francês Louis Dumont, autor fundamental para a compreensão de tradições relacionais – e referência que faz jus, ainda que de forma implícita, à questão desenvolvida no parágrafo. Para mais informações, ver, p. ex., Dumont, L. *Homo hierarchicus*: o Sistema de Castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992, p. 129.

18 Para ilustrar melhor o dado, no entanto, registro a posição dos contratantes: um deles estipulou em 50% o peso de uma boa indicação – complementados por 25% da formação e 25% da experiência – para contratação via processo seletivo na área *offshore*. Um outro empregador local, dono de um restaurante, confirmou: ele mantém no escritório duas pastas, uma *quente* e a outra *fria*. A *quente* é composta de currículos de terceiros,

xo-a apenas indicada, portanto, registrando-a em sua importância, para me concentrar no fator que mais diretamente interessa à pesquisa: no que diz respeito à idade, quase todos os entrevistados, independentemente da subfaixa etária, citam espontaneamente o próprio envelhecimento como um elemento prejudicial na disputa por postos de trabalho¹⁹.

O contexto local não difere muito de outras realidades e está razoavelmente coberto, portanto, também pelos diagnósticos e argumentos de Ana Maria Goldani (2010, p. 386) sobre a relação entre trabalho e processo de envelhecimento: identifica-se que os indivíduos entrevistados sofrem ou sofreram, a partir de certa idade, discriminação etária (ou “idadismo”) no que se refere à procura por recolocação profissional: Joel (63), Prestes (56) e Selma (52) são os entrevistados mais taxativos, afirmam que é praticamente impossível conseguir um emprego após os cinquenta. E mesmo alguns entrevistados mais jovens refletem a preocupação – por exemplo, a auxiliar administrativa Paloma (45) foi recentemente preterida em dois processos seletivos e afirma ter “certeza” de que a idade dos concorrentes, “na casa dos vinte [anos]”, foi decisiva para a sua desclassificação, mesmo apontando a experiência como um diferencial a seu favor. Confrontada com essas falas dos entrevistados, uma especialista local em recursos humanos, muito atuante no setor *offshore*, confirma a prática – ocorrida quase sempre nas *entrelinhas*:

Esse dado [preferir por idade] é muito velado nas organizações, porque não pode haver discriminação. Mas nas entrelinhas a gente entende quando o gestor quer alguém mais jovem, ou homens, pessoas sem filhos. Isso nunca é dito diretamente, mas existe. [...] Só em uma empresa isso [a idade] foi uma questão [direta] pra

encaminhados por intermédio dos funcionários da casa; a *fria*, de pessoas totalmente externas, sem vínculos com o restaurante. O empregador justifica o sistema sugerindo confiar mais nas indicações dos próprios funcionários, atribuindo-lhes responsabilidade pelas eventuais contratações intermediadas, “para bem ou mal”.

19 Apenas dois informantes – a educadora Sara e a costureira Débora – não elencaram a idade como um dos principais obstáculos enfrentados em busca de recolocação profissional no município. Sara interpreta a questão por um viés mais estritamente político, sugerindo que o desemprego no município é reflexo de más escolhas em âmbito eleitoral; em contrapartida, Débora afirma sofrer as consequências de uma timidez excessiva, que a prejudica no contato com possíveis empregadores.

mim, da diretora do RH me perguntar como eu contratei uma mulher de 50 anos. [A contratada] ficou [no emprego] por um tempo porque eu e a coordenadora bancamos. Mas na primeira oportunidade foi desligada.

Entre os relatos, repara-se ainda que a segregação por idade é assinalada de forma mais recorrente entre os ex-funcionários corporativos. Para alguns entrevistados, ainda afeitos à antiga fatura regional, disputar uma vaga com vários outros candidatos era algo incomum. Luciana, por exemplo, transitou com relativa facilidade entre cinco empregos desde que chegou à cidade, em 2001, mas não consegue novas oportunidades há três anos; Elisa, por sua vez, trabalhou em duas grandes multinacionais a convite, mas agora enfrenta as agruras dos processos seletivos em alegada desvantagem:

O meu penúltimo processo [seletivo]. Empresa grande, em Macaé. Você vê, hoje eu tenho 61, então eu estava com 59. Toda aquela dinâmica, cada um se apresenta, uma coisa meio constrangedora, até. Eu sou licenciada em matemática, não falo inglês fluente, só o básico, mas trabalhei toda a vida com importações. Os jovens, todos arrumadinhos, sorriso no rosto para os recrutadores, bacharelado, MBA, cursos de verão nos Estados Unidos. Eu cursei matemática! Não tenho pós-graduação. Mas vai lá, onze anos em uma empresa [multinacional], sete em outra. Quando eu contei as minhas experiências, os olhos dos garotos cresceram [se arregalaram]! [...] Não adiantou. Valeu mais o jovem sem experiência, com MBA na FGV. [...] E, quando eu fui demitida, colocaram uma menina no meu lugar gerenciando. Primeiro problema, ela me ligou, me pediu ajuda. Imagina o tamanho do prejuízo, um carregamento parado há semanas sem conseguir a liberação. Milhões! Aí não há MBA que funcione, tem que saber lidar com o fiscal. E isso, eu sei. (Elisa, 61 anos)

O fragmento revela ainda outra perspectiva razoavelmente recorrente que, devido às limitações de escopo, não poderei trabalhar a fundo – a dicotomia entre formação teórica e experiência. Julgo importante deixar indicado, todavia, que alguns entrevistados sobrevalorizam a experiência em detrimento de especializações. Assim, vale destacar que o espaço perdido no mercado de trabalho é atribuído em certo sentido menos ao próprio envelhecimento, eventualmente apontado como benéfico, como um

somatório de experiências relevantes, e mais à predileção injusta dos gestores pelos jovens.

Quando são induzidos a comentar possíveis políticas referentes à inclusão de profissionais “mais velhos” no mercado de trabalho, alguns indivíduos entre os mais escolarizados – como Elisa e Lídia – sugerem a criação de um programa similar aos dedicados à formação profissional dos jovens, à obtenção do primeiro emprego: “Se existe um ‘jovem aprendiz’, por que não um ‘velho aprendiz’? [...] O.k., então um ‘velho professor’? Por que não um programa que incentive à contratação de funcionários [seniores] para formar mão de obra jovem [especializada]? Eu gostaria bastante” (Elisa, 61 anos). Na mesma linha, a fonoaudióloga Lídia vê com bons olhos a inclusão de indivíduos seniores em cargos de mentoria: “Eu adoro trabalhar com jovens! Adoro participar, tomar decisões, adoro a correria, me sinto renovada! Por que não? Ensinaria de bom grado o que eu sei!” (Lídia, 57 anos).

Por fim, as sucessivas recusas atribuídas ao envelhecimento estimulam um certo ressentimento, eventualmente direcionado aos empregadores, recrutadores e concorrentes. Vale constatar que os entrevistados se estabeleceram na cidade com, em média, 43 anos e, igualmente em média, há 12 anos – coincidindo com o momento de crescimento mais intenso.

Eram indivíduos já experientes, portanto, que empreenderam um movimento migratório à procura de melhores condições e inicialmente as encontraram. Resumidamente, as sucessivas portas fechadas refletem individualmente muito mais do que crises econômicas: em certo sentido, elas simbolizam uma espécie de ingratidão, um sentimento de descarte marcado pelo desinteresse do mercado nas pessoas que antes contribuíram ativamente para a geração de riqueza. Sobretudo entre os informantes mais velhos, é a partir das muitas portas fechadas no mercado formal que encontram as saídas e elaboram as perspectivas observadas a seguir.

2.2. Estratégias e alternativas

Entre os treze entrevistados sem benefícios ou aposentadorias²⁰,

20 Uma única entrevistada está aposentada: Elisa. Para a informante, a procura por um

oito não estão atualmente envolvidos em atividades informais. Entre eles, três avaliam e pretendem investir no curto prazo em alternativas informais condizentes com o próprio perfil; dois indivíduos são apoiados pela família enquanto requerem judicialmente benefícios indeferidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); um aguarda para requerer a aposentadoria; uma informante dedica-se à casa enquanto procura emprego formal e conta com o apoio do cônjuge para voltar a estudar; e, por fim, um último indivíduo sente-se seguro com rendimentos patrimoniais e dedica-se exclusivamente à procura por recolocação.

São nove os entrevistados, portanto, que ou encontraram uma alternativa autônoma constante, ou estão se sustentando com “serviços” esporádicos ou estão planejando²¹ investir tempo e recursos em alguma atividade realizável por conta própria.

Entre eles, apenas duas entrevistadas, Selma e Lígia, encaram o “autoemprego” de uma forma mais positiva. Elas dedicam muito esforço e tempo ao crescimento do pequeno negócio (em ambos os casos, envolvendo produção e entrega de alimentos), estão fortemente presentes nas redes sociais – Lígia, que gerencia um serviço de bufê especializado em confeitaria, foca a imagem, o Instagram; Selma, que aposta em um delivery de comida caseira, possui listas de transmissão diariamente atualizadas no WhatsApp – e afirmam estarem satisfeitas com os produtos que oferecem e com os retornos obtidos.

Selma tem uma trajetória interessante: era dona de casa e começou a trabalhar tardiamente, após o divórcio; já em Rio das Ostras, foi recepcionista em pousadas, atendente de mesa e assistente de cozinha em restaurantes. Nunca trabalhou com carteira assinada e, então, não tem acesso às vagas que exigem experiência comprovada. Lamenta, ainda, não ter insistido mais na formação escolar quando era mais jovem; criou, no entanto, dois filhos e hoje possui

emprego é uma forma de complementar a renda e se manter ocupada. Trata-se de uma exceção em relação aos outros.

21 A costureira Débora ganhou, na semana anterior à entrevista, uma máquina de costura do marido Hilton e estava considerando começar a produzir por conta própria; a pedagoga Sara pretende coordenar, caso consiga apoio político, um projeto social em âmbito municipal envolvendo crianças em situação de risco; Luciana, por sua vez, cogitava investir “o que sobrou” da última rescisão contratual em moda íntima, no atacado, para revender na internet.

uma neta. A filha mais velha auxiliou financeiramente na criação do pequeno negócio. Selma – que afirma ser “impossível” conseguir um emprego depois dos cinquenta e sem qualificações comprovadas – demonstra-se contente em trabalhar por conta própria, gerindo todos os aspectos da atividade.

Para Selma e Lígia, embora declarem-se “desempregadas”, o desemprego assume uma outra conotação, mais definitiva, orientada ao crescimento individual – isto é, trabalhar para si, e não para os outros (cf. DaMatta, 2003) –, diferente daquela assumida para os outros sete entrevistados, que em geral sugerem mais claramente que as alternativas encontradas são meros improvisos surgidos com a dificuldade de acesso ao mercado formal. Assim, o desemprego e as atividades realizadas com o intuito de apaziguá-lo são mais categoricamente assumidas como uma *viração* – termo originalmente empregado por Vera Telles (2006) para sugerir “atividades que transitam entre trabalho ilegal, trabalho informal, trabalho temporário, trabalho em domicílio, emprego doméstico; resumindo, os ‘bicos’ e as ocupações precárias” (Abílio, 2011, p. 16).

Interessantíssima também de um ponto de vista semântico, a “viração” de Telles é uma forma popular recorrentemente empregada, à brasileira, para sugerir uma informalidade indesejada. As virações ganham a fala de Curió, por exemplo, para justificar o somatório das atividades por ele exercidas: “cada um se vira como pode!”.

E alguns “se viram” em múltiplas frentes. Emílio, que mora com os pais desde o divórcio, era motorista contratado por uma empresa, transportava cargas entre o estado do Rio e o Nordeste do país. Demitido no início da pandemia de coronavírus e preocupado com o sustento do filho, um menino de oito anos, juntou as verbas rescisórias e vendeu o próprio carro para se garantir; com o carro do pai, fez cadastro nos aplicativos de transporte privado e de carona compartilhada. No mais, faz “bicos” como pintor acompanhando um amigo e, na época da entrevista, considerava comprar uma pequena carreta para começar um serviço local de fretes e mudanças.

Curió é ator e vendedor ambulante, chegou em Rio das Ostras com uma companhia de teatro amador e se encantou com a cidade. Trabalhou muitos anos em lojas, mas há alguns anos não consegue nenhuma “boa” oportunidade formal; desde então, trabalha

vendendo mercadorias variadas em todos os eventos locais, mas cobre também alguns eventos de grande porte no estado de São Paulo, como Barretos e alguns eventos sertanejos. Afetado o calendário de eventos pela epidemia de coronavírus, Curió aprendeu a manufaturar máscaras faciais e as vende nas ruas, cada uma custando entre cinco e dez reais. Com 58 anos e preocupado com o futuro, contribui para a Previdência por conta própria e deve se aposentar dentro de “uns três ou quatro anos”. Afirma, no entanto, que não deixará de trabalhar em eventos, mas “diminuirá o ritmo” e passará mais tempo em casa com a esposa.

Resumindo o que foi dito até agora, conclui-se que, entre os entrevistados, empreendem os mais inseguros em relação ao momento. Entre os mais seguros, menos preocupados em garantir o sustento com “virações”, estão, notadamente, aqueles que possuem maior escolaridade e que mais acumularam patrimônios ou garantias. São eles também que possuem as redes de apoio mais estruturadas – que podem contar sobretudo com a família, com os cônjuges e os filhos. Assim, para estas pessoas, as principais ocorrências negativas relacionadas ao desemprego refletem principalmente uma queda no padrão de vida, como, por exemplo, a substituição de alguns serviços particulares pelos públicos ou o acúmulo de dívidas pontuais – sem comprometer diretamente o próprio sustento, por exemplo em sentido alimentar.

Na outra ponta da tabela estão os “empreendedores” – indivíduos que necessitam de uma saída mais imediata, que não possuem redes de apoio tão bem estruturadas e/ou cujo patrimônio não é suficiente para cobrir as despesas cotidianas ou fundamentais; esses informantes procuram alternativas autônomas e as desenvolvem conforme suas aptidões individuais. Podem ser divididos em dois subgrupos: um menor, composto de pessoas que empreendem, de fato, com o intuito de consolidar um negócio, e um maior, refletindo os que adotaram atividades autônomas (as virações propriamente ditas) graças à falta de oportunidades no mercado formal. Há, ainda, entre os “empreendedores”, uma outra divisão possível, claramente marcada pela idade: os mais jovens “empreendem” ou autoempregam-se em atividades diversas de forma provisória, enquanto procuram emprego ativamente; os mais velhos, já na casa dos sessenta ou em vias de atingi-la, desenganados e conformados, assumem as “virações” como atividades

definitivas enquanto não somam tempo de contribuição ou a idade mínima para solicitar a aposentadoria.

Por fim, a título de esclarecimento, ressalto que apenas Elisa e Curió tentam empreender diretamente aproveitando vocações regionais específicas, como o petróleo ou o turismo. Elisa, aproveitando a experiência na área de importações, fundou uma consultoria; o empreendimento fracassou logo no início e a informante acabou amargando uma dívida relativa a questões tributárias. Curió, como vimos, acompanha com assiduidade o calendário municipal de eventos e costuma trabalhar nas praias durante o verão. O ambulante está inscrito, ainda, em um programa municipal chamado “Renda Alternativa”, que, entre outras vantagens, autoriza os munícipes cadastrados a trabalhar nas praias e cria um banco de dados utilizado pela Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (Sedtur) para oferecer postos de venda durante eventos apoiados pela prefeitura.

3. Futuros possíveis...

O IBGE divulga anualmente dados referentes à expectativa de vida do brasileiro, sempre referentes ao ano anterior, nas chamadas Tábuas Completas de Mortalidade. Essa expectativa varia de acordo com a faixa etária – ou seja, um indivíduo que hoje tem 20 anos terá um tempo médio de vida distinto de um outro indivíduo que acabou de nascer. Em 2019, dados referentes a 2018 apontavam que a expectativa de sobrevida de um brasileiro com 45 anos era em média de mais 35 anos de vida; aos 65, de mais 18.8 anos. Pragmaticamente, segundo a projeção de sobrevida do IBGE em 2019²², todos os informantes que contribuíram para a realização desta pesquisa possuem, no mínimo, mais dezenove anos de expectativa de vida.

Mais do que chegar à velhice, é importante não mais interpretá-la como um período dormente, crepuscular, mas entendê-la como uma etapa dinâmica e corajosa da vida que, como tal, pode e deve ser ativamente e qualitativamente planejada no que diz respeito ao cumprimento de objetivos e metas. Assim, as últimas perguntas previstas no roteiro de entrevistas sugeriam aos informantes um

²² Disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html>>. Acessado em: 7 set. 2020.

exercício aberto de projeção, de reflexão, na esteira do que propõe Beltrina Côrtes (2013, p. 3): e o futuro? Como serão os próximos dez, vinte anos? Quais os planos, sonhos e expectativas?

Todas as projeções orbitam sempre duas esferas principais, complementares, trabalho e família. A esfera do trabalho é encarada com mais pragmatismo, reflete sobretudo preocupações com a aposentadoria, com as restrições de acesso ao mercado de trabalho e a disponibilidade de recursos para a sobrevivência; pode ser resumida, em uma única expressão, como uma busca por segurança. Já na esfera da família – quase sempre especificamente traduzida em filhos e netos – concentram-se os sentimentos; os sonhos e as esperanças. A preocupação material aparece de forma recorrente, mas com diferentes intensidades. Vale ressaltar que oito entrevistados declaram possuir ao menos um imóvel, oriundo de trabalho ou herança, e, em geral, demonstram mais tranquilidade em relação à questão material; entre os restantes, há uma preocupação latente envolvendo sobretudo moradia, mas que não acompanha grandes pretensões – Curió resume bem a questão em tom de conformação: “Se eu não fiquei rico ainda, não é agora que eu vou ficar”.

Na esfera do trabalho, todos os entrevistados concordam que o acesso ao mercado ficará progressivamente mais restrito; que sairão em franca desvantagem na disputa pelos postos de trabalho graças à idade. Elisa sugere que cada vez mais a experiência perderá lugar para a formação e as especializações; Prestes concorda com Elisa, mas assume que algumas áreas – como o magistério – constituirão “nichos” para pessoas mais velhas, onde a valorização da experiência continuará definindo a contratação. Prestes sugere que a aposentadoria dele e de vários outros profissionais da educação será muito tardia.

A aposentadoria formal, por sinal, é a principal preocupação de mais da metade dos entrevistados e é tratada como sinônimo de segurança. Joel, Henrique e Curió encaram a aposentadoria como um fim em si mesmo, como um descanso, uma maneira de diminuir o ritmo. Sara e Lídia a interpretam como um dispositivo para, no futuro, alcançar a liberdade e permitir a redefinição do trabalho conforme outros interesses – quando se aposentar, Sara pretende remodelar um antigo projeto social encerrado por falta de recursos; Lídia afirma que utilizará o tempo livre para estudar diversos assuntos e praticar exercícios.

Como vimos nas páginas anteriores, alguns entrevistados empreendem apenas para vencer o desemprego, outros também por gosto; garantida uma certa segurança – acúmulo de patrimônio ou aposentadoria – para o futuro, enfim, mesmo entre os mais jovens e afeitos à formalidade, o “trabalhar” se apresenta de forma consideravelmente mais prazerosa, quase diletante: “Não quero ficar sem fazer nada [quando me aposentar, vou] cuidar de plantas, quem sabe montar um negócio, uma floricultura, um salão de beleza” (Luciana, 54 anos).

Muito embora quase todos se preocupem sobretudo com os aspectos burocráticos, com o somatório de tempo de serviço para a aposentadoria, portanto, nota-se nos relatos a questão deixada muitas vezes em aberto, com os entrevistados projetando-a sempre em função de condições físicas – “Trabalharei enquanto eu aguentar”. Nesse sentido, o resultado do inquérito se aproxima daquele encontrado por Ana Maya Uyehara (2005, p. 102), que, ao investigar os funcionários de uma fábrica de biscoitos, percebeu que para “65% dos entrevistados não existe idade para interromper a vida do trabalho, desde que a pessoa tenha condições físicas (saúde) e esteja bem do ponto de vista psicológico (ausência de demências)”.

As conclusões de Uyehara (2005, p. 118) também acompanham as minhas no que se refere às perspectivas pós-aposentadoria. Isto é, mesmo os entrevistados que preferem não determinar uma data para se aposentar seguem, obviamente, planejando o futuro e pretendem, entre outras coisas, visitar a família em um lugar distante, cuidar dos netos ou montar um negócio próprio. Existem, no entanto, várias diferenças – o momento econômico do país, a faixa etária e a localização geográfica dos entrevistados – entre as nossas amostras, entre elas uma que é sem dúvida a mais marcante: a autora entrevistou indivíduos empregados; no caso riostrense, o desemprego e a recessão dão o tom das entrevistas. Assim, tanto na esfera do trabalho como na esfera da família, os entrevistados projetam um certo desânimo, quase sempre sugerindo que o futuro – para si, para as próximas gerações – vai ser *mais difícil* ou, no máximo, qualitativamente *igual* ao presente.

3.1. Devo ficar ou devo ir?

No que diz respeito à evolução de Rio das Ostras, persiste entre os entrevistados uma expectativa positiva em relação à abertura de postos de trabalho no curto prazo, superada a epidemia de coronavírus: consensualmente, concordam de um modo vago que o desemprego aumentou devido à emergência sanitária, mas não se permitem (ou não conseguem) elaborações ou projeções mais detalhadas sobre o impacto do vírus no município. A maioria acredita que, cessada a emergência, o mercado de trabalho voltará aos níveis pré-pandemia quase instantaneamente. Em contrapartida, os empregadores e especialistas em recursos humanos consultados afirmam o oposto e sugerem que o mercado sofrerá as sequelas do coronavírus a médio ou longo prazo. Por exemplo, um empresário local do setor de serviços diz que encerrou recentemente doze postos de trabalho e estima uma queda no faturamento de cerca de 70% em relação a 2019. Encerradas ou atenuadas as regras de isolamento social, admite recontratar apenas alguns funcionários. Nesse sentido, define o contexto como “pedagógico” e afirma ele próprio ter tomado a frente de alguns aspectos do negócio anteriormente atribuídos a terceiros, como a gerência das mídias sociais e o controle de estoque.

Quando são induzidos a pensar anos ou décadas à frente, no entanto, os entrevistados projetam um futuro quase sempre negativo – ou melhor, quase sempre *distópico*: acreditam que problemas locais, políticos e econômicos, persistirão e, eventualmente, aumentarão; que a cidade enfrentará reveses na esfera ambiental e sobretudo na segurança e na saúde públicas.

Há, no entanto, à medida que as entrevistas avançaram, uma mudança interessante de perspectiva: os dois primeiros blocos do questionário eram dedicados à trajetória, às crises econômicas, ao desemprego e às alternativas encontradas para lidar com o binômio envelhecimento e mercado de trabalho. Assim, Rio das Ostras está irremediavelmente ligada à atividade profissional, à esfera do trabalho, geralmente partindo de um início promissor e chegando às decepções na esteira do esfriamento econômico. Nas perspectivas para o futuro, no entanto, a cidade aparece *mais* atrelada à esfera da família – e, eventualmente, das amizades, da vida social. É essa a condição que explica não só a perma-

nência, mas a intenção dos entrevistados de permanecer ou não no município.

Em outras palavras, todos chegaram na cidade nos últimos vinte anos e, em geral, à procura de realizações profissionais; abandonaram o local de origem e empreenderam um esforço de mudança motivados por oportunidades de trabalho, de crescimento profissional ou envolvendo o sustento da família. Todavia, a cidade não oferece atualmente boas condições de empregabilidade, tampouco segurança para o futuro. Por que, afinal, continuar no município? Por que não migrar novamente, retornar à cidade de origem ou encontrar um novo lugar, atraente às novas perspectivas?

De fato, alguns entrevistados, sem acesso ao mercado de trabalho e não vislumbrando nenhuma perspectiva de crescimento para os próximos anos, cogitam deixar a cidade. Mas geralmente os planos de mudança ficam latentes porque esbarram sobretudo na permanência da família – mais precisamente, os filhos e os netos – e, conseqüentemente, das redes de apoio. No passado, a tomada de decisão para a chegada partiu exclusivamente do entrevistado – ou, no máximo, do casal – e as gerações subsequentes eram meros dependentes, tinham menos voz ativa. Atualmente, no entanto, a partida é uma decisão importante, tomada em múltiplas camadas e levando em consideração as opções dos filhos, agora eles próprios chefes de suas respectivas famílias.

Não é à toa que os dois indivíduos mais “nômades” e mais propensos a deixar a cidade são justamente os dois únicos sem descendência, Prestes e Curió. Prestes – professor de educação básica, ex-contratado pelo município, demitido na esteira do coronavírus – já residiu em outras cidades da região e afirma avaliar opções; Curió se divide entre Rio das Ostras, Rio de Janeiro e Santos (SP) – são os dois únicos entrevistados, enfim, cuja tomada de decisão ainda é essencialmente monocrática. No outro extremo, Paloma possui uma dependente em idade escolar e, ao mesmo tempo, graças ao desemprego, é financeiramente auxiliada pelos pais; para ela, a permanência em Rio das Ostras não está em xeque, ao menos a médio prazo. Todos os outros oscilam entre a permanência e a mudança conforme a família se concentra na cidade ou se dispersa – e, à medida que o núcleo familiar se divide em vários municípios ou mesmo entre países, os entrevistados sentem-se indecisos.

Três entrevistadas – Elisa, Selma e Sara – relatam possuir filhos que saíram do país à procura de melhores condições de trabalho e vida. Elisa pensa em visitar o seu na Irlanda e “ficar um bom tempo”, mas não se afasta definitivamente do país preocupada com a saúde da mãe octogenária; Selma e Sara também assinalam como meta viajar a Portugal para rever, respectivamente, o filho e a filha; ambas possuem, no entanto, outros filhos e netos em Rio das Ostras e, conseqüentemente, se preocupam com a estrutura familiar.

Resumidamente, os atrativos de Rio das Ostras foram fatores determinantes para a chegada dos informantes e os problemas econômicos regionalmente enfrentados os afetam diretamente, mas a permanência no futuro está menos atrelada à profissão ou à cidade em si e depende mais das opções dos outros membros da família, sobretudo dos filhos.

Salvo duas únicas exceções, que (ainda?) acreditam em um futuro promissor para o município, todos os outros projetam um cenário pior ou igual ao atual. No que diz respeito especificamente ao crescimento demográfico do município, os entrevistados se dividem mais ou menos meio a meio: alguns acreditam que a cidade continuará crescendo, outros apostam na estagnação. A detalhista Elisa vai além e afirma, tomando o próprio filho como um exemplo, que acredita em uma fuga em massa de mão de obra especializada, no prolongamento da crise. Cita o Espírito Santo como um destino possível para vários profissionais locais, também graças à predominância do setor *offshore*. Para a entrevistada, a construção de um futuro melhor para a cidade passa principalmente pela modernização das estruturas administrativas e, seguindo o exemplo das cidades próximas, como Búzios e Cabo Frio, a valorização de outras vocações, por exemplo da gastronomia e do turismo de meio ambiente.

Conclusões

Muitos aspectos supracitados, obtidos a partir das falas dos entrevistados, acompanham ou reafirmam conclusões obtidas por outros pesquisadores e em outros contextos. No que se refere ao binômio envelhecimento e mercado de trabalho, ficam claras as dificuldades específicas de acesso ou de recolocação surgidas

com o envelhecimento. Nota-se, a partir dessas falas, uma sensação de descarte ou de obsolescência provocada pela segregação que sofrem em relação ao acesso ao mercado de trabalho. Há ainda um ressentimento dedicado aos empregadores e, eventualmente, às esferas do poder público e às suas instituições.

Em outra esfera estão as alternativas ao desemprego. São dois os tipos fundamentais de comportamento: alguns, mais seguros financeiramente, conseguem garantir o próprio sustento retirando-o de um patrimônio anteriormente acumulado ou por meio da rede de apoio, objetivamente composta dos parentes mais próximos. Outros, com reservas menores ou redes pouco articuladas, dedicam-se ao autoemprego. Em alguns casos, essas atuações são consideradas atividades provisórias – são “virações”, no sentido popularizado por Vera Telles (2006); em outros, tornam-se empreendimentos definitivos.

Em relação ao futuro e às perspectivas para uma eventual aposentadoria, as falas remetem a renda fixa à segurança, mas não necessariamente à inatividade; em geral, os entrevistados afirmam que continuarão trabalhando, mas em atividades mais prazerosas, favorecendo as preferências individuais de cada um. Isto é, existe uma evidente separação entre o trabalho formal, exercido em benefício de alguém, pragmaticamente em troca de um salário e de benefícios presentes e futuros (como somar fundo de garantia e tempo de contribuição para a aposentadoria), e o trabalho exercido para si, inseguro mas promissor, objetivando o crescimento de um negócio próprio.

Notadamente, portanto, enquanto os informantes mais jovens se dedicam mais à distribuição de currículos e à procura por recolocação, os indivíduos mais velhos, desenganados sobre o retorno ao mercado de trabalho formal, geralmente investem mais tempo e dinheiro nos pequenos negócios autônomos. A palavra-chave é “resignação” – consideram o mercado de trabalho formal inacessível, o envelhecimento se transforma em uma barreira intransponível. Uma terceira idade tranquila, no entanto, ainda é incerta; é preciso garantir o sustento dia a dia, mês a mês, e a atividade autônoma (e informal) é, via de regra, a principal saída encontrada.

Quase todos os entrevistados contam, ainda, com uma rede de apoio mais ou menos articulada, fundamentada sobretudo na

família. Entre os informantes mais jovens conta-se com os pais e os cônjuges; entre os mais velhos, principalmente com os filhos. São os filhos, por sinal, os maiores incentivadores do autoemprego, eventualmente investindo tempo ou dinheiro e apoiando os pais financeiramente ou auxiliando-os no dia a dia do projeto.

Assim, é importante ressaltar quão determinante é a estrutura familiar para vários aspectos da vida dos entrevistados. Se, por um lado, conta-se principalmente com os parentes próximos para garantir mais imediatamente a própria subsistência, por outro, eles são uma fonte constante de demandas e preocupações. Em outras palavras, a rede de apoio composta da família funciona em mão dupla: são os grandes financiadores, os que garantem o sustento nos períodos mais difíceis, mas também são os filhos e netos alegadamente os grandes responsáveis pela manutenção do domicílio em Rio das Ostras - cidade que oferece, afinal, pouquíssimas perspectivas para o futuro.

São vários os entrevistados que pensam em sair de Rio das Ostras, em retornar à cidade de origem ou tentar a sorte em um outro lugar, em uma outra cidade ou mesmo em um outro país; a decisão, no entanto, está sempre atrelada ao bem-estar dos filhos e netos geralmente consolidados no município. Mesmo os entrevistados que possuem família em outras partes do país ou do mundo acabam condicionados à estrutura local, não necessariamente por conforto, mas por senso de obrigação com os familiares que estão concentrados na cidade ou na região. Em relação ao futuro, portanto, o que está em xeque a partir do envelhecimento é sobretudo a autonomia do entrevistado, a sua capacidade decisória; há em geral uma transferência no centro das decisões do indivíduo, à medida que a idade avança, sobretudo para os filhos - nota-se, inclusive, reiterando informação do capítulo anterior, que os dois únicos informantes sem filhos são, efetivamente, os mais firmes em relação à possibilidade de mudança de cidade.

Respondendo as perguntas relativas ao futuro elencadas no último bloco do roteiro de entrevistas, os próximos dez ou vinte anos são encarados pela maioria dos informantes não com otimismo, mas com conformação; todos consideram pouquíssimas ou nulas as alternativas profissionais na região, todavia, a influência da família é um aspecto definitivo para a permanência dos entrevistados. Muitas projeções remetem, portanto, mais aos filhos e

netos do que à própria vida e, conseqüentemente, a relação com a cidade no futuro é projetada também por um certo distanciamento. Os informantes mais velhos, sobretudo, profissionalmente descartados após vários anos de contribuição, desenganados em relação a um mercado de trabalho que eles próprios ajudaram a construir nas últimas décadas, aguardam a aposentadoria ou trabalham por conta própria para garantir sustento ou driblar a estagnação. Bem ou mal, agora de forma invertida, alguns entre eles são dependentes da mesma família que há alguns anos chefiavam e, eventualmente subordinados, anseiam por um futuro melhor para os filhos e netos, enquanto aguardam o próprio futuro sem grandes expectativas para as próximas etapas de vida, com resignação.

Assim, é necessário pensar em saídas, abordar o binômio envelhecimento e mercado de trabalho de forma propositiva; refletir sobre dispositivos de acesso e programas de incentivo para superar a imagem anacrônica que associa o passar dos anos à lentidão ou improdutividade. Com efeito, retomando e reiterando a sugestão de alguns informantes no âmbito das políticas públicas, viabilizar programas de incentivo à contratação de funcionários mais velhos pode ser uma saída duplamente eficaz: reinsere uma parcela crescente e eventualmente gabaritada da população no mercado – mantendo-os motivados, garantindo-os como indivíduos autônomos e economicamente ativos, contribuindo para a dinâmica social e para construção de um mercado de trabalho mais livre de práticas atrasadas, de descartes etários, pouquíssimo condizentes com a contemporaneidade – e, mais objetivamente, aproveita o intercâmbio geracional e fomenta a troca de experiências entre os colaboradores: a expertise profissional dos mais velhos para ensinar os mais jovens; a fluência dos mais jovens em um mundo digital para aprimorar os mais velhos.

A discussão sobre o acesso ao mercado de trabalho não pode ficar restrita apenas às queixas reticentes dos indivíduos mais afetados e de suas famílias; ela precisa incluir vários esforços, somar o diálogo entre governantes, trabalhadores e empregadores, ganhar terreno entre os temas importantes para o futuro da sociedade civil. Em outras palavras, o verdadeiro Desafio Longevidade não está restrito, portanto, à cidade de Rio das Ostras, aos informantes que contribuíram para esta pesquisa ou às nossas ainda breves contribuições acadêmicas – o verdadeiro desafio é ganhar de fato as ruas,

transformar as questões ora trabalhadas em um debate amplo, inclusivo, e discutir questões cada vez mais intensas e urgentes relativas às consequências de um envelhecimento que, afinal, todos nós enfrentamos. Há muito trabalho por vir.

Bibliografia

- ABÍLIO, L. C. (2011). *O make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Unicamp. Campinas.
- ARAUJO, F. P. (2005). *Migrantes ricos e migrantes pobres: as heranças da economia do petróleo em Macaé*. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia – UFRJ. Rio de Janeiro.
- IBGE. *Censo Demográfico 1991*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n20_caracteristicas_populacao_domicilios_rj.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020
- _____. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9754&t=downloads>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- _____. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9754&t=downloads>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BRASIL (1988). *Constituição Federal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- CLOSS, V. E.; SCHWANKE, C. H. (2012). “A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010”. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 15, n. 3.
- COUTINHO, M. A da S. R. (2013). *As implicações do aumento populacional no município de Rio das Ostras em busca de emprego*. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao

- Instituto de Humanidades e Saúde/Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras - UFF. Rio das Ostras.
- CÔRTE, B. e BRANDÃO, V. (2013). “Coragem para longeviver!”. *Revista Portal de Divulgação*. São Paulo, n. 34, jul.
- _____ (2012). “Entre a exaltação da velhice e o amargo fim”. *Revista Portal de Divulgação*. São Paulo, n. 20, abr.
- CRUZ, J. L. V. da (2003). *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) – UFRJ. Rio de Janeiro.
- DAMATTA, R. (1993). “Para uma antropologia da tradição brasileira (ou: a virtude está no meio)”. In: *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____ (2003). *Profissões industriais na vida brasileira: ontem, hoje e amanhã*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Senai.
- DUNCAN, C.; WHITE, P.; LORETTO, W. (2002). “Ageism and employment: controversies, ambiguities and younger people’s perceptions”. *Ageing and Society*, v. 20.
- GARRIDO, M.; MENEZES, P. (2002). “O Brasil está envelhecendo: boas e más notícias por uma perspectiva epidemiológica”. *Rev. Brasileira de Psiquiatria*, 24 (Supl. I).
- GOLDANI, A. M. (2010). “Ageism’ in Brazil: What is it? Who does it? What to do with it?”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, pp. 385-405, jul./dez.
- GOMES, M. L. M.; QUINTO JUNIOR, L. de P. (2020). “A reestruturação produtiva relacionada com a formação e a ocupação de Rio das Ostras, RJ”. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/943/635>>. Acesso em: 10 jul.
- GRANOVETTER, M. (1985). “Economy Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”. *American Journal of Sociology*, vol. 91, Issue 3, nov.

- _____ (1995). *Getting a job: a study of contacts and careers*. Chicago: The University of Chicago Press.
- GUIMARÃES, N. (2012). “A procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho?”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 93, jul.
- _____ (2017). “Desemprego e procura de trabalho: alguns desafios”. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 7, abril.
- KALACHE, A.; VERAS, R. P.; RAMOS, L. R. (1987). “O envelhecimento da população mundial: um desafio novo”. *Rev. Saúde Pública*, 21(3).
- LIMA, M. da G. A. (1998). “Pérola entre o Rio e o Mar: história de Rio das Ostras”. In: *Projeto Memória*. Rio das Ostras: Fundação Rio das Ostras de Cultura/Prefeitura Municipal de Rio das Ostras.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- POLANYI, K. (2001). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- SANDRINI, M. Z. (2012). *Políticas públicas de turismo no município de Rio das Ostras (RJ) após a Conferência Municipal de Turismo do ano de 2008 – um recorte entre os anos de 2009 e 2012*. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo – UFF. Niterói.
- SILVA, R. C. R. S. da; CARVALHO, A. M. (2004). “Formação econômica da região Norte Fluminense”. In: PESSANHA, R. M.; NETO, R. S (Org.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes: WTC Editora.
- SILVEIRA, A. A.; LOPES, C. F. M.; BORGES, L. H; CASTRO, R. F. H.; CRUZ, J. L. V. da (2018). “Rendas petrolíferas, do auge à crise: os efeitos nos orçamentos públicos e na renda per capita dos municípios produtores do Estado do Rio de Janeiro”. *Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Campos dos Goytacazes/RJ, ano XVI, n. 60, ago. 2018. Disponível em: <<https://royalties-dopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/08/Ucam-Boletim-Artigo-2.pdf>>. Acesso em: 10 jul.

- SIRELLI, P. M.; OLIVEIRA, R. C. de; CAMPOS, K. M.; SILVA, H. J. (2012). “Trabalho, reestruturação do capital e mercado de trabalho em Macaé”. *Em Pauta* – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, pp. 187-207. Rio de Janeiro.
- SUNDARARAJAN, A. (2016). *The Sharing Economy: The End of Employment and the Rise of Crowd-Based Capitalism*. Cambridge: The MIT Press.
- TELLES, V. (2006). “Mutações do trabalho e experiência urbana”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, jun.
- UYEHARA, A. M. G. (2005). *Por que contratar idosos? Um estudo de caso da empresa Biscoitos Festiva*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gerontologia – PUC SP. São Paulo.
- VIEIRA, P. P. F. (2009). *A experiência da procura de trabalho*. Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – USP. São Paulo.

Sobre os autores

Daniela Costanzo

Doutoranda e Mestra (2017) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Possui graduação e licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade (2013). É pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento do CEBRAP desde 2015. É editora da área de Instituições Políticas, Políticas Públicas e Política Comparada da *Revista Leviathan*. Atua como professora em cursos de métodos e técnicas de pesquisa no Cebrap. Trabalhou como professora no Ensino Médio. Trabalha principalmente com os temas: Estado, burocracias e Políticas Públicas; Pensamento Político Brasileiro; Estudos Urbanos; Desenvolvimento Econômico; Comportamento Político e Relações entre o Estado e a Iniciativa Privada.

Graziela Castello

Cientista Social e pesquisadora há 19 anos, é diretora administrativa e coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento do CEBRAP. Foi gerente sênior da Ipsos Public Affairs Brasil entre 2010 e 2015. Anteriormente foi pesquisadora do CEBRAP por 10 anos (entre 2001 e 2010). Seus principais projetos incluem pesquisas de opinião pública, reputação corporativa, avaliações de impactos sociais e de políticas públicas, além de pesquisas com alta complexidade metodológica, tais como inquéritos epidemiológicos. Foi pesquisadora visitante do IDS - *Institute of Development Studies na University of Sussex*, Inglaterra, em 2004 e em 2008. Professora de Metodologia de Pesquisa de Mercado e Opinião Pública do curso de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, em 2015.

Ian Prates

É membro do Comitê de Coordenação da Rede Solidária de Pesquisa: Políticas Públicas e Sociedade, e coordenador dos Projetos de Pesquisa de Mercado de Trabalho e Políticas Sociais da Rede. É Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

(CEBRAP) e Research Fellow da Social Accountability International (SAI). Sua pesquisa se concentra em temas como desigualdades sociais (com foco no mercado de trabalho, proteção social, pobreza e estratificação social) e na economia política das relações entre a China e a América Latina. É doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e foi pesquisador visitante da Columbia University.

Joselene Cristina Gerolamo

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Assis, em 2017. Concluiu seu mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação Psicologia e Sociedade da mesma instituição no ano de 2019. Se aproximou dos estudos sobre a velhice ainda na graduação sob a perspectiva da Psicologia Social, tendo se aprofundado na temática nos anos de pós graduação ao investigar o envelhecimento feminino no contemporâneo. Atualmente atua como psicóloga clínica e se mantém pesquisadora da velhice em diferentes perspectivas dentro da Psicologia, sempre tendo em vista o privilégio e a potência que é envelhecer.

Marcos Nogueira Milner

Antropólogo. Doutor (2019) e mestre (2014) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bacharel também em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2012). Academicamente interessado em dinâmicas culturais, em rituais e questões envolvendo reciprocidade nas sociedades industriais. Atualmente presta consultorias para a iniciativa privada, planejando e executando pesquisas qualitativas com ênfase em comportamento e consumo.

Mariana Eugenio Almeida

Coordenadora-Geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos no Ministério da Economia. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e especialização em Análise de Dados em Políticas Públicas pela Escola Nacional de Administração Pública. É da carreira de Analista de Políticas Sociais e atualmente atua como Coordenadora-Geral de

Cadastros, Identificação Profissional e Estudos, na Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

Renato Souza Cintra

Mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Graduado em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP/SP. Tem como área de pesquisa a Demografia, com ênfase no envelhecimento, saúde, expectativa de vida saudável, desigualdade social. Trabalha como técnico na Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa – CPPI da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC da cidade de São Paulo. Membro do Coletivo Envelhecer.

Vitor Matheus Oliveira de Menezes

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Bacharel e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trabalhou como pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre os anos de 2015 e 2016. Em 2015, foi contemplado pelo Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro (FJP). Foi professor visitante da Universidad de La Salle (Colômbia) em 2020, ano em que também atuou na Rede de Pesquisa Solidária - Políticas Públicas e Sociedade. Possui experiência em estudos sobre mercado de trabalho, estratificação social, família e políticas públicas.



viver
mais
Itaú

